



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Unidunitê: identidades, juveni- etnocídio e a Pastoral da Juventude
na defesa dos Direitos Humanos dos jovens no Piauí**

CARLOS ALBERTO AMORIM DE SOUSA ANDRADE

João Pessoa – PB
2023

CARLOS ALBERTO AMORIM DE SOUSA ANDRADE

**Unidunitê: identidades, juveni-etnocídio e a Pastoral da Juventude
na defesa dos Direitos Humanos dos jovens no Piauí**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, do Centro de Humanidades, área de concentração: Direitos Humanos e Democracia: Teoria, História e Política, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, como requisito para obtenção de título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Monique Cittadino.

João Pessoa – PB
2023

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

A553u Andrade, Carlos Alberto Amorim de Sousa.

Unidunitê : identidades, juveni- etnocídio e a
Pastoral da Juventude na defesa dos Direitos Humanos
dos jovens no Piauí / Carlos Alberto Amorim de Sousa
Andrade. - João Pessoa, 2023.
116 f. : il.

Orientação: Monique Guimarães Cittadino.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direito Humanos - Juventudes - violência. 2.
Pastoral da juventude do Piauí. 3. Juveni-etnocído. I.
Cittadino, Monique Guimarães. II. Título.

UFPB/BC

CDU 342.7(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRANDO **CARLOS ALBERTO AMORIM DE SOUSA ANDRADE** DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS/CCHLA/UFPB

Aos trinta e um do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, por meio de plataforma pública de videoconferência, seguindo os mesmos preceitos da defesa presencial estabelecidos pelo regulamento da UFPB, realizou-se a sessão de defesa de Dissertação do mestrando **Carlos Alberto Amorim De Sousa Andrade**, matrícula 20211026503, intitulada: **"Unidunidê: identidades, juveni-etnocídio e a Pastoral da Juventude na defesa dos Direitos Humanos dos jovens no Piauí"**. Estavam presentes os professores doutores: Monique Guimarães Cittadino (Orientadora), Maria De Nazare Tavares Zenaide (Examinadora interna) e Marcondes Brito Da Costa (Examinador externo). A Professora Monique Guimarães Cittadino, na qualidade de Orientadora, declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra ao mestrando Carlos Alberto Amorim De Sousa Andrade, para que no prazo de trinta (30) minutos apresentasse a sua Dissertação. Após exposição oral apresentada pelo mestrando, a professora Monique Guimarães Cittadino concedeu a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem à arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o mestrando Carlos Alberto Amorim De Sousa Andrade respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pela Orientador, que se reuniu secretamente, de forma remota, apenas com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A Banca Examinadora considerou a DISSERTAÇÃO: APROVADA, com recomendação de publicação no formato de livro ou em artigos em revistas, com a justificativa de tratar-se de um tema de relevância para o Programa e para a respectiva linha de pesquisa, apresentando ainda relevância social para o estado do Piauí, tratando-se de um trabalho pioneiro a respeito da Pastoral da Juventude naquele estado; constitui um trabalho bem fundamentado e estruturado, merecendo apenas algumas revisões formais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS



A seguir, a Orientadora apresentou o parecer da Banca Examinadora ao mestrando Carlos Alberto Amorim De Sousa Andrade, bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E, para constar eu, Herbert Henrique Barros Ribeiro, assistente em administração do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, lavrei a presente Ata. João Pessoa, 31 de agosto de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br MONIQUE GUIMARAES CITTADINO
Data: 31/08/2023 11:55:40-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Profa. Dra. Monique Cittadino (Presidente da banca – orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA DE NAZARE TAVARES ZENAIDE
Data: 01/09/2023 09:24:46-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide (Examinadora interna)

[REDACTED]
Marcondes Brito da Costa (Examinador externo).

É por Amor! ¹

Sim, é por amor à vida que cantamos
e tantas vezes choramos também.

É por amor à vida que estamos lutando
e vamos andando lentamente para buscar a luz
e a liberdade das manhãs de sol!

É por amor!

Sim, é por amor à vida, evidentemente,
que encaramos de frente essa imensa dor
que se nos impõe nesse reinado amargo do ódio presente!

É por amor à vida
que estamos nas ruas, nas praças, nas estradas
e gritamos palavras de ordem de uma nova ordem!

Sim, é por amor
É por amor à vida que marchamos nas madrugadas
De lua nova levando nos braços a fúria das tempestades
Prontos a resgatar a terra que nos tomaram.

Vamos replantar as flores e as sementes
Que há séculos estão em cio!

É por amor!
Sim, é por amor à vida que profundamente doloridos
recolhemos em nossos braços

¹Poema do amigo Zé Vicente, cearense, poeta, lavrador, compositor, cantor. Canta e compõe desde 1981, fazendo de suas criações e voz, expressão de identidade e afirmação cultural para o povo latino-americano.

os que foram brutalmente feridos
e quando já não podemos devolver-lhes a respiração
nós comungamos de seu sangue e os fazemos ressuscitar
em milhares de vidas e sorrisos!

É por amor!

Sim, é por amor à vida que escrevemos nas pedras
os poemas da esperança rebelde
que pichamos nos muros e nas portas
as frases corajosas de um futuro novo
que dançamos nas festas de sábado
no batuque do carnaval de um povo livre!

É por amor que nos abraçamos

Que nos beijamos na esquina e já não tememos
Andar de braços dados seguindo a bandeira da paz
E da ternura consequente!

É por amor!

Sim, é por amor à vida
Que desesperadamente amamos!

Dedico esse trabalho aos/às jovens; a Pastoral da Juventude, minha escola de fé e vida, e a Angelita Etelvina de Amorim, minha tia-avó, madrinha, mestre e griô.

AGRADECIMENTOS

"Buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e tudo vos será acrescentado." (Mateus 6,33)

A Deus, que tem o rosto da juventude, a Cristo, amigo fiel dos pobres e ao Espírito, força e luz do caminho, o meu amor pelo séculos sem fim.

Agradeço profundamente à minha família, em especial minha mãe Ana e o meu pai José, por todo apoio, atenção e compromisso com os meus estudos. Sendo professores, me apaixonei os vendo professorar. Ambos integraram os grupos de jovens de Canto do Buriti, nossa cidade natal, grupo que posteriormente participei e coordenei. Ao escrever parte dessa dissertação, me vinha na lembrança as partilhas que eles fazem da época vivida. É também dessa partilha que estabeleço a discussão sobre as questões de violência e racial. Minha mãe sendo negra, sofre até os dias de hoje com o racismo estrutural. Escrever alguns parágrafos dessa dissertação doía a alma ao relembrar de situações vexatórias e humilhantes que ela passou e, ainda, está sujeita a passar. Deixo aqui registrado os retalhos e costuras que permearam a minha escrita, principalmente quanto ao racismo, para que nunca mais aconteça, e que o nosso *verbo palavra*, que se transforma em grito, jamais seja silenciado.

Minha eterna gratidão a Raíssa minha noiva e futura esposa, e a minha filha Isabella, por todo zelo, cuidado, carinho e amor que dedicam a mim. Sou feliz e vivo para elas, para alegria delas. Choramos e vibramos juntos, desde a primeira notícia do meu ingresso no mestrado até a finalização deste. Obrigado por tudo meus amores! Agradeço também a minha irmã Maria Idelita, Bruno e Maria Flor, minha afilhada e minha doce sobrinha, por todo o carinho e apoio nessa jornada, vibrando e me auxiliando. Sem vocês não conseguia dar nenhum passo.

Meu terno agradecimento a minha avó Etelvina, por suas orações e sua palavra encorajadora, me dá força e segurança. Obrigado por tudo vovó! A ela se junta a minha mestra, professora e madrinha Angelita, por todo apoio, carinho, inspiração na jornada e financiamento de meus estudos, sem ela, não seria o que sou hoje. Minha eterna gratidão madrinha! Aqui em casa vencemos na vida, pela e com a EDUCAÇÃO.

Minha memória e minha eterna gratidão ao universo, pelo tempo fértil e abundante da vida da minha Tia Santana, e dos meus primos Thamyris e Thiago Andrade (*in memoriam*), aqui vibramos, festejamos e choramos todas as nossas vitórias. É para vocês tudo o que de bom eu faço.

A todos os meus familiares, agradeço pelas orações a mim dirigidas, por me acompanharem e por vibrarem comigo sempre. Somente Deus para recompensa-los.

Compartilho essa trajetória acadêmica também com minha coordenadora do curso de Direito Profa. Samara Cunha, Prof. Roberth Bandeira e Prof. Marcondes Brito por me incentivarem na pesquisa. Ao meu primo e irmão Wilmar Jr. pelas partilhas acadêmicas e pelo olhar de pesquisador; seus textos e sua paixão pelo ensino me fazem acreditar em um mundo melhor. Ao meu querido amigo Thiago e minha irmã Letícia (freira), por todo o apoio, paciência e companheirismo de sempre. Ao Padre

Vespasiano pelas orações e pela caminhada compartilhada de experiências. Ao meu amigo e irmão Daniel Oliveira, pela inspiração e incentivo acadêmico, e por todo apoio na vida e na minha profissão. Muito obrigado a todos vocês!

A todos os meus amigos e amigas, compadres e comadres, companheiros/as de longas datas e missão, que torceram, contribuíram, me auxiliaram, encorajaram e rezaram por mim, a vocês sou imensa gratidão!

Agradecimentos também à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Piauí, na pessoa do amigo e irmão Padre Ataan Castro, e a Edmar Mota, ex-coordenador da Pastoral da Juventude, ambos me ajudaram muito na pesquisa histórica, muito obrigado.

Aos/as meus/minhas professores/as do mestrado: Iranice, Nazaré, Rodrigo, Monique, Gustavo, Elizete, Antônio Elíbio, Suelídia e Marlene, pela humanidade, compromisso e seriedade que tratam e defendem a ciência. Vocês são referência e inspiração, alargaram a minha visão de mundo. Minha eterna gratidão!

Agradeço, especialmente, à minha mestra e professora Monique Cittadino, pela orientação, firmeza, postura e compromisso ético com a minha pesquisa. Sua sensibilidade em apontar o melhor caminho ecoará por toda a minha vida; aos/as companheiras do mestrado: a jornada que percorremos foi tranquila e suave, por contar com a presença amiga, revolucionária e inspiradora de vocês.

Por fim, agradeço à Pastoral da Juventude. Através dela fui salvo e outros tantos também; ela me forjou na luta e me lapidou para o mundo, minha escola de fé e vida. O que sou, enquanto gente e cristão, devo a essa escola permanente. Ao tempo que agradeço imensamente a todos os grupos de jovens do Piauí, em especial os grupos que visitei e que foram entrevistados, agradeço a paciência e a disponibilidade em contribuir com a pesquisa e discutir temas tão sensíveis e oportunos para a vida das juventudes. *“Está ciranda não é minha só, ela é de todos nós, ela é de todas nós.”*

RESUMO

Podemos entender as juventudes como apenas uma faixa etária, uma transição da fase infantil para a fase adulta, ou um estado de espírito, vital. Reunindo essas compreensões, a pesquisa se propôs entender os fenômenos das juventudes e preencher uma lacuna histórica sobre a ação da Pastoral da Juventude na defesa dos Direitos Humanos dos jovens no Piauí, com base nas pedagogias e teologias fundantes dessa pastoral. Pretende-se também analisar o fenômeno da violência, que nas últimas décadas vem desafiando a contemporaneidade, e que de forma atinge a população compreendida na faixa etária dos 15 aos 29 anos, onde se concentram os maiores casos de “juveni-etnocídio” no Brasil. Com o crescimento da violência entre os jovens, principalmente por causas exógenas, esta que está diretamente ligada a vários indicadores sociais como a desigualdade social, as altas taxas de pobreza, o tráfico de drogas e, em contraposição, um déficit de políticas públicas voltadas para essa faixa etária, fruto da cultura da violência e da necropolítica, a discussão fomentada conclui que esta violência tem definido sexo, cor e classe social – jovens, homens, negros e pobres. Diante desse cenário devastador, que apresenta o Brasil na sétima posição do ranking mundial como o país que mais mata sua juventude, no ano de 2008, na 15ª Assembleia Nacional das Pastorais da Juventude do Brasil, foi proposta a Campanha Nacional Contra a Violência e Extermínio de Jovens, a fim de fomentar a formação política e o trabalho de base, ações de massa e divulgação, além do monitoramento da mídia com o intuito de denunciar a violação dos direitos humanos, a partir do projeto pastoral “A Juventude quer Viver.” Dessa forma evidenciou-se, mais uma vez, o caráter catalisador de mudanças dos movimentos sociais e a participação ativa da Pastoral da Juventude na defesa da vida dos/as jovens piauienses. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi de analisar a violação dos direitos humanos da juventude pobre e negra no Estado do Piauí considerando os fenômenos da violência e da criminalização e a ação da Pastoral da Juventude na defesa dos/as jovens (1970/2019); objetivos específicos: relacionar os marcos históricos da pastoral da juventude com as dimensões/gerações dos direitos humanos; estudar o fenômeno da violência e da criminalização da população jovem, pobre e negra no Brasil e no Piauí; entender o papel do Estado no combate à violência contra as juventudes; refletir as ações da Pastoral da Juventude na efetivação dos direitos das juventudes a partir da percepção dos jovens dessa organização. Nessa perspectiva a metodologia utilizada foram as categorias quanti-qualitativa, com a escuta de 8 grupos de jovens da Pastoral de Juventude – PJ. Na escuta, através dos instrumentos do grupo focal, foi utilizado o método indutivo. Foram comparados ainda os dados do Mapa da Violência e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, num marco temporal de uma década, dos anos de 2009 a 2019. A história oral permeou parte da metodologia da dissertação e revisão integrativa de literatura, fontes primárias e secundárias, com ênfase nos anos de 2009 a 2019 (antes da pandemia do Covid 19), período de efervescência das discussões e do protagonismo da juventude frente as políticas públicas no estado brasileiro.

Palavras-chave: juventudes; Pastoral da Juventude do Piauí; violência; juveni-etnocídio

ABSTRACT We can understand youth as just an age group, a transition from infant to adult, or a vital state of mind. Gathering these understandings, the research proposed to understand the phenomena of youth and to fill a historical gap about the action of the Pastoral da Juventude in defense of the human rights of young people in Piauí, based on the pedagogies and theologies that are the foundation of this pastoral, and also to analyze the phenomenon of violence, which in recent decades has been challenging contemporaneity, and which profoundly reaches the population comprised in the age group of 15 to 29 years, where the largest cases of "juvenile ethnicity" are concentrated in Brazil. With the growth of violence among young people, mainly due to exogenous causes, which is directly linked to various social indicators such as social inequality, high rates of poverty, drug trafficking and, in contrast, a deficit of public policies aimed at this age group, the fruit of the culture of violence and necropolitics, the promoted discussion concludes that this violence has defined sex, color and social class - young people, men, blacks and poor. In the face of this devastating scenario, which presents Brazil in seventh place in the world ranking as the country that most kills its youth, in the year 2008, at the 15th National Assembly of Youth Pastoral Care in Brazil, the National Campaign Against Violence and the Extermination of Young People was proposed, in order to foster political formation and grassroots work, mass actions and dissemination, as well as media monitoring to denounce the violation of human rights, from the pastoral project "Youth wants to Live." In this way, the catalytic nature of changes in social movements and the active participation of the Pastoral da Juventude in defense of the lives of the young Piauí women was once again highlighted. Thus, the general objective of the research was to analyze the violation of the human rights of poor and black youth in the State of Piauí considering the phenomena of violence and criminalization and the action of the Pastoral da Juventude in defense of the young (1970/2019); specific objectives: to relate the historical milestones of youth ministry with the dimensions/generations of human rights; study the phenomenon of violence and criminalization of the young, poor and black population in Brazil and Piauí; understand the role of the State in combating violence against youth; to reflect the actions of the Pastoral da Juventude in the realization of the rights of the youths from the perception of the youths of this organization. From this perspective, the methodology used was the quantitative and qualitative categories, listening to 8 groups of young people from the Pastoral de Juventude - PJ. In this listening, through the instruments of the focus group, the inductive method was used. Data from the Map of Violence and the Public Security Secretariat of the State of Piauí were also compared, in a time frame of a decade, from the years 2009 to 2019. Oral history permeated part of the methodology of the dissertation and integrative literature review, primary and secondary sources, with emphasis on the years 2009 to 2019 (before the Covid 19 pandemic), a period of effervescence of discussions and the protagonism of youth in relation to public policies in the Brazilian state.

Keywords: youths; Piauí Youth Ministry; violence; juvenile ethnicity

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1	Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP – Piauí.	28
	Pedro de Picos, Edmilson do Parque Piauí, Assunção, Francisca Nascimento e Hortêncio da Vila Operária. Década de 1980.	
	Reunião acontecia no Convento dos Frades Capuchinhos. Igreja São Benedito, Centro de Teresina.	
Imagen 2	Grupo Líder da Juventude – Teresina	29
Imagen 3	Aeroporto Lucídio Portela – Faixa “Sto. Padre O POVO PASSA FOME.”	31
Imagen 4	Jornal “O ESTADO” noticia a prisão dos jovens estudantes.	31
Imagen 5	Faixa erguida pelos jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular Piauí: Povo Sem Vez!	32
Imagen 6	Jornal “o Estado” noticia: “Protestos causam prisões no Dops.	33
Imagen 7	Jovens Missionários Unidos. Canto do Buriti – Piauí	36
Imagen 8	Coordenação da Pastoral da Juventude e Equipe de Assessores da Diocese de São Raimundo Nonato	37
Imagen 9	Apresentação teatral dos jovens da Pastoral da Juventude de Canto do Buriti	37
Imagen 10	Cartaz da Campanha Nacional Contra Violência e Extermínio de Jovens	81

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1	Perfil Etário das Vítimas de Homicídio Doloso em Teresina (Taxa Percentual)	71
Gráfico 2	Crescimento das Taxas de Homicídio. População Total das Capitais. 2002/2012	72
Gráfico 3	Em qual dia da semana o grupo se reúne?	89
Gráfico 4	Qual Arqui/Diocese o grupo pertence?	90
Gráfico 5	O grupo acha necessário uma assessoria e acompanhamento de adultos?	90
Gráfico 6	Existe equipe de assessoria e acompanhamento de adultos?	90
Gráfico 7	Há dificuldade de materiais para os encontros?	91
Gráfico 8	Onde o grupo costuma procurar jovens para participar do grupo?	92
Gráfico 9	O município onde o grupo se situa tem conselho municipal de juventude?	93
Gráfico 10	O grupo está sabendo da Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher? Já realizou alguma atividade sobre a temática?	94

TABELAS

Tabela 1	Sistematização dos passos da Pastoral da Juventude na história política e eclesial do Brasil e do Piauí.	43
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AL	América Latina
Art.	Artigo
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conferência Episcopal Latino Americana
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DOC	Documentos
DNJ	Dia Nacional da Juventude
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
Pe.	Padre
PJ	Pastoral da Juventude
PJE	Pastoral da Juventude Estudantil
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PL	Projeto de Lei
PNJ	Política Nacional de Juventude
PPJs	Políticas Públicas para a Juventude
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
1 A PASTORAL DA JUVENTUDE NO BRASIL E NO PIAUÍ: MEMÓRIA, HISTÓRIA E MISSÃO.....	16
1.1 A Ação Católica no Brasil e Piauí	16
1.2 Pastoral da Juventude do Brasil e do Piauí: 50 Anos de Missão	20
1.3 O Grupo de Jovens, a Educação Popular e a Teologia da Libertação: referência para o trabalho pastoral	34
2 JUVENTUDES, VIOLENCIA E DIREITOS HUMANOS	41
2.1 No caminho dos conceitos: um debate sobre as juventudes	41
2.2 Direitos Humanos e Política	51
2.3 Juventudes e a Violência no Piauí: o fenômeno da violência e a criminalização das juventudes na contemporaneidade	55
2.4 Juveni-Etnocídio no Piauí: corpos e culturas extermínados	61
2.5 A Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens no Piauí.....	77
3 VOZES DAS JUVENTUDES (RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO)	68
3.1 O contexto social dos/as jovens e do grupo	
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E ESPERANÇAS	70
REFERÊNCIAS	71
ANEXO	100

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa mergulhou na vida das juventudes do Piauí, e tentou identificar as causas das violações de direitos humanos desse público, além de ter analisado o fenômeno da violência e da criminalização das juventudes, tendo como base a experiência e o trabalho da Pastoral da Juventude, que em Assembleia Nacional em 2008, lançou a primeira campanha nacional contra a violência e extermínio de jovens. O propósito dessa campanha, promovida por mais de seis anos, e que teve papel fundamental na denúncia do Estado brasileiro diante das situações de morte e violência contra as juventudes, é de que seus grupos de base e as instituições governamentais e não governamentais, as entidades religiosas e toda a sociedade discutissem os dados alarmantes de violência registrados no Brasil e que perduram até os dias atuais contra os/as jovens encarcerados e encarceradas, os/as adolescentes em conflito com a lei, as mulheres marginalizadas, (i)migrantes e refugiados/as, em situação de rua, no mundo do trabalho, na educação, na orientação sexual e gênero, do e no campo e povos tradicionais.

A Pastoral da Juventude (PJ), é um grupo eclesial da Igreja Católica que tem como missão a defesa dos Direitos Humanos. A PJ cria projetos e programas na defesa da vida das juventudes em situação de vulnerabilidade social e é através do protagonismo juvenil e da escuta desses sujeitos que ela se destaca como promotora e defensora desses jovens no Piauí, em sua maioria empobrecidos, periféricos e negros.

Nosso estudo quis fazer primeiramente memória da história da Pastoral da Juventude no Brasil e no Piauí, por ocasião das comemorações dos 50 anos dessa pastoral a nível nacional, e pela lacuna historiográfica desse grupo eclesial no Piauí, correlacionando esse itinerário às dimensões dos direitos humanos.

Também é motivo de estudo os Mapas da Violência (IPEA, 2019, p.25) que evidencia o aumento da violência em todo o país com taxas variando de 18,5 até 152,3%, dados esses que precisam ser analisados para compreender o fenômeno da violência e responder por que o Estado do Piauí, entre as unidades da federação, apresenta uma das menores taxas de homicídios entre jovens (IPEA, 2019, p.26), o

que não é compatível com a realidade tão cruel e violenta vivenciadas pelos jovens piauienses espalhados nos polos regionais e pequenas cidades do Estado.

Sabemos que a violência é uma manifestação e ação produzida culturalmente pelo homem e provocada por diversos estímulos sejam eles biopsicossocial-político-religioso ou/e econômico.

Dentro desse pensamento, Ferreira (2005, p.02) destaca que:

pensar a violência na sociedade significa compreendê-la como parte de uma totalidade complexa. Assim, é preciso tomar o objeto inserido em uma realidade contextualizada, globalizada e dinâmica, percebendo as relações e inter-relações que configuraram a questão da violência na vida dos adolescentes e jovens.

Nesse caminho e tomando as juventudes como atores dessa pesquisa, nota-se que desde 1980 há um processo de vitimização da juventude, em que os mortos são cada vez mais jovens.

De fato, enquanto no começo da década de 1980 o pico da taxa de homicídios no país era de 25 anos, atualmente está na ordem de 18 a 21 anos. Entre 2005 e 2015 observou-se um aumento de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos (IPEA, 2017, p.27). Aumento absurdo no número de mortes de jovens e diminuição na idade/faixa etária, ou seja, morre-se mais e mais jovem ainda. Nesse mesmo diapasão observa-se que ao mesmo tempo em que a juventude é vítima dessa violência, ela também está inserida em um processo de criminalização decorrente de diversos fatores, entre eles, a cor da pele, a situação financeira/econômica, o gênero, a orientação sexual dentre outros. Atores certos, e perfil pré-determinado no recorte da violência em nossas cidades.

Persiste também nesse caminho e nas engrenagens do Governo e do Estado a ideia de que os adolescentes e jovens não são prioridades, o que gera déficit, ineficácia e ineficiência nas políticas públicas para esse público e em sucessivas violações de direitos. Discute-se também dentro desse universo a omissão e a negligência por parte do Estado na informação dos dados apontando as causas da violência e da criminalização das juventudes.

O Estado do Piauí, no Brasil, ocupa o terceiro menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com média de 0,713, e possui uma grande massa carcerária de jovens, o que não foge da realidade nacional, pois atualmente o país

conta com um milhão de pessoas privadas de liberdade, segundo dados do Ministério da Justiça, dos quais, 30% têm entre 18 e 24 anos, e 25% entre 25 e 29 anos. Os jovens compõem a maioria da população prisional brasileira e segundo relatório do Departamento Penitenciário Nacional mais de 55% é formada por jovens. (DEPEN, 2021)

O Piauí conta, atualmente, com 4.486 pessoas privadas de liberdade distribuídas em 17 unidades prisionais. A quantidade de jovens privados corresponde a 57% do total, sendo, 18 a 24 anos: 33% e 25 a 29 anos: 24% (SECRETARIA DE JUSTIÇA DO PIAUÍ, 2021). Em consulta à Secretaria de Justiça do Piauí, observa-se também que das 17 unidades penais do Estado, nove ofertam Educação de Jovens e Adultos (EJA), programa que oferece sete etapas para a certificação dos Ensinos Fundamental e Médio. Projetos de preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) contemplam 14 das 16 unidades (PIAUÍ).

Nesse sentido, e observado esses fatores, cabe ainda destacar o substancial crescimento da taxa de homicídios nos últimos cinco anos no Estado (+54,0%), segundo o Atlas da Violência de 2017, o que é extremamente preocupante.

Nessa situação, em grande parte, a mídia tem forjado e produzido uma imagem dos jovens, estigmatizando-os, principalmente os jovens negros e da periferia. Isso é uma constante em jornais do Estado, que ao tratarem de jovens negros, carregam muito de um preconceito estrutural da sociedade. Para ajudar nessa reflexão, literaturas como de Raquel Rolnik e Ermínia Maricato (1994; 1996; 2000) discutem as reverberações da segregação socioespacial no espaço urbano, destacando em seus estudos como se segregava e como as cidades foram construídas para dividir em blocos e camadas os espaços dos ricos, e os espaços dos pobres. A periferia como lugar de convergência das movimentações populares e o centro como apoio para as elites.

O Piauí hoje conta com uma Coordenadoria Estadual de Juventude. No ano de 2022, o Governo do Piauí realizou a 4ª Conferência Estadual de Juventude, um avanço na discussão, participação e protagonismo dos jovens.

A pesquisa proporcionou uma discussão no campo dos Direitos Humanos e das Políticas Públicas de Juventude, espaços que o pesquisador atua desde

adolescente, desenvolvendo trabalhos sociopolíticos e pastorais com organismos da Igreja Católica no Piauí e também do Estado, fazendo parte do coletivo eclesial da Pastoral da Juventude, da Cáritas Brasileira e da Comissão Pastoral da Terra; membro da Coordenação Nacional da Pastoral da Juventude nos períodos de 2014 a 2016, membro da equipe de elaboração de subsídios da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB/PI), Ouvidor Penitenciário do Piauí (2021/2022) e professor de instituições de ensino superior em Teresina. Além de ter coordenado os trabalhos de implantação do 1º Centro de Referência em Direitos Humanos do Estado do Piauí.

Algumas questões nortearam nossa pesquisa: como inicia a história da PJ do Piauí e o seu processo de defesa e pauta dos direitos humanos? O que tem provocado o aumento da violência e da criminalização dos jovens piauienses? Em quais setores as políticas públicas específicas de juventude estão concentradas? Há um trabalho específico do Estado? Quem defende essa população? Os jovens são ouvidos em seus anseios, medos, sonhos e necessidades?

Portanto, partindo do pressuposto de que a juventude quer viver e ser em seus territórios, o objetivo geral da pesquisa foi de analisar a violação dos direitos humanos da juventude pobre e negra no Estado do Piauí considerando os fenômenos da violência e da criminalização e a ação da Pastoral da Juventude na efetivação das políticas públicas juvenis (1970-2020); e como objetivos específicos: relacionar os marcos históricos da pastoral da juventude com as dimensões/gerações dos direitos humanos; estudar o fenômeno da violência e da criminalização da população jovem, pobre e negra no Brasil e no Piauí; entender o papel do Estado no combate à violência contra as juventudes; ouvir os grupos de jovens da Pastoral da Juventude do Piauí e refletir as ações da Pastoral da Juventude na efetivação dos direitos das juventudes a partir da percepção dos jovens dessa organização;

Foram comparados ainda os dados do Mapa da Violência e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, num marco temporal de uma década, dos anos de 2009 a 2019, para base e aprofundamento da discussão travada nessa dissertação apontando as causas da violência no Piauí.

A história oral permeou parte da metodologia da dissertação e revisão integrativa de literatura, fontes primárias e secundárias, com ênfase nos anos de 2009

a 2019 (antes da pandemia do Covid 19), período de efervescência das discussões e do protagonismo da juventude frente às políticas públicas no estado brasileiro. Foram feitas entrevistas com os membros dos primeiros grupos da Pastoral da Juventude organizados no Piauí, busca nos Arquivos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Nordeste 4 e da Pastoral da Juventude. Textos de Medeiros (2014) e Cavalcanti (2006) nos ajudou a pensar a dinamização da Ação Católica no Piauí, semente da fundação da PJ no estado. A literatura de Camacho sitentiza o caminho trilhado de relacionar a dimensão dos direitos humanos com a história da Pastoral da Juventude. Freire (1987) E Boof (1980) são as principais literaturas para a discussão sobre a Teologia da Libertação e a Pedagogia do Oprimido, na escola de formação integral da pessoa humana que é a Pastoral da Juventude.

Literaturas de Mbembe (2016), Passetti (199), Novaes (2007), Velho (2004), Castro (2009/2015), Costa (2005), Pais (1996), Abramovay (2002), Adorno (2009) Fraga e Iulianelli (2003), Clastres (2011) dentre outros/as, fundamentam toda a estrutura da discussão do fenômeno da violência, direitos humanos, criminalização das juventudes, juvenicídio e juveni-etnocídio.

Por fim, nesse itinerário de pesquisa, perguntamos aos jovens dos grupos de jovens da Pastoral da Juventude, como é ser jovem no Piauí. Fazer essa aproximação e escuta é mais do que necessário e urgente, visto que os direitos humanos das juventudes cotidianamente estão sendo violados. Encontrar esses cenários e causas dessa violação e violência é dar respostas afetivas e efetivas na construção melhor de políticas públicas para a juventude do Piauí. Nessa perspectiva, a pesquisa se valeu das categorias quanti-qualitativa, com a escuta de 8 grupos de jovens da Pastoral de Juventude – PJ, utilizando a divisão territorial das Dioceses Eclesiásticas da Igreja Católica do Piauí que se dividem em 08 territórios (Teresina, Parnaíba, Campo Maior, Floriano, Oeiras, Picos, Bom Jesus e São Raimundo Nonato) cujo foco temático se vincula à religião católica. Nessa escuta através dos instrumentos do grupo focal foi utilizado o método indutivo.

Diante de muitas consequências provocadas por deficiências e mazelas do Estado, podemos perceber de forma tímida, saídas, ações e projetos que interrompem esses ciclos de violência, crime e estigmas, e que no decurso do texto vamos buscar

apresentar da seguinte forma: a introdução; o primeiro capítulo aborda a Pastoral da Juventude no Brasil e no Piauí: memória, história e missão, desde a Ação Católica aos dias atuais – 50 anos de missão da Pastoral da Juventude, correlacionando com as dimensões dos direitos humanos; o grupo de jovens, a educação popular e a teologia da libertação como referência para o trabalho pastoral. No segundo capítulo travamos um debate sobre as juventudes, violência e direitos, com o retrato da violência no Brasil e no Piauí, analisando o fenômeno da violência e criminalização da população jovem na contemporaneidade, além da discussão da violência estrutural a partir da necropolítica; o juveni-etnocídio no Piauí: corpos e culturas extermínados e a campanha nacional contra a violência e extermínio de jovens; no terceiro capítulo, as vozes da juventude (resultado da pesquisa de campo), o contexto social dos/as jovens e do grupo, por fim as considerações finais: desafios e esperanças. Com isso, a pesquisa dá seu contributo no campo de aprofundamento dos trabalhos do pesquisador, preenche a lacuna histórica no Estado do Piauí sobre a gênese desse seguimento/grupo Pastoral da Juventude e também ajuda no crescimento e desenvolvimento da ciência, na construção de novas pesquisas e trabalhos para toda sociedade, principalmente com foco no agente principal do estudo – o/a jovem.

1 PASTORAL DA JUVENTUDE NO BRASIL E NO PIAUÍ – MEMÓRIA, HISTÓRIA E MISSÃO

1.1 AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL E NO PIAUÍ

Le goof (2003, p.525) diz que “a história é a forma científica da memória coletiva.” Iniciar esse estudo é preencher lacunas históricas na literatura sobre a Pastoral da Juventude do Piauí. Sabemos da grande importância das instituições religiosas no processo de formação das juventudes e o grande contributo da Pastoral da Juventude na dinamização comunitária e principalmente na vida dos jovens brasileiros e piauienses. Por isso a necessidade de escrever sobre o trabalho e as ações dessa organização, que estão impregnados na igreja e na sociedade.

O trabalho da Pastoral da Juventude, sua história e atuação no Brasil é tecido por muitas pessoas, feita em mutirão por milhares de jovens, assessores, religiosos, religiosas, padres, bispos, leigos e leigas em todos os cantos.

A base de fundamento da Pastoral da Juventude se inicia com a Ação Católica, nos anos de 1932 a 1950, e tinha como proposta formar lideranças para atuar em setores da sociedade com base na Doutrina Social da Igreja, o que vem a se fortalecer no Brasil com a direção de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, Pernambuco (SANTOS, 2010).

Reconfigurando o trabalho de atuação da Ação Católica, é criada a Ação Católica Especializada nas décadas de 1950 a 1960. Nesse segundo momento da Ação Católica foram criados diversos grupos para trabalho específico com jovens, os grupos da Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Independente Católica (JIC). É desse período que a Pastoral da Juventude herda o método de seu trabalho – ver, julgar, agir – uma prática transformadora a partir da realidade, a descoberta da dimensão política da fé e o protagonismo dos jovens.

Nesse período da década de 1960, a Arquidiocese de Teresina, no Piauí, contava com o dinamismo e orientação de Dom Avelar Brandão Vilela, uma das figuras mais emblemáticas na formação e organização da Igreja do Piauí, uma das mais significativas no cenário nacional. O religioso abriu escolas das comunidades² arregimentando a pastoral e o trabalho social, em tempos de conflitos sociopolíticos e ditadura militar. Pelo imenso contributo e legado deixado ao povo do Piauí, podemos considerar Dom Avelar como mitológico.

Jesualdo Cavalcanti, em seu livro *Tempo de Contar* (2006, p. 149 e 150), elencou as lideranças piauienses da JUC que atuavam no movimento universitário, inclusive dirigindo a União Estadual dos Estudantes (UNE): Augusto José Fonseca de Castro (que foi indiciado em inquérito na Ditadura Militar), Bernardo de Sampaio Pereira (depois advogado atuante), Carlos Magno de Almeida, João Batista Machado (futuro desembargador) e Luiz Gonzaga Soares (depois advogado renomado). Cavalcanti (2006) também relaciona os jovens que defendiam posições mais

² A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) surgiu em 1943, em Recife (PE), para atender crianças e jovens que não possuíam ofertas de estudos pelo poder público ou não tinham condições financeiras para ingressar em colégios privados. Dom Avelar funda no Piauí escolas da comunidade, que envolvia a comunidade na construção da missão do projeto. Do desejo de um paraibano, Felipe Tiago Gomes, a Instituição implantou um modelo brasileiro de escolas no Brasil.

conservadoras na JUC: João Henrique Gayoso e Almendra Filho, José do Rêgo Lobão, (que foi secretário de governo), Juraci Nunes Santos (futuro desembargador), Luiz Fortes do Rêgo (futuro desembargador) e Manoel Alfredo Martins e Rocha. A coordenação e o acompanhamento dos jovens eram feitos por padre Isidoro Pires. A JUC, depois de 1964, praticamente se desativou no Piauí; o padre Isidoro continuou seu trabalho no movimento de educação de base.

Antônio José Medeiros, também em seu livro “1950 – 1968: uma geração contra a ditadura” (2014, p. 104) dedica parte de sua obra a citar os nomes dos participantes da Ação Católica Especializada.

A Juventude Estudantil Católica (JEC) era acompanhada em Teresina pelo Padre Raimundo José Ayremoares e pelo padre Djalma Andrade em Floriano. As lideranças jovens eram Fides Angélica de Castro Mendes Veloso (futuramente presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí), João Pedro Ayremoares Soares (advogado de renome), Kléber do Rêgo Monteiro e Conceição Mesquita, na época presidente do diretório acadêmico de filosofia.

A Juventude Operária Católica – JOC, desde 1964, tinha como assistente do grupo o padre Francisco Carvalho, que acompanhava os círculos operários e que foi vigário na Vila Operária e depois na Vermelha. O Padre Carvalho, como chamado, era muito visado pela ditadura militar segundo Antônio José Medeiros³ (2014). Os encontros da Juventude Operária sempre eram em Teresina e outras atividades eram desenvolvidas com a JOC do Maranhão, coordenada pelo padre Manuel de Jesus Soares.

A Juventude Agrária Católica – JAC também se expandiu em 1964 e tinha como assessor o padre Mateus Machado, um dos diretores do seminário de Teresina. A organização contou com apoio dos mesmos padres que tinham apoiado o sindicalismo rural antes de 1964, monsenhor Mateus Cortez Rufino, de Campo Maior, padre Jacques Villarinho de União e padre David Mendes, de Amarante (MEDEIROS, 2014). As dirigentes da juventude agrária católica eram Maria Elias Macedo de Capitão de Campos, Terezinha Costa Santos, de União e Sônia Veras, de Teresina.

³ Antônio José Medeiros é sociólogo, professor da Universidade Federal do Piauí. Autor do Livro: 1968 - Uma Geração Contra a Ditadura.

Célis Portela, irmã do ex-governador Petrônio Portela, liderava a JIC – Juventude Independente Católica e conforme Medeiros (2014) ela também foi visada pela ditadura militar, mantendo uma posição progressista de inspiração cristã.

Também é relevante destacar a presença no Piauí dos padres italianos da diocese de Verona, eles eram os que mais incentivavam os trabalhos com as juventudes da Ação Católica nas regiões do parque Piauí, Saci e Bela Vista, onde atuava o padre Sandro Spinelli e na Capelinha de Palha, Nossa Senhora das Graças e Monte Castelo os padres Júlio Di Laura e José Righini, com a participação das leigas Analisa Bertolazzi e Lúcia Righini.

Nesse período a Igreja do Brasil estava mergulhada no campo progressista e na efervescência social que penetrou os círculos católicos nas décadas de 1960 e 1970, principalmente após o golpe militar de primeiro de abril de 1964. Oportuno também lembrar que setores da Igreja se alinharam ao projeto de segurança nacional defendido pelas forças armadas, inclusive tendo sido apoiado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB⁴, através de um manifesto, apoiando oficialmente o golpe militar.

A repressão se intensifica contra os católicos e os movimentos sociais, incluindo a mais alta hierarquia da Igreja. Com a edição do ato constitucional nº 5, em 1968, a luta pela defesa dos direitos humanos e justiça social une a igreja católica e setores vanguardistas da sociedade, entre eles profissionais liberais, intelectuais e estudantes, na denúncia a tortura e violação das liberdades individuais, a despeito da resistência de alas mais conservadoras dentro da própria instituição e de grupos de direita, como a TFP – tradição, família e propriedade.

No ano de 1970 a igreja católica é uma das poucas instituições no Brasil capaz de contestar o regime militar e torna-se porta-voz dos direitos humanos. Ao tomar a frente desse processo de reconstrução democrática e de denúncia pela violação dos direitos humanos e pelo modelo econômico implementado nos governos militares,

⁴ A CNBB é uma instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica no País, na qual, a exemplo dos apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias (cf. cân. 447), e realizar evanglicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do reino definitivo. (CNBB, 2002, p.2)

passa a enfatizar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, rabinos, cardeais, pastores, estudantes, todos se reúnem para a construção da aliança democrática e defesa dos direitos humanos, principalmente em dois grande atos, um com a morte do estudante de geologia Alexandre Vanucci Leme, no dia 17/03/1973 nos porões do DOI CODI, culminando no culto ecumênico liderado por Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e pelo reverendo Jaime Ricci e outro grande ato foi o culto ecumônico em nome de Vladimir Herzog, jornalista judeu morto pelo regime no dia 27 de outubro de 1975 nas dependências do DOI CODI do 2º Exército em São Paulo, realizado também na Catedral da Sé (MEDEIROS et al, 2005).

É nessa ebulação de acontecimentos e frentes que a Ação Católica Especializada (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC) finda seu trabalho, na metade da década de 1960, e é inaugurada uma nova articulação e organização para as juventudes na igreja do Brasil.

Precisar uma data do surgimento da Pastoral da Juventude é praticamente impossível, por conta das vivências, experiências e transformações do ambiente eclesial. Para o seu surgimento houve toda essa base da Ação Católica Geral, movimento influenciado pelas ideias do Cônego Cardijn⁵ com o seu método ver-julgar-agir, que trabalhava com jovens da periferia de Bruxelas – Bélgica, o que não difere do início do trabalho dos grupos da Juventude Especializada no Brasil, principalmente pela situação do tempo vivido de Ditadura Militar e de crescente desigualdade social.

Medeiros (2014) comenta que no fim da ditadura militar e no processo de redemocratização do Brasil foi a época que a igreja católica romana mais se preocupou no território nacional e na América Latina a desenvolver imenso trabalho no campo sociopolítico através de suas comunidades eclesiais de base e das pastorais sociais como: a pastoral da terra, pastoral operária, pastoral da juventude do meio popular, pastoral universitária. Foi um período de reflexão e aprofundamento

⁵ O cardeal belga Joseph Léon Cardijn é descrito pelo Papa Paulo VI como “um dos homens que mais trabalhou no século XX”. Criou o método ver-julgar-agir para trabalhar com os jovens operários, sendo utilizado até os dias de hoje em várias Conferências e grupos do mundo inteiro, análises, diagnósticos e documentos da Igreja Romana do Brasil e da América Latina. Lutador a favor da classe operária e incansável defensor do movimento operário contemporâneo. Faleceu em 1967.

Ver: Brightenti, Agenor. O método ver-julgar-agir: da Ação Católica à Teologia da Libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

da Teologia da Libertação, da Pedagogia do Oprimido e da Doutrina Social da Igreja, inaugurados pós concílio Vaticano II, e com as fundações das conferencias episcopais nos continentes. Destaque também para os documentos latino-americanos que impulsionaram as mudanças teológicas da igreja na América Latina, os documentos de Medellín e Puebla.⁶

2.2 PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL E DO PIAUÍ: 50 ANOS DE MISSÃO

Pesquisadores da Pastoral da Juventude como Dick, Andrade e Silva (2014), fazem uma construção analógica comparando essa jornada a um “*trem*” – o trem da boa nova da juventude. Carmem Texeira (2006) correlaciona e compara esse itinerário utilizando a palavra “*movimento*”, tudo aquilo que não é estático, mais dinâmico, que não é linear, mas está em mutação constante. Marcio Camanho (2016) analisa e compara a movimentação história aos “*ventos*”, sua direção, e direção das nuvens, relacionando os períodos históricos da Pastoral da Juventude aos processos de construção histórico dos Direitos Humanos no mundo.

Faremos a análise histórica correlacionando-a com a ideia dos “*passos*”, e fundamentando-a com as dimensões/gerações dos direitos humanos. *Passo* remete a caminho, caminhada, jornada. No campo histórico dar um passo é sempre ir adiante, já no dicionário Aurélio (2023) o significado é o ato de deslocar o apoio do corpo de um pé a outro enquanto se anda.

Nos pés estão o sustento, o erguimento, a edificação de nossa postura vertical. Postura histórica que a Pastoral da Juventude no Piauí em 50 anos dedica e se compromete integralmente na defesa dos direitos humanos e na dignidade da pessoa humana, em especial das juventudes.

Mesmo que o passo requeira a ajuda dos pés e este possibilitem a nossa postura vertical, eles se encontram numa posição horizontal. É assim o trabalho da Pastoral da Juventude: o que é orgânico em sua formação e fundação é a escuta das bases e a horizontalidade das propostas, bem como do radical espaço democrático,

⁶ O Concílio Vaticano II é uma reunião dos bispos da Igreja Católica Romana para discussões doutrinárias e sociopolíticas. A presença da Igreja no mundo. O Concílio Ecumênico Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII, aos perceber os grandes problemas da humanidade em nível geopolítico e religioso. Foi concluído pelo Papa Paulo VI (1962-1965). Mudou radicalmente o pensamento e posição da Igreja.

participação e protagonismo juvenis. O jovem não ocupa e não está numa posição bancária, termo criado por Paulo Freire (1987) que reflete sobre a visão do educador e aluno – na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber, o jovem não é somente um mero depósito de conhecimento por parte do adulto. O jovem produz conhecimento através de suas vivências., ele não é depósito de conhecimento, constrói o conhecimento com os demais. Por aqui não há eixos verticais, somente construções e eixos horizontais, o que se reflete até na maneira de se reunir em grupo, sempre em círculos, sem hierarquia.

O trabalho com a juventude aparece através de um credo pedagógico que se traduz na valorização grupal, na importância da organização, no trabalho com os diferentes tipos de jovens, na formação integral, na importância do que se entende por acompanhamento, no cultivo da memória, dando lugar privilegiado a elaboração do projeto de vida e ao método da experiência ou da necessidade de partir da realidade (CELAM, p. 32).

Esse é o seu esteio, o credo pedagógico professado na Pastoral da Juventude. Portanto, construirei e sistematizarei o caminho histórico por ela percorrido em passos, relacionando-os aos direitos humanos.

1º passo (1970/1980): os direitos de liberdade – direitos civis e garantias individuais e políticas

No chão da fábrica o grito do mundo operário, no chão da escola a luta do movimento estudantil por liberdade de expressão, reunião e democracia, no chão do campo a luta por reforma agrária, expressões latentes dos direitos civis e de construção das garantias individuais e políticas que limitam a atuação do Estado sobre o indivíduo, protegendo-o de possíveis abusos estatais.

Em 1968, os bispos da América Latina reunidos em Medellín na Colômbia, percebendo os conflitos e problemas políticos do mundo e da América Latina e evidenciando os jovens como novo corpo social, confiam e depositam a essa população a dinamização do corpo eclesial, tendo como opção preferencial os pobres e os jovens. É a partir desse momento que o discurso da juventude ganha impulso na Igreja Católica Romana. O discurso é transformado em documento, adotando uma atitude acolhedora, dialógica e sincera com a relação à juventude, recomendando que

fosse desenvolvido em todos os níveis, seja na zona rural ou urbana a pastoral de conjunto, prezando sempre pela educação da fé dos jovens, partindo de sua vida e participando plenamente da comunidade eclesial, listando as seguintes recomendações:

- A necessidade de elaboração de uma pedagogia orgânica da juventude através da qual se estimule no jovem uma sólida formação humana e cristã e se apoiem os esforços em adquirir uma autêntica personalidade. Personalidade que os capacite, por uma parte, assimilar com critério lúcido e verdadeira liberdade todos os elementos positivos das influências que recebem através dos diversos meios de comunicação social e lhes permita, por outra parte, fazer frente ao processo de despersonalizado e massificação, que ataca de modo particular a juventude. Pedagogia que eduque também no sentido (valor e relatividade) do institucional.
 - A necessidade de um conhecimento da realidade sócio-religiosa da juventude constantemente atualizado.
 - A necessidade de promover centros de investigação e estudos no que se refere à participação da juventude na solução dos problemas do desenvolvimento.
 - Esta pastoral exige, em particular, da parte dos ministros da Igreja, um diálogo sincero e permanente com a juventude, tanto de movimentos organizados, como de setores não organizados, através dos conselhos pastorais ou outras formas de diálogo.
 - Que se apresente cada vez mais nítido na América Latina o rosto da Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo poder temporal e corajosamente comprometida com a libertação do homem todo de todos os homens.
 - Que a pregação, dos documentos pastorais, e em geral a linguagem da Igreja sejam simples e atuais, tendo em conta a vida real dos homens de nosso tempo.
 - Que se viva na Igreja, em todos os níveis, com caráter de serviço, um sentido de autoridade isento de autoritarismo.
- (CELAM, 1968, p.28 e 29)

No ano e na década da publicação de Medellín (1968), no mundo inteiro uma onda de rebeldia percorria rapidamente o globo com reivindicações específicas de cada realidade nacional. A lógica dominante era a da Guerra Fria, na Europa a revolução estudantil e nos países Latino-Americanos a残酷za da ditadura militar.

É nessa efervescência sócio-política e de reivindicação de direitos que, no ano de 1973, a Pastoral da Juventude do Brasil realiza seu primeiro encontro nacional para articulação, mobilização e organização coletiva eclesial. Emergidos em plena ditadura militar no Brasil, a PJ assume para si as exortações da Conferência de Medellín,

marco na vida eclesial. Eis a gênese da maior escola de formação de lideranças jovens do Brasil.

No Piauí não é diferente, os grupos já se organizavam e no fim da década de 1970 surgiam os grupos específicos, voltados para o trabalho em diferentes frentes, herança da Ação Católica Especializada: a Pastoral da Juventude do Meio Popular a maior expressão; logo em seguida, a Pastoral da Juventude das Paróquias; a Pastoral da Juventude Rural e, por fim, a Pastoral da Juventude Estudantil.

IMAGEM 1: Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP – Piauí.

Pedro de Picos, Edmilson do Parque Piauí, Assunção, Francisca Nascimento e Hortência da Vila Operária. Década de 1980.

Reunião acontecia no Convento dos Frades Capuchinhos. Igreja São Benedito, Centro de Teresina



. **Fonte:** Arquivo pessoal de Hortência Sousa

Destaque para o grupo de jovens “Líder da Juventude”, da Paróquia São José Operário, uma experiência que durou dez anos. Meninas e meninos na faixa etária entre 16 e 25 anos, estudantes, católicos e católicas, na sua maioria de famílias simples da paróquia, criaram esse grupo, a partir de outras experiências vivenciadas como: cursos de crismas, liturgia paroquial, legionários juvenis, etc.

Hortência Mendes e Assunção Sousa (2022), membros fundadores do grupo, em carta/relato de experiência, narram que o grupo paroquial chegou a reunir cinquenta pessoas em suas atividades:

a rotina do grupo se estendia por toda a semana, iniciava normalmente nas sextas à tarde, quando boa parte do grupo se reunia para organizar sua participação na liturgia dominical, em que equipes eram compostas e atividades distribuídas: cantos, leituras, limpeza da igreja, mobilização de outras e outros jovens. No domingo pela manhã no Clube São José, prédio que pertencia à paroquial e hoje não existe mais, acontecia as reuniões ordinárias do grupo, momento em que outras atividades eram sugeridas, relatadas, avaliadas e efetivadas: domingos de estudos sobre os mais variados temas (nacionais e internacionais); festividades juvenis, datas comemorativas tanto da juventude como da comunidade no geral, visitas pela paróquia (nesse período a paróquia se estendia até a zona rural norte de Teresina); visitas às famílias pobres, às pessoas doentes e a outros e a outras jovens afastados do grupo ou com problemas familiares, reuniões com as famílias, visitas a outros grupos dentro e fora da paróquia, a grupos que não eram da igreja.

O espírito de todos os grupos da Pastoral da Juventude que se formavam em um contexto de ditadura militar era esse, de profunda espiritualidade encarnada e de práxis libertadora. O anúncio e a denúncia. O auxílio e o socorro às famílias mais vulneráveis e o questionamento ao Estado em dar respostas resolutivas e efetivas às dores da comunidade. A atuação desses grupos voltava-se sempre não só a problemáticas religiosas, mas também para as questões sócio-políticas, econômicas e culturais:

o grupo sempre teve o cuidado de não se tornar um “gueto” juvenil e nem uma seita religiosa e por esse motivo desempenhou um papel importante nos momentos de calamidades na paróquia provocados principalmente por enchentes que atingia muitos bairros violentamente na região norte de Teresina.

Nesses momentos, o grupo assumia várias funções:

- Visitar e ajudar de diversas maneiras as famílias atingidas;
- Desenvolver campanhas de arrecadação de alimentos e roupas em na comunidade;
- Organizar a juventude nas comunidades. Em cada bairro em que se visitava para ajudar, criava-se um grupo de jovens de certa forma organizado.

Esse processo fortaleceu a igreja paroquial, deu credibilidade ao grupo e criou outras experiências com esse formato no Matadouro, Matinha, Poty Velho, Mafrense, Nova Brasília, São Joaquim e adjacências. (MENDES E SOUSA em carta enviada ao pesquisador em 2022)

É por conta dessa experiência e organicidade que o grupo de jovens Líder da Juventude, da Paróquia São José Operário, participou do processo de organização da Pastoral da Juventude no estado do Piauí e depois no Regional da Nordeste 4 da CNBB – Piauí e Maranhão.

IMAGEM 2: Grupo Líder da Juventude – Teresina



Fonte: Arquivo pessoal de Hortêncio Sousa

Segundo os membros fundadores do Grupo Líder da Juventude, a participação em eventos como o TLC – Treinamento de Lideranças Cristã na Diocese de Picos/PI, Congresso Nacional da Juventude, na cidade de Propriá/SE, os encontros diocesanos de juventude e os encontros inter-paroquiais foi aumentando progressivamente.

Nesse tempo de arbitrariedades, perseguição aos estudantes, cerceamento das liberdades individuais e políticas, miséria e fome no Piauí, a Pastoral da Juventude intercalava muito bem a oração e a práxis.

Hortêncio Mendes, emocionada, relata a experiência que marcou para sempre a sua vida, a vida do grupo de jovens e a sociedade piauiense: no ano de 1980, o Papa João Paulo II, em visita ao Brasil, escolheu algumas capitais da federação para visita e o piauiense embaixador em Roma, Expedito Resende viabilizou a passagem rápida do Papa por Teresina, não mais do que duas horas. No Aeroporto da capital piauiense aconteceu a acolhida ao Papa, sua saudação, mensagem e benção ao povo.

A coordenação da PJMP saúda o Papa João Paulo II com duas faixas. As faixas diziam: “Santo Padre o povo passa fome” e “Piauí, povo sem vez.” A faixa “Santo Padre o povo passa fome”, correu o mundo, e o então arcebispo na época, Dom Freire Falcão, pediu a retirada da mensagem. Por sua vez, o Papa conseguiu ler, do elevado onde estava, e, em voz alta, se compadeceu do povo, falando brevemente em sua mensagem aos piauienses sobre a fome.

[...] Àqueles de entre vós que pudestes conquistar os bens espirituais do saber, que dispondes de posses materiais, de conforto e bem-estar, que num ou noutro setor ocupais postos de decisão, não posso silenciar um pedido que vem do coração: assumir plenamente, sem reserva e sem retorno, a causa de vossos irmãos que se debatem na pobreza. Esta é frequentemente tão deprimente e paralisante que é impossível reerguer-se e fugir dela só com as próprias forças. Não haja nenhum (Jo 5,7), em meio à massa dos pobres desta região, que possa dizer, pensando em irmãos mais favorecidos, a frase cortante do paralítico do Evangelho: “Eu não tenho ninguém”, ninguém que me ponha de pé e me faça caminhar. Quem dera que os poderes públicos deste Estado, de mãos dadas com todas as forças vivas no domínio da iniciativa privada, com a ajuda específica da Igreja, dêm por fim aos pobres as possibilidades de escapar ao círculo da pobreza para aceder ao mais-ser almejado por meus predecessores, sobretudo João XXIII e Paulo VI. [...] (MENSAGEM DO PAPA JOÃO PAULO II AOS PIAUIENSES, 1980)

A citada faixa causou a prisão dos jovens do grupo, entre eles Raimunda Reis, Hortência Mendes, Antônio Carlos (Palhaço Pancinha), Edmilson e o padre José da Costa Araújo (Pe. Costinha).⁷

IMAGEM 3: Aeroporto Lucídio Portela – Faixa “Sto. Padre O POVO PASSA FOME.”



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Teresina

⁷ “Estávamos há uns 3 dias da passagem do papa e os jovens da Pastoral de Juventude, inquietos e indecisos, queriam fazer qualquer coisa, aproveitar a ocasião para um protesto contra aquele regime (ditadura militar) Pensava em levantar uma faixa, mas não tinham meios para comprar o pano e a tinta, vinham mesmo ao encontro do que eu queria, então aproveitei-me e ofereci a cobrir as despesas, mas em troca a frase seria minha. “Santo padre o povo passa fome!” Unâimes os jovens aceitaram a ideia e meteram-se a trabalhar.

A mídia divulgou para todo o país e o mundo testemunhou o menor discurso que o papa Wojtyla pronunciou durante toda a viagem, denunciando a grave injustiça social.

Nesse ínterim, os rapazes que entusiasmados sustentavam a faixa, foram presos e levados para a polícia federal, mas em seguida por diligência dos padres do parque Piauí Luiz e Roberto e com a intervenção do arcebispo Falcão foram logo soltos.

Do contrário teriam de punir também o papa.”

Antologia: Segundo Congresso Eucarístico Arquidiocesano de Teresina / Maria Cecília Mendes (Org) Teresina: Halley, 2010. Histórias, pag. 94-95

IMAGEM 4: Jornal “O ESTADO” noticia a prisão dos jovens estudantes.



Tumulto em frente ao palanque causou temor

MENORES

L.C.A.N., 15 ou 16 anos; O.B.N.F., idade não revelada; A.C.O.S., provavelmente 17 anos; e C.A.O.S., idade também não revelada. O Departamento de Ordem Política e Social não informou o endereço dos estudantes e tampouco adiantou as medidas que pretende tomar contra eles.

Segundo se soube ao final da tarde de ontem, o diretor do Dops, coronel Aécio Klebert, teria autorizado a prisão fundamentado no pensamento de que “aquele não era o momento de apresentar frase tão pesada”. Esse, entretanto, segundo familiares dos estudantes, não é o mesmo pensamento do Papa João Paulo II, que chegou a clamar pelo “Pai nosso”.

Um tumulto que durou pelo menos 10 minutos, em frente ao palanque armado para o Papa João Paulo II, perigosamente próximo ao alambrado de proteção, preocupou as autoridades encarregadas do esquema de segurança. Algumas autoridades e jornalistas que estavam no palanque observaram a confusão partida de uma mulher, jovem e forte.

O Capitão Cláudio Silva, coordenador do esquema na área do palanque distribuiu algumas ordens e dois minutos depois, soldados da Polícia Militar estavam pulando o alambrado, para o meio da mul-

tidão, para prender os responsáveis.

PRISÕES

Foram feitas várias prisões, mas as viaturas-celas da PM estavam colocadas por trás do palanque e os jornalistas não tinham acesso, o que prejudicou as informações sobre os nomes dos detidos.

Um repórter teve a oportunidade de conversar, por segundos com um soldado que fizera a prisão de uma das pessoas envolvidas no tumulto, mas ele não quis prestar informações, dizendo para o jornalista: “não me incomode”.

IMAGEM 5: Faixa erguida pelos jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular
Piauí: Povo Sem Vez!



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Teresina Piauí.

IMAGEM 6: Jornal “o Estado” noticia: “Protestos causam prisões no Dops.”

Protestos causam prisões no Dops

Duas faixas chamaram atenção do povo, imprensa, autoridades e órgãos de segurança, por ocasião da visita do Santo Padre ontem a Teresina. Uma delas, a maior, com letras garrafais pretas dizia: “Santo Padre o povo passa fome” e a outra, menor, porém com letras também grandes afirmava: “Piauí, povo sem vez”.

A primeira faixa a surgir foi a da fome. Ela apareceu entre 6,30h para 7 horas. Quando os jornalistas viram e divulgaram o que nela estava escrito, os seus idealizadores esconderam-na por algum tempo. Depois, ela só foi mostrada uma hora após, isto é, faltando hora e meia para a chegada do Papa.

Enquanto a faixa da fome desaparecia do lado direito do palanque, do lado esquerdo aparecia outra também de denúncia: Piauí, povo sem vez. Mais uma vez a imprensa divulgou. Notava-se entre os organismos de segurança um corre-corre para evitar que as faixas fossem exibidas quando da presença do Papa.

Isso não aconteceu porque quando o Papa discursava, a faixa da fome foi levantada e João Paulo II acabou lendo o que nela estava escrito. Com a voz pausada e apontando com o dedo ele leu depois de haver rezado o Pai Nossa com a multidão: “Pai, o povo passa fome”. Nesse instante, todos se voltaram para ver a faixa que até então estava guarda-

da. As pessoas que seguravam-na agitaram como que felizes por haverem atingido os objetivos, isto é, ser vista a faixa pelo Papa.

Mas a exibição dessa faixa causou transtornos aos seus idealizadores. Os donos do manifesto foram parar no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Mais tarde, cinco padres, foram a Polícia pedir a libertação dos implicados. Saíu a informação de que o padre Roberto Agustini, vigário do Parque Piauí, comandou o movimento. No DOPS a imprensa não pode saber os nomes das pessoas envolvidas com o fato. O nome do padre Roberto vazou por uma fonte extra.

Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Teresina Piauí.

Muitas pessoas integrantes do grupo participaram efetivamente desses processos que intercalou oração-ação-oração; grupo-intergrupos-grupo. Para os membros fundadores foi um grande aprendizado pessoal e grupal.

O processo de formação dos jovens, acompanhamento e reflexões sobre suas práticas e orientação para a inserção nas comunidades segundo os jovens fundadores do grupo era sempre assessorado pelas Irmãs de São José e pelos padres redentoristas. “Podemos dizer que a juventude que participou dessa parte da história da Paróquia da Vila Operária, na sua maioria hoje, está ligada a alguma ação cidadã como padres, professores e professoras universitárias, ONG’s, Pastorais, sindicatos etc.”, diz Hortência Mendes e Assunção Sousa.

Tirar esse contexto histórico do surgimento da Pastoral da Juventude no Brasil é não observar as raízes fundantes de sua estruturação, organização e formação política e eclesial. A nível nacional havia uma linha de atuação permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para acompanhar e animar essa geração no encontro de sua tarefa, projeto e missão.

Com o florescimento do trabalho pastoral, em 1980 é criado o Regional Nordeste 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estrutura eclesiástica que compreende as dioceses particulares do Piauí e do Maranhão, desmembrado do Estado do Ceará. Nesse mesmo período se formava inúmeros grupos de jovens das Pastorais da Juventude no Estado, em cada município havia mais de dois grupos, com números não ultrapassados de 30 membros, para privilegiar o debate, o envolvimento e a experiência das primeiras comunidades cristãs. Nucleação era o nascedouro fecundo dos grupos de jovens, nas comunidades eclesiais de base.

A Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB criava o Setor Juventude, para assumir de forma efetiva e afetiva a juventude, era o ano de 1983.

Em 1984, chega à Arquidiocese de Teresina Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, passando a exercer grande atuação junto às pastorais sociais e aos grupos da Teologia da Libertação, incentivando a criação de novos grupos, em especial de jovens na Arquidiocese de Teresina. Para o clero e a sociedade piauiense, Dom

Miguel⁸ e sua obra foi feita no silêncio, segundo Padre Cláudio de Melo, razão pela qual poucos sabem ser ele um bispo cujo dinamismo superou todos os seus antecessores, tanto na pastoral religiosa, como social.

Os grupos de jovens em formação e organização na arquidiocese eram: PJMP, JUFRA, JOC e a Comissão da Fraternidade dos Deficientes, liderada por Gerson Mendes, hoje padre.

No ano de 1986, o Piauí recebe a visita de Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, conhecido internacionalmente pela defesa dos direitos humanos. Em sua passagem pela capital piauiense houve uma grande mobilização e encontro com os grupos de jovens, no Ginásio Verdão.

Muitos grupos na Arquidiocese de Teresina foram nucleados nessa década, grupos nas comunidades: Sta. Teresinha do Menino Jesus II, em 1986; em São João Evangelista – Parque Piauí em 1988; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro-Mafrense e na Catedral de Nossa Senhora das Dores em 1992; na comunidade São Paulo no ano de 1993; em São Francisco de Assis no Dirceu I com Padre Gerson Mendes e as Irmãs Dominicanas de São José; e na Imaculada Conceição-Morada Nova em 2000 (CNBB NE 4, ARQUIVO).

⁸ O professor Fonseca Neto na crônica intitulada “Um bispo com dom de servir”, escreve testemunho sobre Dom Miguel: “Certa vez estando os professores da rede estadual em greve pelo ano de 1989, foi organizada uma manifestação na praça da Liberdade – Adro da São Benedito. Ali perto do Palácio do Karnak (sede do Governo do Piauí), sucedeu grande repressão policial, socos, pontapés, sangue, bandeiras rasgadas, pelo descompromisso governamental. Igreja apressadamente fechada. Pela tarde, morador ali de perto e já avisado do acontecimento, vem para o meio da multidão indignada, o bispo magro e de pouca conversa. Ouviu com respeito a quem tinha o que dizer, pediu para abrirem as portas da Igreja São Benedito e desceu as escadarias do alto da jurubeba, adentrou o Palácio do governo com os professores. Em minutos estavam todos em audiência (de cuja negação decorrerá o protesto).

Saído do Palácio, Miguel, um dom para a meditação, faz breve fala aos trabalhadores da educação e os conforta; orienta o frei pároco de São Benedito que mantenha abertas as portas do templo, das seis da manhã às dez da noite, ao tempo em que exorta (em nada arroubo algum), que a polícia não se atreva a aprender manifestante dentro do mesmo. Pela insensibilidade e total falta de compromisso do governo pela educação pública, nos dois meses seguintes, os grevistas permaneceram naquele adro num acampamento protesto que a cidade custará a esquecer.

Não houve, então, solução satisfatória para as demandas do professorado, mas ficou marcado nas mentes de todos os diocesanos a atitude corajosa quanto serena do arcebispo, que a reiterou poucos dias depois, no mesmo adro e com todo o clero, na chegada da procissão de Corpus Christi.”

Antologia: Segundo Congresso Eucarístico Arquidiocesano de Teresina / Maria Cecília Mendes (Org) Teresina: Halley, 2010. Crônicas pag. 53-54.

Nessa década há um debate profundo na luta pela redemocratização brasileira com o movimento nacional das Diretas Já e a participação dos grupos de jovens era efetiva, propositiva, empoderada, reflexiva e militante. Um novo tempo estava sendo gestado.

2º passo (1990/2000): os direitos de igualdade – direitos sociais, econômicos e culturais – políticas públicas

Na passagem de década há o euforismo do grito preso à garganta pelo direito de manifestar-se por uma radical democracia. A reconquista dos direitos com a promulgação da Constituição de 1988 é base de fundamento desse período.

Nesse passo, os direitos implementados nas duas décadas que virão são os direitos de igualdade, direitos sociais, econômicos e culturais, respostas efetivas do Estado às motivações sociopolíticas, econômicas e culturais do país, políticas públicas concretas como: direito à alimentação, moradia, educação e assistência médica, bem como seguridade social e proteção no desemprego.

Ocorre nova ebulação das forças políticas, a pastoral da juventude é convocada para ocupar as fileiras, participando das manifestações do Impeachment do Presidente Fernando Collor, protagonizado por todos os movimentos juvenis, em especial os estudantes, nomeados de Caras Pintadas.

Segundo Camacho (2017, p. 2), “foi um tempo de estímulo para a efetiva participação de jovens nos processos políticos, não como coadjuvantes, mas também como protagonistas: a campanha de estímulo do voto aos 16 anos, a filiação em partidos políticos visando candidaturas nas eleições para todos os cargos, em todos os níveis, mas principalmente para as câmaras legislativas.”

Raimundo Nonato Silva, a época membro fundador do grupo de jovens da Paróquia Sant’Ana de Canto do Buriti, se candidatou ao cargo de vereador do seu município. Movimentos como esse aconteceram em inúmeros municípios do Brasil e do Piauí, provocados principalmente pelo lema do Dia Nacional da Juventude – DNJ, de 1996: “Eu quero ver o novo no poder”, que estimulava as candidaturas juvenis. Muitos jovens conseguiram expressiva votação e ocuparam as câmaras legislativas de seus municípios.



IMAGEM 7: Jovens Missionários Unidos. Canto do Buriti – Piauí

Fonte: Arquivo da Diocese de São Raimundo Nonato



IMAGEM 8: Coordenação da Pastoral da Juventude e Equipe de Assessores da Diocese de São Raimundo Nonato

Fonte: Arquivo da Diocese de São Raimundo Nonato



IMAGEM 9: Apresentação teatral dos jovens da Pastoral da Juventude de Canto do Buriti

Fonte: Arquivo da Diocese de São Raimundo Nonato

Nesse caminho a pastoral da juventude do Brasil e do Piauí possuía uma base sólida de discussão nos grupos de jovens, na elaboração de subsídios, nos encontros formativos, nos seminários e na práxis pastoral, constituindo-se em primor de aprofundamento das temáticas relacionadas aos direitos humanos, principalmente de segunda geração, contribuindo inclusive na luta e construção de uma nova Constituição Federal, o que foi promulgada em 1988.

Com isso há uma necessidade de se implementar e de cobrar mais atuação do Estado na efetivação do conteúdo programático da CRFB/1988 e dos direitos das juventudes, identificando os problemas reais do Brasil, das juventudes, estudando os casos e cenários, formulando e elaborando as políticas públicas e as efetivando.

“Faz algum tempo que a juventude se vê mais distanciada do sistema político e da competência eleitoral, o que se reflete nos baixos índices de adesão partidária ou de participação em eleições, em muitos países.” (CELAM, p. 44). De fato, a juventude costuma sentir-se pouco representada em espaços de tomada de decisões políticas, onde padecemos nos dias de hoje com o não envolvimento dos jovens.

Portanto, consideramos essa década um marco na formação de lideranças da Pastoral da Juventude do Piauí. Hoje, quase todas as grandes personalidades, lideranças políticas e comunitárias dos municípios piauienses e agentes de pastoral actuaram e participaram da Pastoral da Juventude na década de 1990 e 2000.

Em duas Assembleias Provinciais da Igreja do Piauí foram discutidos temas relacionados às juventudes. No ano de 1989 foi proposta a 3^a Assembleia Provincial, na cidade Floriano, entre 9 a 12 de março, que teve como tema a Metodologia Eclesial e Social num processo de iniciação e militância jovem. Já em 1990 a 4^a Assembleia Provincial em Teresina, de 24 a 27 de fevereiro, quando ficou programado um curso de Teologia da Libertação. Sinais de uma igreja engajada, dinâmica e participativa.

Nessa trajetória, no ano de 1991, aconteceu a primeira assembleia da PJ do Piauí na cidade de Parnaíba, nos dias 11 a 14 de julho. O tema abordado era “Educação, trabalho e migração.” A assembleia contou com a assessoria do Movimento de Educação de Base e a participação de 70 jovens. Destaques principais nessa assembleia foi a formação de uma equipe de apoio e a organização da PJ do Piauí, que antes estava ligada ao regional do Maranhão. Também nesse período foi

escolhido dois jovens do Piauí para participarem do 1º Congresso Latino-Americano em Cochabamba.

No ano de 1994 o passo era a promoção e realização da 2ª assembleia, entre os dias 12 a 15 de fevereiro, na cidade de Bom Jesus/PI. O tema proposto foi “Juventude, repensando e celebrando sua caminhada.” A assessoria ficou por conta de Daniel Seidel (ex-secretário da PJ Nacional). A segunda assembleia contou com a participação de 2 bispos, várias religiosas e 70 jovens. Nessa assembleia foi lançada uma carta, chamada de Carta de Bom Jesus, com o seguinte destaque: “Priorizamos: capacitar, numa formação integral e sistemática, coordenadores e assessores, dando especial atenção aos jovens leigos e criar meios alternativos para maior autonomia financeira da Pastoral da Juventude no Regional.”

Marco histórico também foi a 2ª Romaria da Juventude da Diocese de Parnaíba, com a presença de 8 mil jovens de todo o Estado. A atividade foi realizada no Dia Nacional da Juventude.

A Coordenação Regional da Pastoral da Juventude formata e cria um guia de orientação prática da PJ Regional para as funções das coordenações, assessores, bispo que acompanha a PJ e da Equipe de Apoio. Documento importante para dar luz as indicações e montar o perfil desses serviços.

Nesse período a representante jovem da PJ do Piauí na Coordenação Nacional era Creuza, da Diocese de Oeiras/Floriano. No ano de 1995 Creuza participa do Fórum Mundial da Juventude com o Papa João Paulo II em Manila, nas Filipinas. No mesmo ano, a PJ do Piauí promove e realiza a Pesquisa sobre o Mundo Juvenil e a Cidadania, de 15 a 25 anos, entre os meses de agosto e setembro.

Em 1996 acontece a 3ª Assembleia Regional da PJ, nos dias 17 a 20 de fevereiro, Picos/PI, com o tema “Juventude - Cidadania e Missão e lema: Jovem, Mostre sua cara. Assessoria contou com Eliomar Ribeiro e Pe. Vilson Basso (assessor da PJ do Brasil, hoje bispo). Como proposta foi lançada a 2ª carta da PJ do Piauí com atenção para o seguinte ponto, “assumimos para os próximos três anos (96, 97 e 98), os projetos: Missão Jovem, ação cidadania, formação humana e formação da cidadania e espiritualidade.” Acontece também a liberação para PJ do Piauí do Pe.

Tiago Herbert, assumindo assim a assessoria, e a jovem Rita de Cássia, da Diocese de Picos, é eleita como representante da PJ do Piauí.

Acontece nesse ano também a 3^a Romaria da Juventude na Diocese de Parnaíba, em novembro. E no ano de 1996, em maio, acontece em Teresina o encontro sobre Fé e Política, para jovens da PJ candidatos a cargos eletivos nas próximas eleições.

A CRPJ decide criar o Boletim da PJ do Piauí, como forma de comunicação para os grupos de jovens. O assessor e a equipe de apoio assumiram a responsabilidade de produzir o boletim mensalmente.

No ano de 1997 acontece a 1^a etapa do curso de assessores, nos dias 19 a 26 de janeiro em Picos e a 2^a etapa do curso no mês de julho, de 20 a 27. No ano de 1998 a 3^a etapa, em janeiro e fevereiro na cidade de Bom Jesus.

Em 1998 houve o 1º Curso de Formação com Pe. Jorge Boran, de 21 a 24 de maio, em Teresina com a Pastoral da Juventude e a Pastoral Vocacional, com 120 participantes, assessores paroquiais do PI, convidados do Ceará e do Maranhão.

A PJ do Piauí realiza parceria com a criação do Boletim Regional em conjunto com a Cáritas e o Secretariado do Regional. Em Campo maior acontece a 4^a Assembleia Regional no ano de 1999, entre os dias 12 a 15 de fevereiro. O tema discutido foi PJ: avaliar e planejar para avançar e lema: Juventude, semente do novo.

No ano de 2002 a 5^a assembleia da Pastoral da Juventude acontece na cidade de Teresina, entre os dias 9 a 11 de fevereiro de 2002 – Socopinho/ Centro de Treinamento Diocesano, com o tema Pastoral da Juventude do Piauí: Identidade e Compromisso. A 6^a assembleia foi no ano de 2004 na cidade de São Raimundo Nonato e em 2008 a 7^a a assembleia pastoral na cidade de Picos.

No ano de 2005, no Brasil, o governo federal cria o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), passo importantíssimo na consolidação das políticas públicas de juventude no país.

Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

Atualmente, o Conjuve é composto por 30 conselheiros, sendo 10 representantes do poder público e 20 representantes da sociedade civil. A

representação do poder público contempla, além da SNJ, todos os ministérios que possuem programas voltados para os jovens; a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados; o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude; além das associações de prefeitos. Essa composição foi estruturada para que as ações sejam articuladas em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), o que contribuirá para que a política juvenil se transforme, de fato, no Brasil, em uma política de Estado.

Já a parcela da sociedade civil, que é maioria no Conjuve, reflete a diversidade dos atores sociais que contribuem para o enriquecimento desse diálogo. O conselho conta com representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. Os membros do Conselho são escolhidos para mandato de dois anos, mediante eleição direta, e os cargos de presidente e vice-presidente são alternados, a cada ano, entre governo e sociedade. (CONJUV, 2005)

No ano de 2006 um fato novo se sucede no campo da militância da Pastoral da Juventude: Elen Linth (secretária nacional da PJ) assume a Presidência do CONJUVE, representando o conjunto das Pastorais da Juventude do Brasil. Em 2008, com interesse e participação expressiva de membros das Pastorais da Juventude, acontece em Brasília/DF, a I Conferência Nacional de Juventude, organizada pela Secretaria Nacional da Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude.

3º passo (2010/2020): direitos à fraternidade humana – efetivação dos direitos das juventudes – emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010

O terceiro passo vem contemplar os direitos de terceira dimensão, os direitos à fraternidade humana. Nesse período há uma efervescência e consolidação das políticas públicas de juventude e uma discussão emancipatória dessa faixa etária. O maior destaque desse passo histórico é a Emenda à Constituição nº 65, de 13 de julho de 2010, que acrescenta ao artigo 227 o nome jovem, agora como sujeito de fato e de direito.

Art. 2º O art. 227 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao **jovem** (grifo nosso), com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de reparar-lhos a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Os artigos seguintes versam sobre a participação efetiva do Estado na promoção e criação de programas e projetos que contemplem integralmente a vida das juventudes, incluindo inclusive no § 8º, I e II: a criação do estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens; e, o plano nacional de juventude, para a execução de políticas públicas.

A efetivação dessas políticas aconteceu três anos mais tarde, em 2013, com a sanção da Lei nº 12.852, de 5 de agosto, que instituiu o Estatuto da Juventude, além de disposições sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Foi fundamental a aprovação do Estatuto da Juventude no Brasil, pois o país era um dos únicos na América Latina onde não existia.

Marcos e dimensões históricas que impactaram e continuam produzindo efeitos na vida das juventudes. A participação da Pastoral da Juventude nesse processo foi e é extremamente relevante. Protagonismo juvenil em todas as articulações e costuras políticas para a implementação desses direitos, a nível nacional e estadual, mas muito há que ser discutido, planejado, avaliado e implementado com a participação da juventude.

No Piauí, em 2011 ocorreu a 8ª assembleia, nos dias 18 a 20 de novembro na Casa João XXIII – Floriano/PI com o tema PJ: Resistência e Profetismo e o lema o texto bíblico do livro de Ester: “O meu desejo é a vida do meu povo” (Est 7,3).

Nessa assembleia Carlos Alberto Amorim foi eleito membro da coordenação regional do Piauí como secretário regional. No ano de 2013 o coordenador regional Robério Carvalho renuncia ao mandato e assume por dois anos a coordenação interinamente o secretário regional Carlos Alberto Amorim.

Em 2014 é realizada a 9ª assembleia nos dias 21 a 22 de novembro – Socopo/Teresina. O tema refletido foi “Ide sem medo para servir! E o lema “Até que tudo fique fermentado.” Texto bíblico do Evangelho de Mateus 13, 33. É eleito Carlos Alberto Amorim para o serviço de coordenador regional e representante do Piauí na Coordenação Nacional da PJ.

No ano de 2016 aconteceu a 10ª assembleia da PJ, entre os dias 25 a 27 de novembro, na cidade de Floriano/PI com o tema “Igreja Jovem em saída: façamos

florescer!” e o lema tirado do evangelho de Marcos “Ide e anunciai o Evangelho a toda criatura (Mc 16,15)”

Em 2019 a 11ª assembleia, nos dias 25 a 27 de janeiro na cidade de Oeiras/PI com o tema “Na ciranda com elas e por elas façamos a festa do Bem Viver” e o lema do livro de Judite: “Não existe na terra um ser tão bonito e que se expresse tão bem como a mulher!” (Jud 11, 21).

Essa assembleia contou com delegados das sete dioceses com articulação pastoral da PJ e a presença Dom Edilson, bispo local e acompanhantes. Foi escolhido nessa assembleia regional o coordenador da Pastoral da Juventude do Regional Nordeste 4, o jovem Edmar Mota, da Diocese de São Raimundo Nonato para compor a Coordenação Nacional da PJ representando o Piauí. Além dele também foram escolhidas Dayanne Cristina, da diocese de Parnaíba para os serviços da Secretaria Regional e Fernanda Dias para os serviços da Tesouraria Regional. Completando a equipe, um grupo de cinco assessores tiveram seus nomes sugeridos pelas dioceses e que aceitaram a missão de assessoria, sendo eles: Ir. Paula Pereira Brito (Parnaíba), João José (Teresina), Jefferson Oliveira (Picos), Constâncio Muniz (Oeiras) e Ramídio Leite (Floriano) para o acompanhamento da coordenação regional para os próximos dois anos

No ano de 2022 foi realizada a 12ª assembleia, nos dias 29 de abril a 01 de maio na cidade de Canto do Buriti. O tema da assembleia foi “Reencontrar o grupo de jovens, renovar a esperança e defender a vida.” O lema “Quantos pães vocês têm? (Mt 15, 34).

Tendo feito esse levantamento vemos como a Pastoral da Juventude se organiza e se mantém no tempo sendo uma pastoral forte e com propostas coesas para a Igreja do Piauí e do Brasil. Uma verdadeira escola de formação permanente e integral da vida.

Medeiros e Alves (2005, p. 112) no livro “Catolicismo e experiência religiosa no Piauí: pesquisa com a população,” traz em uma das sessões a identificação das denominações religiosas presentes no estado, bem como as formas como as pessoas vivem vivenciando a própria religião. Uma das perguntas do questionário feito nos domicílios piauiense era: Você participa de alguma pastoral? Qual? (a aplicação dessa

questão foi feita apenas para cristãos católicos) e como resultado a Pastoral da Juventude a época foi a pastoral que mais exercia atração na Igreja do Piauí. Na Diocese de Parnaíba quando a pesquisa foi realizada o número alcançando foi 12,6%. Enquanto os outros grupos e pastorais apresentavam tomando conjunto das dioceses do Regional Nordeste, 4 índices que não ultrapassavam os 7% de participação. Confirmado a pouca mobilização dos católicos em nível institucional.

Em relação aos problemas sociais cotidianos poucas adesões, chegando a praticamente a zero nas 7 dioceses pesquisadas (há época o Piauí era dividido em 7 territórios eclesiásticos/dioceses). O número de adesão as pastorais sociais não ultrapassavam os 2,5%, que são os casos das dioceses de Picos e Bom Jesus do Gurguéia (MEDEIROS e Alves p.112).

Nesse percurso pela realidade da América Latina e do Caribe, vamos encontrar-nos com a diversidade de rostos concretos de jovens que sofrem a desestruturação da sociedade, rosto de jovens indígenas, afro-americanos, camponeses suburbanos marginalizados, que vivem carentes dos recursos mais básicos e sem possibilidades de emergir em meio a um sistema neoliberal, que favorece, em nossos países, um processo de empobrecimento e má distribuição das riquezas.

São rostos de jovens operários, com poucas possibilidades de melhorar seus salários; de jovens encarcerados, fruto de um círculo de vida incerta; de jovens estudantes em sistemas educativos cuja formação muitas vezes não responde aos parâmetros competitivos de hoje. São rostos de jovens urbanos que, a cada dia, vivem na incerteza, por ficarem banidos das instituições que oferecem possibilidades para construir sua identidade; rostos de jovens que são presa da violência e do extermínio, de uma cultura consumista, provocada pelos meios de comunicação social que os impulsoram a satisfazer as necessidades, a desfrutar das coisas em abundância, a estar na moda para serem aceitos. São jovens envolvidos em um hedonismo, com uma conotação imprevisível. São os rostos sofredores daqueles que caíram nos emaranhados das drogas, que criam neles dependência psíquica e biológica, sem possibilidade de sair delas, porque delas fizeram sua vida. São jovens que, confusos em identidade sexual, não realizam um processo sereno de formação integral na afetividade. São jovens que se sentem marginalizados pelas dificuldades de acesso as redes sociais e ao mundo da comunicação. São jovens que sofrem pela falta de modelos de lideranças significativas para a construção de seu projeto de vida. (CELAM, p.43).

Essas múltiplas vulnerabilidades, situações e marginalização que atingem de formas diferenciadas as juventudes são constantes violações dos direitos dos jovens, pois, mesmo que sejam legalmente considerados como sujeitos de direitos, na prática há ainda um largo caminho a percorrer (FACHINETTO, 2010).

TABELA 1: Sistematização dos passos da Pastoral da Juventude na história política e eclesial do Brasil e do Piauí.

PASSOS/DIMENSÕES GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	ÉPOCA	LUTA POR	AÇÃO DA PJ
1º PASSO	Anos 70-80	os direitos de liberdade – direitos civis e garantias individuais e políticas	Forte formação de base (fé e política) e engajamento social
2º PASSO	Anos 90/2000	os direitos de igualdade – direitos sociais, econômicos e culturais – políticas públicas	Engajamento partidário, candidaturas, processos eleitorais nos municípios e estados
3º PASSO	2000/2010	direitos à fraternidade humana – efetivação dos direitos das juventudes	Políticas públicas de/para/com juventude - Emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010
4º PASSO	2010/2020	Direito à vida	Campanha contra a violência e o extermínio e contra a redução da maioridade penal

2.3 O GRUPO DE JOVENS, A EDUCAÇÃO POPULAR E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO – REFERÊNCIA PARA O TRABALHO PASTORAL

A Pastoral da Juventude recorreu a inúmeras experiências exitosas na Igreja da América Latina. Se os movimentos da Ação Católica Especializada se fundamentaram no método ver-julgar-agir dos movimentos operários, a Pastoral da Juventude no Brasil se referenciou na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1974) e na Teologia da Libertação, não desprezando os métodos vindos da Ação Católica.

Medellín⁹ (1968), Puebla¹⁰ (1979), Santo Domingo¹¹ (1992) e Aparecida¹² (2007), documentos da Conferência dos Bispos e da Igreja Católica Romana latino-americana e caribenha, dão norte para a formação das comunidades locais e nucleação de grupos de jovens, seja da Pastoral da Juventude e específicas (PJE, PJMP, PJE, PJR), seja de outros seguimentos e espiritualidades cristãs.

Nessa relação há necessidade de destacar os documentos de Medellín (1968) e de Puebla (1979), documentos estes que a Igreja latino-americana assume de forma preferencial em sua missão uma eclesiologia dos pobres e dos jovens. Essa eclesiologia faz nascer a teologia da libertação.

Boof (1980, p. 9) relata que “a gravidez da práxis e da ideia de libertação surge na década de 1960, não só pelas efervescências políticas na sociedade latina americana, mas também nas Igrejas cristãs e em outras denominações religiosas, período de grande utopia e rebeldia.”

⁹ Medellín foi o primeiro evento continental da Igreja Católica para a recepção e discussão sobre o Concílio Vaticano II. Esse encontro continental movimentou e promoveu discussões para a construção de uma autoconsciência eclesial que se tornará contribuição local para a catolicidade da Igreja, inclusive propondo mudanças nas estruturas internas (TAMAYO, 2000). Nesse período houve, também, uma valorização da ação política dos cristãos (MANZATTO, 2007, p.532). Em Medellín surge um novo paradigma eclesial - o modelo da Igreja dos pobres (SCATENA, 2008).

É também neste contexto eclesial que ocorre as primeiras sistematizações da “teologia da libertação”, o grande contributo no método para a teologia universal. Do ponto de vista do desenho eclesial, é em Medellín que se dá especial ênfase à organização e formação das Comunidades Eclesiais de Base, um modelo de Igreja que emerge de ambientes eclesiais de fronteira, a célula inicial das estruturas eclesiásticas (10-11).

¹⁰ Puebla teve como tema geral: “Evangelização no presente e futuro da América Latina”, este documento faz um diagnóstico sociopolítico, econômico e eclesial, retomando os principais núcleos do pensamento social na Igreja. Em vários pontos a Igreja avançou, principalmente na recuperação da consciência histórica; a opção preferencial da Igreja pelos pobres e pelos jovens e pela dignidade das pessoas.

Em Puebla, se confirmam, em seu estatuto, as Comunidades Eclesiais de Base como caminho de construção de uma Igreja comunitária e participativa (MANZATTO, 2007, p.538).

¹¹ A Conferência de Santo Domingo não conseguiu fazer uma análise a partir das duas anteriores conferências. O trabalho final modificou todo o processo e os métodos teológicos-pastoral que estavam sendo utilizados nas Conferências anteriores.

¹² Na Conferência de Aparecida o CELAM, diferente das outras três conferências, propôs um Documento de Participação (CELAM, 2005), com fichas de trabalho para as comunidades, participação ativa de todos os setores eclesiais. O processo de consulta durou cerca de três anos. Foi, então, elaborada uma síntese que reafirmou a necessidade e o profundo desejo de uma Igreja aberta e participativa (CELAM, 2007). Esta síntese resultou em um documento base, que os bispos receberam no início da Conferência. O método utilizado para a confecção do material foi o ver, julgar e agir (BOFF, 2007).

A década de 1970 já é marcada na América Latina, nascendo da Teologia da Libertação, pelo predomínio da ideologia da segurança nacional, com consequências que atingiram quadros da igreja. Há pouco lugar para euforia dos anos 60, quando se podia sonhar com uma arrancada espetacular de libertação popular.

A palavra libertação se tornou significativa não somente para práxis política e para a reflexão teológica. Ela veicula a emergência de uma nova consciência histórica, como maneira de compreender e de se situar face à totalidade da história. Ela agora foi desvelada, tirada de sua latência e articulada na consciência e na história do homem. É por isso que, nos últimos anos, começou-se a falar em pedagogia libertadora, política libertadora, práxis libertadoras, etc. (BOFF, p. 13).

A igreja canaliza muitas dessas expressões, movimentações, anseios, angústias, sentimentos, articulação e mobilização das utopias. Havia na época uma emergência de uma nova consciência histórica.

Assim surge a Teologia da Libertação nessa confluência de sentimentos e da história, antes mesmo da Pastoral da Juventude como relatado, e que forjará as engrenagens e as discussões que permearão, até o presente, a vida, a práxis e a espiritualidade da PJ.

A bifurcação da missão pastoral encontra sentido não só nos evangelhos, mas nas ciências sociais aplicadas, no campo do fazer teologia que liberta e pedagogia que não opriime, para isso precisamos deixar as amarras das dependências, oposto claro da libertação e ela precisa ser conquistada pelos próprios povos oprimidos.

Para Gutierrez (BOFF, 2014, p. 20)

“procurar a libertação do subcontinente vai mais além da superação da dependência econômica, social e política. Consiste mais profundamente, em ver o dever da humanidade como um processo de emancipação do homem ao longo da história. Orientando para uma sociedade qualitativamente diferente, na qual o homem se ver livre de toda servidão, na qual seja artífice de seu destino.”

Nessa emancipação da humanidade, encontramos na juventude, essa efervescência, doação, serviço e missão, uma pré-disposição a superação das dependências para um caminho de libertação e plena emancipação histórica.

A Teologia da Libertação nasce nesse berço, em função da necessidade urgente de emancipação e libertação, de todas as formas de violência, de marginalização, mazelas e situações de vulnerabilidade. Conforme diz Boff (2014, p. 29): “a teologia da libertação não nasce voluntariamente, ela se constitui de uma

tomada de consciência dos povos latino-americanos, entre as questões históricas está a pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação." Contexto este definido pelo autor como um conjunto de sintomas do subdesenvolvimento como o baixo índice das rendas, as doenças endêmicas, a mortalidade infantil, a escassez de escolas, de empregos, de hospitais etc.

A TdL emerge em uma consciência nova que impregna todo o continente, nas ciências sociais, na educação, psicologia, na medicina, nas comunicações sociais, participa também da existência cristã, que repercute na reflexão teológica. A Teologia da Libertação nasceu com o propósito de resposta aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo (BOFF, p. 30).

Não é à toa que a Pastoral da Juventude assume a espiritualidade e o fazer teológico da libertação. Assume desde o seu nascedouro, desde a sua gênese. A Teologia da Libertação é a sua espiritualidade. Uma espiritualidade encarnada, aculturada e libertadora. Uma espiritualidade de defesa integral da vida das juventudes e da dignidade da pessoa humana. Está no campo formativo, no campo da mobilização e articulação. São jovens inseridos nos movimentos sociais, inseridos na vida cotidiana do povo e estão nos movimentos populares, na participação política e partidária. São jovens que assumem diuturnamente a sua identidade. A Pastoral da Juventude não aprende somente com a ação católica. Não é só um aprendizado, é um estilo de vida, de ser e fazer pastoral. Assim ela é e precisa para as suas reflexões, formações e ações da Teologia da Libertação e da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, métodos de sua escola.

Nesse caminho de identidade e método, Boff (2014) acredita que o homem e a sociedade só vivem na medida em que criam uma circunstância. Para ele, as circunstâncias aprisionam o homem, que estará domesticado e familiarizado por diversos fatores. Através da circunstância ele se faz prisioneiro, mas, jamais permite que o aprisionem. Vive constantemente oprimido, dentro de seu arranjo vital, mas jamais se deixa oprimir.

Dentro da circunstância cria para si o espaço de sua liberdade concreta, por que liberdade significa sempre campo de liberdade. Como tal é limitado em suas possibilidades, mas jamais tolera que o enquadrem somente dentro desse campo de liberdade. O homem encontra-se sempre dimensionado para o mais, para a abertura, para o outro diferente, para o horizonte ainda não determinado. (BOFF p. 21 e 22)

É nessa abertura para o “ser mais” que Paulo Freire, concebe a Pedagogia do Oprimido (1974), base da Pastoral da Juventude, promovendo e concebendo a educação como prática da liberdade através da conscientização das pessoas oprimidas, para que elas não reproduzam os desejos, os sentimentos e as crenças do opressor. A Pedagogia do Oprimido se encaixa perfeitamente às vivências das juventudes, numa busca de uma consciência crítica. A juventude que está em uma fase de transição, conhecendo o mundo, construindo suas primeiras experiências, passa de uma consciência ingênuas para uma consciência aberta ao diálogo crítico e para a grande criatividade, mesmo sendo um processo lento e conflitante como adverte Boff (2014). Nesse mesmo posicionamento, a Pastora luterana Romi Bencke (2014) expressa que no processo do amadurecer os conflitos são inevitáveis, mas necessários.

O importante é que essa consciência ao longo dos anos vem crescendo. Não somente para essa faixa etária, mas para muitas pessoas na América Latina apesar das vivências nas últimas décadas e anos de adesões e cenários de neofascismo nos estados latino-americanos.

Na construção dessa emancipação histórica a pedagogia do oprimido é base fundante para a pastoral da juventude. Nesse grupo, para que se tenha sucesso na formação integral das juventudes, é preciso estabelecer uma horizontalidade, na qual, juntos, posicionam-se como sujeitos do ato do conhecimento. Elimina-se, portanto, toda relação de autoridade, uma vez que essa prática inviabiliza o trabalho de criticidade, curiosidade epistemológica e conscientização, pontos destacados nas obras de Paulo Freire.

Nessa linha encontramos os dois princípios fundantes da pedagogia libertadora no ato educativo – a “politicidade” e a “dialogicidade”. A politicidade, posto que para Freire não existe educação neutra, pois toda neutralidade é uma opção escondida; e a dialogicidade, necessidade acima de tudo no ato de aprender – o caminho do diálogo (FREIRE, 1974). Para ele a educação tem como objetivo primeiro promover a ampliação da visão de mundo e isso só acontece quando há diálogo. Não há

hierarquia de saberes. Há diversos saberes e práticas. Tudo horizontal e transversal, nada vertical, hierarquizado, monopolizador e tirânico.

Outra pedagogia freiriana utilizada pela PJ é a Pedagogia da Autonomia que está centrada na reflexão e nas exigências da ação educativo-crítica e na necessidade de disponibilidade à vida e a seus chamamentos em situações limites, criando um inédito viável para a solução de casos-problemas e novos cenários. Segundo Ana Maria Freire (2017), o conceito “inédito-viável” não está voltado para obtenção de soluções prontas, mas sim, para se sonhar com a possibilidade de agir no mundo, transformando-o. Assim, o sentido estabelecido por Freire é o de sonho possível. Já para Reis (2021), o conceito de inédito-viável são os desejos intrínsecos, naturais, próprios do ser e do dever de mudar, a nós mesmos, dialeticamente mudando o mundo, e sendo por este mudado.

A pastoral da juventude fomenta no processo formativo um caminho de pedagogia libertadora, emancipatória, cidadã e autônoma, para que gere também uma pedagogia do inédito-viável que mobiliza o sujeito para refletir sobre a sua visão da história transformando sua realidade.

Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos “condenados da terra”. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos “condenados da terra”, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira. (FREIRE, 1974, p. 17)

3 JUVENTUDES, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

3.1 NO CAMINHO DOS CONCEITOS: UM DEBATE SOBRE JUVENTUDES

O Estatuto da Juventude em seu artigo 1º §1º considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.¹³ Mas então, o que é

¹³ Estatuto de Juventude: § 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou em 1985 o Ano Internacional da Juventude, e apresentou uma definição na qual o jovem seria o indivíduo que pertencente ao grupo populacional localizado entre 15 e 24 anos. Esse recorte etário admite mudanças, estendendo a faixa etária definida tanto na direção da idade mínima como

juventude? Segundo Freitas (2005), juventude é um tempo marcado por diversos desenvolvimentos, experimentações, definições e mutações de ordem biopsicossocial e religiosa. Para Abramovay e Castro (2015, p.1), juventude é uma “construção histórica e social e não meramente uma condição etária, parte de um determinado ciclo de vida. Cada época e cada cultura postulam diferentes maneiras de ser jovem, sobretudo em determinados aspectos por dentro de situações sociais e culturais específicas.” Juventude é uma categoria, população, grupo etário, sujeito capaz de se modificar ao longo do tempo, apesar de comuns características, mas vivências diferenciadas, com elementos próprios (PAIS 1996; NOVAES 2007 - 2009; ABRAMOVAY 2002, CASTRO 2009 - 2015).

Também é importante destacar que o termo juventudes no plural, que será empregado no decorrer dessa dissertação, não está ligado somente a questão quantitativa, mas ao processo de formação e construção do ser, levando em consideração as suas especificidades, diversidades, pluralidades e realidades das mais diversas possíveis. É por conta desse movimento que a ideia de juventude ganha o seu sentido plural. Reconhecer esse caminho e experiência é ponto fundamental para compreender os processos e a vida dos jovens (SPOSITO, 2003; ALMEIDA ET. AL 2014).

Segundo Almeida et. al (2014, p.2), “parte-se da afirmação de que não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade.” Para o respectivo autor, as juventudes produzem uma outra sociedade, na qual se inclui os estereótipos¹⁴, momentos históricos, referências diversificadas, situações de classe, gênero, raça, grupo entre outras.

no sentido de ampliar os limites pré-estabelecidos. Dessa forma, por exemplo, a idade pode ser deslocada para incluir o grupo de 10 a 14 anos, incluindo também referência a áreas rurais e de extrema pobreza.

A Política Nacional de Juventude atualmente subdivide os jovens em três grupos: os adolescentes – jovens (15- 17 anos), os jovens – jovens (18-24 anos) e os jovens – adultos (25- 29 anos).

¹⁴ “Estereótipos são, segundo a definição de Feest e Blankenburg, sistemas de representações, parcialmente inconscientes e grandemente contraditórias entre si, que orientam as pessoas na sua atividade cotidiana. Walter Lippman, o autor que primeiro refletiu de forma sistemática sobre os estereótipos, define-os como pictures in our minds, sublinhando que o estereótipo perfeito (...) precede o uso da razão (...) (e organiza) os dados dos nossos sentidos antes de atingirem a inteligência. (...) Não vemos antes de definir escreve ainda

Para falar das juventudes é preciso uma afeição e motivação de todos os agentes que defendem os direitos e deveres dos jovens, tendo como base e olhar principal a dignidade humana e a construção e desconstrução das identidades das juventudes, principalmente do lugar onde os jovens habitam e se encontram nas mais diversas expressões, movimentos, identidades, personalidades, maneiras de existir: jovem urbano, jovem rural, jovem estudante, jovem desempregado, jovem empregado, jovem religioso, jovem indígena, jovem negro, jovem branco, jovem pobre, jovem rico, jovem LGBTQIAPN+, jovens.

Considerada uma etapa da vida – e não uma mera fase de transição – a Juventude carrega sentido em si mesma. É nessa etapa que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores, e a busca de sua plena inserção na vida social, bem como também existe uma maior energia e potencial para o engajamento.

(Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011).

Mas, a noção de juventudes, e principalmente das juventudes engajadas, com habilidades e facilidade de inserção social, sujeitos com direitos e deveres, assim como também crianças e adolescentes, é recente.

Adorno (2009) recorre a Ariès¹⁵ (1981) e aos clássicos estudos das ciências sociais, onde a compreensão e o entendimento da infância, adolescência e juventude mostram que o ser criança nas sociedades medievais é diferente das sociedades modernas. A literatura destaca que no período medieval era comum o descarte dos corpos de crianças e adolescentes mortos, em lixos em via pública. Tratados como bichos de estimação, se quer eram considerados sujeitos de direito, se quer eram considerados gente. E ainda hoje, essa etapa da vida é vista como um momento de instabilidade e os jovens são tidos como perigosos, como um “problema social”, não sendo criança, tampouco adulto. Essa imagem social se apresenta, até os dias de hoje, como a ideia primeira de juventude.

Lippman a este propósito. Pelo contrário, definimos primeiro e só depois é que vemos (...); ensinam-nos a conhecer o mundo antes de o vermos. Imaginamos coisas antes de as experimentarmos. E estes prejuízos, se a educação não nos proporcionar uma aguda consciência, comandam profundamente todo o processo de percepção.” Ler: DIAS, Jorge de Figueiredo, ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra Editora, 1997, p. 347-348.

¹⁵ Ariès, P. (1981). História social da criança e da família (D. Flaskman, Trad.). Rio de Janeiro: Editora LTC.

Pais (1996 apud OLIVEIRA et. al, 2010) esclarece que, somente no avançar do século XIX, é que a adolescência passa a se fazer presente na consciência e ser associada a uma cultura, passando assim a ser objeto de estudo e análise.

Novaes (2007) destaca que pelo mundo afora, são as crianças, adolescentes e jovens os mais atingidos: tanto pelas transformações sociais, quanto pelas distintas formas de violência física e simbólica, que caracterizaram o final do século XX e persistem neste início do século XXI.

Decorrem daí os enquadramentos estigmatizantes que nos trazem a juventude revoltada e delinquentes dos anos 50; a juventude militante e revolucionária dos anos 60 e 70; a juventude cética e passiva dos anos 80 e 90 (que mesmo tendo protagonizado movimentações como o “fora Collor” essas foram vistas com desconfiança quanto à efetividade de sua dimensão politizadora) e, na atualidade, a juventude violenta (Abramo, 1997).

E se na atualidade ser jovem é ser violento, temos, nesta percepção, um paradigma: o de pensar e entender a juventude como um problema. E para não considerar as juventudes como um problema, têm que se penetrar na dura realidade que elas vivem. “O que se lê e o que se escuta é que o jovem ou a jovem são apenas um formato do problema.” (CELAM, 2017, p. 29).

Abad (2003 apud ALMEIDA 2014) observa que as políticas públicas de juventude oscilam entre as representações dos jovens como “problemas sociais” ou como sujeitos e objetos que precisam ser contidos ou necessitam de proteção, sem lhes dar condições de exercitar sua autonomia e participação. Infelizmente, persiste até hoje essas duas visões por parte dos governos relacionadas às políticas públicas de juventudes, embora se tenha avançado nessas políticas, ainda muitos outros programas, atividades, ações e políticas não dão a devida importância da participação dos jovens na elaboração, discussões e construção de projetos, até para que se acompanhe com senso crítico o Estado, seus aparatos.

Partindo dessas ideias, da diferenciação da conceituação de juventudes, avançaremos nos indicadores sociais e na discussão do fenômeno da violência a fim de buscarmos compreender que a violência em todas as suas formas e estruturas e a criminalização dos/as jovens passam por questões sensíveis e de violação dos direitos humanos. Diante desses pontos, há a necessidade de perceber que o crescimento do crime e da violência resultam não apenas da pobreza e da

desigualdade social, da falta ou da má qualidade dos serviços de segurança e da disseminação de armas e drogas. Resultam também da incerteza política e dos conflitos institucionais não resolvidos em diversos processos da história recente do Brasil, na não implementação de políticas públicas efetivas e afetivas.

No Brasil, os debates e construções sobre as políticas públicas, criações de planos a nível federal e estadual e projetos para as juventudes são recentes, visto que no fim do século XX os jovens estavam incluídos nos programas governamentais para todas as faixas etárias, não havendo programas específicos para a categoria. Nos anos 1990¹⁶ as políticas específicas para juventudes eram pautadas apenas nas políticas públicas de educação e assistência social e em poucas ações.

No início dos anos 2000 e com as transformações na sociedade, principalmente no favorecimento de políticas de participação e inclusão social, a juventude ganha novo status e passa a ser sujeito de direitos e protagonista dos processos sociopolíticos, sobretudo em manifestações e projetos locais, descentralizados e implementados nos municípios do país (CASTRO, 2009).

São nos municípios que ocorre o florescimento e o fortalecimento de ações e políticas públicas para os jovens, mesmo que de forma tímida, isso se dá pelas urgências e pela efervescência da densidade demográfica dessa população etária, e a forma de atuação dos jovens como agentes fiscalizadores. As características das políticas nos municípios são as mesmas do governo federal, com ações específicas nas secretarias de educação, saúde, assistência social e cultura. Além desses trabalhos, é possível encontrar várias iniciativas advindas de movimentos sociais, organizações juvenis e conselhos de direitos espalhados pelo Brasil. Como resultado desta organização da sociedade civil, teve-se a inclusão do nome “jovem” na Constituição Federal, através de Emenda Constitucional nº 65/2010, bem como a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que criou o Estatuto da Juventude, tudo isso

¹⁶ A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD, no ano de 1997 elaborou diagnóstico sobre juventude no Brasil com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas para este grupo populacional. Nessa década não havia consenso quanto aos limites etários de juventude. População jovem no Brasil era subdividida em três subgrupos: 10 a 14 anos adolescentes; 15 a 19 anos jovens adolescentes e 20 a 24 anos jovens adultos. Dados do IBGE no ano de 1996 indicava para o Brasil 18,6 milhões de jovens (10 – 24 anos), um total de 31% da população à época. (Jovens no Brasil: diagnóstico nacional/ texto elaborado pelos membros da CNPD: Elza Berquó (et. al). Brasília: CNPD, 1997.)

visando a ampliação, implementação e garantia de direitos e deveres para essa população.

Segundo o IBGE (2021), a população piauiense é estimada em 3.289.290 habitantes. Os dados do último censo do IBGE (2010) contabilizaram o número de 509 mil jovens piauienses, sendo duzentos e setenta mil do sexo masculino e duzentos e trinta e quatro mil do sexo feminino. Os jovens nessa década, de 2010 a 2020, ocuparam um quarto da população do País – 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos, sendo 84,8 % habitantes nas cidades e 15,2 % no campo. No Piauí, um terço da população do estado vive na zona rural.

Oportuno destacar que segundo a síntese do IBGE (2022), a maior parcela dos habitantes do estado do Piauí está na faixa etária entre 20 e 24 anos, representando 8,9% do total da população. E 71,5% da população se autodeclara de cor parda¹⁷. Os mesmos indicadores do IBGE (2022) mostraram o crescimento do número de pessoas vivendo em situação de pobreza no Piauí, totalizando a porcentagem de 44,7%, cerca de 1,4 milhão piauienses em 2021, no ano anterior 2020, o número era menor 38,4%.

No retorno do Brasil ao Mapa da Fome e no movimento crescente de diversidade e mudanças profundas nas identidades juvenis entre o fim dos anos 1990 e início da década de 2010, é necessário contextualizar e destacar que o Piauí apresentou, nos dez primeiros anos de 2000, a maior taxa de analfabetismo e desemprego da Região Nordeste no segmento etário com mais de 15 anos. Estes respectivos números alertam para a necessidade do fomento e o acesso ao ensino público de qualidade, como um caminho para barrar a grande evasão escolar (IPEA, 2000) e como área importante para serem trabalhadas as políticas públicas de juventude.

Segundo a Síntese de Indicadores Socioeconômicos (IBGE, 2022), cerca de 220 mil jovens entre 15 e 29 anos, do Piauí, não trabalham e nem estudam. No detalhamento da pesquisa, com o recorte da faixa etária de 25 a 29 anos, configurava em 2021, 38,2%, de jovens sem estudar e sem uma ocupação no mercado de

¹⁷ <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/12/10/no-piaui-220-mil-jovens-entre-15-e-29-anos-nao-estudam-nem-trabalham-diz-ibge.ghtml>

trabalho. Os motivos destacados pelos jovens foram o de não haver trabalho na região em que moravam e por estarem ocupados com os serviços domésticos.

No Brasil, a pesquisa mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente¹⁸.

Com uma considerável população de jovens, o Piauí também apresenta inúmeros problemas a serem enfrentados que vão desde a grande quantidade de desempregados, a situações de violência contra mulher e a população LGBTQIAPN+, o tráfico de drogas, a gravidez precoce e o trabalho infanto-juvenil e análogo a escravo, quadros que atingem a população jovem no seu presente e futuro (CARVALHO, 2010).

3.2 DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA

As ciências sociais aplicadas têm como base metodológica e pedagógica a observância das forças da sociedade, os sistemas que a envolvem e as engrenagens da vida política de um país. O Estado ao ser criado tem uma finalidade e este sistema é formado por outros tantos microssistemas e microtecidos, criando uma estrutura a serviço da vida ou da morte. E nesse pensamento, lançar um olhar sobre a violência estrutural a partir da necropolítica é fundamental, pois estamos falando de sujeitos de direitos, subjugados e violentados diariamente por essa estrutura estatal e social. Entender a dinâmica da violência é também entender a estruturação dos microssistemas e microtecidos sociais: mídia, racismo, preconceito, machismo, xenofobia, homofobia, relações presentes no cotidiano.

Mbembe (2016) leciona que o Estado e os seus sistemas estão necrosados. A junção das palavras necro e política é um empréstimo das ciências da saúde para conseguir explicar o atual cenário no Brasil e também no mundo. Necro é um elemento de composição, segundo o Dicionário Aurélio (2023), exprimindo a noção de morte ou cadáver. Santos (2022) diz que necrose indica morte celular ou de tecidos no organismo. Sabe-se que o processo de necrose envolve também o processo

¹⁸ A PNAD 2012 registrou que entre a parcela da população brasileira de 15 a 29 anos não estudava nem trabalhava: 20,7%. Conhecidos pela literatura como os “nem nem”.

inflamatório no local. Várias são as causas de necrose, entre elas, diminuição do aporte de sangue ou falta de oxigenação com a presença de toxinas e enzimas que levam à morte celular.

Com essas pontuações da área das ciências da saúde vemos nitidamente a decomposição de células e sistemas das estruturas da sociedade. Microssistemas e microcélulas em necropsia, elementos entranhados no discurso na violência estrutural, no discurso de ódio fomentado contra as juventudes, no racismo nosso de cada dia, na pedagogia e no fortalecimento do medo e da tortura, do pânico e da insegurança social, no encarceramento em massa, no sensacionalismo “barato e vil”, onde a juventude é produto rentável, na lógica e no modus operandi do Estado – a morte.

Corrobora com a discussão Novaes e Vital (2006, p.112-113) que destacam três marcas que as juventudes possuem na atualidade: o “medo de sobrar, por causa do desemprego, o medo de morrer precocemente, por causa da violência, e o medo de ficar desconectado, vida em um mundo conectado, por causa da Internet”.¹⁹

Para Mbembe (2016) essa a opção do Estado para fortalecimento e promoção das engrenagens de morte e subjugação dos corpos dos jovens é uma opção livre, consciente, e uma política oficial, não só de Estado, mas de Governo, do soberano, do chefe imediato e mandatário:

que é a expressão máxima, do poder e da capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (MBEMBE, 2016, p. 123).

Essa máxima está totalmente ligada a Grécia Antiga, onde o pai, provedor familiar, decidiria entre a vida e a morte de todos os membros da família; com a

¹⁹ Novaes, Regina & Vital, Christina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: Thompson, Andrés (org.). Associando-se à juventude para construir o futuro. São Paulo, Peirano, 2006. pp. 112-113.

- O significado de “estar conectado” para os jovens da pesquisa Juventudes e Conexões (2019) é: inspiração, interatividade, novas fronteiras, visão de mundo, século 21, oportunidades, network, construção de realidades com impactos positivos, equidade (acesso a todos), defesa de direitos. A terceira edição da pesquisa Juventudes e Conexões (2019), apresenta que a população brasileira usuária de internet chega ao número de 96%. O aparelho mais utilizado pela juventude é o celular/ smartphone, 91% dos jovens ouvidos pela pesquisa Juventudes e Conexões, número que em 2014 não atingia 50%.

<https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/juventudes-e-conexoes-3edicao-completa.pdf>

invenção da política pelos gregos. Segundo Marilena Chauí, a força e a expressão máxima do poder se concentrariam nas decisões coletivas, na *demos*, as assembleias, ou no senado, ou no império e realezas, numa relação hiper autoritária.

No decorrer da história da Grécia Antiga até os dias atuais as instituições tem avocado a figura do centralizador de poder, hiper autoritário e totalitário. Adorno diz que é “uma figura paterna onipotente e violenta, altamente capaz de transcender o pai real e, com isso, crescer até se tornar um ego coletivo” (ADORNO, 2006, p. 172) em nossa sociedade. Portanto, estruturando, normalizando e normatizando a violência – (des)configurando: corpos e mentes de jovens violentados/violados.

Para Boff, a expressão máxima do soberano está no

uso da violência para reprimir; liquidam-se fatores questionastes da estrutura estabelecida; auto defende-se criando uma ideologia que apresenta o status quo como ordem, a justiça, o bem estar do povo, etc. Qualquer despotá pode obrigar seus escravos a cantar hinos à liberdade. E pode iludi-los de tal maneira a fazê-los crer como verdades as mentiras que cantam. Pertence aos regimes totalitários recalcar o passado de sangue e esconder as mortes e liquidações (...) A história conhecida é a história dos que triunfaram, chegaram ao poder. Não é a história dos vencidos, dos humilhados e ofendidos. Estes são esquecidos. (BOFF, 1980, p. 112).

A violência é estrutural e simbólica. Passa pelo corpo, mas também pela memória. Inclusive a história da violência, quando é contada por um grupo seletivo, entre eles os vitoriosos.

Castilho e Lemos (2021) destacam que a opção pela violência e morte é incorporada aos processos institucionais, numa espécie de industrialização da morte. Exemplificam nitidamente em seus estudos o que estamos presenciando com o aumento da violência e do crime, com a morte de inúmeros jovens, de fato, e em vida. Os autores trazem um exemplo explícito de como vários mecanismos institucionais do Estado e da sociedade acabam contribuindo para aumentar cada vez mais os índices de desigualdade social no País, por meio de uma política de morte, arquitetada nos porões diários, nos camburões da noite. O Estado e o Governo não ficam só no discurso, saem do discurso e vão para a prática institucional, para a construção da política pública. Não é mero descuido, despretensão; é opção, cruel e diabólica. Para Castilho e Lemos são *necropráticas* reiteradas, ratificadas, construídas para pôr fim à pessoa humana, para pôr fim às juventudes – genocídio – extermínio.

Mbembe (2016) expõe que a política de morte está abraçada ao biopoder, aos processos de soberania e ao estado de exceção para que assim o necropoder/política possa se firmar. O biopoder torna-se eixo dinâmico dos microcenários, pontuando as microrelações de poder, os processos de soberania atrelados ao tom exaustivo de um falso nacionalismo (exacerbado) e vinculado ao hiperautoritarismo, que desemboca no estado de exceção e, por fim, o pensamento central da política e das estruturas sociais – a necrose.

A exceção opera sob três aspectos segundo Mbembe (2016), estes aspectos é o da Necropolítica: o primeiro, a suspensão do direito sobre a vida humana das pessoas por ela afetadas; o segundo, a vida humana fica reduzida a mera vida natural; terceiro, no lugar do direito se coloca a vontade soberana. “Ao suspender o direito, a vida fica exposta como mera vida natural. É uma vida nua, desprotegida, fragilizada e exposta ao princípio da arbitrariedade da vontade soberana.” (MBEMBE, 2016, p. 123).

Se nas sociedades de controle e do *panopticon*²⁰ institui-se “o olho que tudo vê”, na sociedade contemporânea há sofisticação em seus tecidos sociopolíticos, econômicos e culturais. O controle na atualidade é implementado por outros elementos e outras relações sofisticadas de poder. A sociedade do espetáculo de Guy Debord²¹ não é só mais uma sociedade atrelada ao consumo e à imagética, mas a espetacularização da morte, patrocinada pelo ultraneoliberalismo. A moeda e mercadoria são os cadáveres dos pobres, exclusivamente. Assim, Marx bem ilustra que a riqueza das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, a mercadoria individual como sua forma elementar (KARL MARX apud MBEMBE, 2016). O corpo do pobre torna-se a perfeita mercadoria, e a sua morte, o selo de todo espetáculo.

²⁰ Um dos primeiros mecanismos de controle social e vigilância, criado por Jeremy Bentham. Onde, no cetro haveria uma torre de vigilância, possibilitando do vigiador assistir a tudo que os prisioneiros faziam, sem que eles o vissem. Jeremy Bentham ao analisar seu projeto se deu conta que ele poderia ser utilizado também em escolas e trabalhos, para vigiar todos e fazer de suas tarefas mais eficientes.

²¹ Guy Debord foi um escritor francês. O ponto central de sua teoria é que a alienação é mais do que uma descrição de emoções ou um aspecto psicológico individual. É a consequência do modo capitalista de organização social que assume novas formas e conteúdo em seu processo dialética de separação e reificação da vida humana.

Podemos também, dentro dessa relação estrutural, analisar a dependência de nossas relações, inauguradas na colônia, a dependência do império, a dependência do soberano. O ethos cultural da dependência do povo latino americano. Essa dependência para Boff (1980) se desdobra em dependência no sistema econômico e também na divisão do trabalho, na cultura, na política e na religião. A América Latina sempre foi dependente de centros hegemônicos.

Para captar a gravidade do subdesenvolvimento como dependência urge transcender as análises de cunho sociológico ou nas ciências humanas e descer até uma análise de cunho estrutural e cultural. O capitalismo, o consumismo, os laços de dependência e opressão são manifestações de uma opção fundamental e de um ethos cultural que possuem sua própria história de concretizações. O homem – subjetividade transcendental – optou por um sentido de ser e viver orientado pelo saber e o poder, sobretudo o que alcança sobre o mundo em termos de dominação, lucro e exploração (BOFF, p. 38)

Assim, o Estado e as sociedades evocam a violência, mas sobretudo para mostrar o horror que ela inspira. Para estabelecer que eles são, no final das contas, sociedades contra a violência. Mas, reproduzem constantemente a violência contra as juventudes, brutalmente e covardemente. Uma violência deliberada e coletiva. Uma violência sem razão. Empenham-se em controlar as juventudes, ritualizá-las, aniquilá-las, reduzi-las ao nada. Aboli-las.

3.3 JUVENTUDES E A VIOLÊNCIA NO PIAUÍ: O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIZAÇÃO DAS JUVENTUDES NA CONTEMPORANEIDADE.

“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.” (Jean-Paul Sartre). Diversas organizações, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), utilizam três denominações para identificar as diferentes expressões do fenômeno da violência: a violência direta diz respeito aos atos físicos, atinge a integridade física da pessoa, portanto todos os homicídios, feminicídios e juvenicídios; a violência indireta, que são as ações coercitivas ou agressivas que causam prejuízo psicológico ou emocional, e por fim, a violência simbólica, que envolve as relações de poder interpessoais ou institucionais que intervêm na livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos (ABRAMOVAY et al., 2002).

Segundo Velho (2004), a construção do fenômeno da violência não está apenas no uso efetivo da força física, mas na possibilidade ou ameaça da sua concretização por vários meios, inclusive o institucional, instrumentalizados nos modelos de sociedade arcaica (relações e entendimentos obsoletos) patriarcal (entendimento de submissão) e racista (discriminação em base as percepções sociais, com base nas diferenças biológicas e culturais). O autor também afirma que a violência é o uso da agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato estrutural, simbólico e/ou de poder.

Nesse sentido Marilena Chauí destaca que a violência pode se manifestar entre sujeitos e grupos e na construção das identidades e alteridades, constituindo uma fonte de tensão latente ou manifesta, seja pela hierarquia, seja pela opressão etc (CHAUÍ, 1984)

Nesse diapasão, o entendimento sobre o fenômeno da violência de Velho (2004) se coaduna com o conceito de violência de Chauí (1984) ao afirmar que a violência está contida no contexto grupal e na dinâmica de construção desses grupos e como se constituem as juventudes e, especificamente, de juventude pobre, desassistida, e como esta relação se desdobra na atualidade. Entretanto, a violência é vivenciada de diversas formas e maneiras variando nas diferentes classes sociais, idades, gêneros, e, etnias, tanto no que concerne à condição de vítima como de agentes agressores (ABRAMOVAY et al., 2002).

Para Abramovay et al. (2002, p. 27) violência é “um fenômeno multifacetado, que não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado.”

Gonçalves (2003 apud ABRAMOVAY et al., 2002), assenta que a violência é complexa, polissêmica e controversa. Não existe uma única percepção, mas multiplicidade de atos violentos, cujos significados devem ser analisados levando-se em conta as normas, condições e contextos sociais, com variações de um período histórico a outro.

[...] há violência quando também, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade

física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989 p. 10).

De acordo com Abramovay et al. (2002), nas grandes cidades da América Latina e Caribe convém analisar a violência a partir de um enfoque multicausal, posto que incidem inúmeros fatores frente às diferentes formas de violência que atingem seus habitantes.

De fato, a violência é um símbolo historicamente construído e infiltrado nas nossas mentes, seja a partir dos horrores que garantem a audiência da tevê, seja pelas notícias embebidas de sangue dos jornais impressos, com um só propósito, o de aniquilar os jovens. A juventude precisa de símbolos e referências que as ajudem a discernir esse caminho de emancipação, cidadania e construção de suas identidades e vivências (PASSETI, 1999), e não de instituições que minem seus trabalhos e seus processos, não contribuindo para auxiliar na transição que estão fazendo para a fase adulta.

Enfim, destacamos que a violência é multideterminada. Ela é fruto da associação de diversos elementos sociopolíticos, econômicos, culturais e religiosos, além de se originar também da omissão do Estado. Lopes et al. (2008) apontam, ao levantar uma série de fatores que resultam em violência(s): o estado de vulnerabilidade social, a extrema desigualdade, a precariedade de moradia, as características históricas da formação da família brasileira, a precarização do trabalho (apud ALMEIDA, p.860).

Atenção deve ser dada para um dos fatores que evidenciam a desigualdade social e expõem a população jovem à violência, que é a condição de extrema pobreza, que atinge 12,2% dos 34 milhões de jovens brasileiros, membros de famílias com renda per capita de até ¼ do salário-mínimo. Contudo, não se pode afirmar que a violência somente afeta mais os pobres, em um raciocínio simplista de que a pobreza é a principal causa-da violência entre os jovens, o que não é verdade. O crescimento da violência na sociedade tem canalizado os estudos para essa área. O fato de ser pobre não significa que a pessoa será violenta (WAISELFISZ, 2014; IPEA, 2010). Também o fenômeno da violência perde a exclusividades de jovens famélicos ou

excluídos, não se tratando de uma patologia de alguns grupos sociais, posto que é um fenômeno que envolve toda a sociedade (TAKEUTI, 2002).

Assim, não basta pesquisar o fenômeno da violência apenas nos territórios da pobreza. Infelizmente, há uma escassez de estudos voltados à violência entre a juventude para além das classes populares, que pudessem trazer um comparativo com episódios protagonizados por jovens de classes sociais privilegiadas.

Violência também no cenário urbano anda lado a lado com a criminalidade, se converte e se descreve de várias formas, com a criminalidade urbana, construindo uma violência urbana. É a violência urbana que faz nascer uma categoria do senso comum para dâ sentidos e experiências a cidade. Nesse aspecto, violência assumirá sempre as formas negativas, e também criminal, consequentemente teremos a criminalização das juventudes (SILVA, 2004; OLIVEIRA, 2010).

Segundo Adorno (1999, p. 67):

[...] em conjunturas em que os sentimentos coletivos de medo e insegurança diante da violência parecem exacerbados, estimulando o pânico moral contra suspeitos de cometerem crimes, acirram-se e radicalizam-se as posições pró e contra a adoção de políticas exclusivamente repressivas, em especial destinadas aos adolescentes autores de infração penal.

Portanto, se violência está intrinsecamente ligada a criminalização dos corpos e dos jovens, Almeida et (2014) avança em seu pensamento e conclui que não existe crime, mas a criminalização de certos comportamentos socialmente reprovados e de certas pessoas, ou seja, o sistema desigual, legitimará uma ordem desigual, criminalizando de forma seletiva os comportamentos característicos ao grupo social dominado.²²

Se o sistema marca esses comportamentos, os jovens serão os primeiros criminalizados, ou pela condição juvenil que ele revela, ou identidade e/ou marca de

²² Para Zaffaroni: “a disparidade entre o exercício de poder programado e a capacidade operativa dos órgãos é abissal, mas se por uma circunstância inconcebível este poder fosse incrementado a ponto de chegar a corresponder a todo o exercício programado legislativamente, produzir-se-ia o indesejável efeito de se criminalizar várias vezes toda a população. Se todos os furtos, todos os adultérios, todos os abortos, todas as defraudações, todas as falsidades, todos os subornos, todas as lesões, todas as ameaças, etc. fossem concretamente criminalizados, praticamente não haveria habitante que não fosse, por diversas vezes, criminalizado.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas – A perda de legitimidade do sistema penal. 5. ed. Tradução por Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 26.

juventudes que os unifica, ressaltando sempre as particularidades da classe social (OLIVEIRA, 2010).

No Brasil, a generalização e ampliação desse sentimento estão ligadas ao aumento real nas taxas de criminalidade nas pequenas e grandes cidades, em especial do crime violento, e a difusão das facções criminosas pelos estados brasileiros, movimento iniciado a partir da década de 1980, com a expansão nos anos 2000 (CALDEIRA, 2003; ADORNO, 1998; COELHO, 1988; OLIVEIRA, 2010).

CALDEIRA (2012 apud OLIVEIRA 2018) e Almeida et. (2014) ilustram bem, quando destacam em seus estudos que os comportamentos reprovados pela sociedade, o aumento da violência e do crime, e a criminalização de determinados sujeitos, nesse caso, as juventudes, se transformam na “fala do crime”, um círculo de medo e estigmas.²³ Para Oliveira (2010, p. 2),

“...essa fala do crime teria a função de reorganizar o mundo desorganizado pela experiência do crime, para isso simplifica o mundo criando preconceitos, estereótipos e caricaturas, dividindo o mundo entre bem e mal.”

Nessa base de raciocínio e observando os discursos da mídia, encontram-se análises dos efeitos e não das causas geradoras da violência e da criminalidade, criando uma atmosfera propícia de aniquilamento e uma declarada guerra às juventudes, identificada como agente social que não tem compromisso, gerando uma onda de descrédito na pessoa humana e depositando a culpa de todos os problemas sociopolíticos nessa faixa etária tão vulnerável e estigmatizada.

Segundo Dubet (1995, p.17) é “o espaço urbano que aparece como sintoma, símbolo, representação “da civilização e da barbárie modernas”. O que é um equívoco desenvolver estudo apenas nesse foco das áreas urbanas, já que há um número crescente de mortes de jovens tem se dado em pequenas e pacatas cidades dos estados brasileiros. Nos últimos anos no Piauí não só jovens dos centros urbanos,

²³ Vera Andrade corrobora com essa discussão quando fala sobre o “etiquetamento” ou labelling: “Desta forma, ao invés de indagar, como a Criminologia tradicional, ‘quem é criminoso?’, ‘por que é que o criminoso comete crime?’ o labelling passa a indagar ‘quem é definido como desviante?’, ‘por que determinados indivíduos são definidos como tais?’, ‘em que condições um indivíduo pode se tornar objeto de uma definição?’, ‘que efeito decorre desta definição sobre o indivíduo?’ ‘quem define quem?’ e, enfim, com base em que leis sociais se distribui e concentra o poder de definição?”

O labeling approach é conhecido como teoria do interacionismo simbólico, etiquetamento ou rotulação, ou ainda como paradigma da reação social, do controle ou da definição.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Ilusão da Segurança Jurídica. Op. cit., p. 205-206.

mais de pequenas cidades do interior foram vítimas do juvenicídio – uma interiorização da violência e das mortes de jovens. O Plano Juventude Viva, da Secretaria Nacional de Juventude (2012), aponta que 51% dos jovens ouvidos em pesquisa, em todos os estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, e em todos os estratos sociais, já perderam uma pessoa próxima de forma violenta. A única cidade do Piauí a aderir voluntariamente o Plano Juventude Viva foi o município de Teresina, traçando um diagnóstico e formulando a participação da sociedade, iniciado no ano de 2014 a 2019.²⁴ Cerqueira e Moura (2013), mostraram que as mortes violentas de jovens custaram ao Brasil cerca de 1,5% do PIB nacional em 2010. Violência e a morte de jovens onera o poder público, causando prejuízos a toda organização política e estatal do Brasil. Também não acreditamos que a juventude seja produtora de violência. Para Waiselfisz (2014, p. 14),

“as novas gerações, mais que fatores determinantes da situação de nossa sociedade, são um resultado da mesma, espelho onde a sociedade pode descobrir suas esperanças de futuro e também seus conflitos, suas contradições e, por que não, seus próprios erros.”

Pesquisa Data Folha (2019), divulgada pelo jornal “Folha de São Paulo”, sobre violência no Brasil, mostra que 84% dos entrevistados defendem a diminuição da maioridade penal. Praticamente, de forma unânime, a sociedade entende que as

²⁴ Com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da juventude negra à violência e prevenir a ocorrência de homicídios no Brasil, foi criado no ano de 2012 o Plano Juventude Viva. Este Plano promove e integra ações do Governo Federal com foco na transformação de territórios vulneráveis, na criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nesses territórios, no enfrentamento ao racismo institucional e na política de segurança pública. Nos dois anos seguintes, foram efetivadas pactuações do plano com estados e municípios de todo o país, contratados consultores, criada uma campanha de divulgação e efetivados diversos editais e programas. Apesar do ano de 2014, porém, o Plano teve suas atividades paralisadas, embora alguns estados houvessem dado prosseguimento de forma independente no mesmo. O Plano Juventude Viva no Município de Teresina-Piauí iniciou sua formulação participativa entre os meses de setembro e novembro de 2014, traçando um plano até o ano de 2019, com diagnóstico, estratégia, eixos de atuação, estrutura de coordenação, e ações previstas para a implementação do Plano Juventude Viva no município de Teresina. O único município do Piauí a fazer esse estudo e voluntariamente aderir o Plano Nacional, em adesão que ocorreu no ano de 2013, depois de debates e com o apoio de movimentos sociais, entre eles o movimento negro (Coisa de Nego), pastoral da juventude, movimentos de bairros, movimento Hip Hop e etc. Para a construção desse Plano uma consultoria foi contratada e financiada pelo Banco Mundial e a Secretaria Municipal de Juventude – SEMJUV destinou uma equipe técnica de seus quadros para acompanhamento. O Banco Mundial, em parceria com a Secretaria de Planejamento apoiou financeiramente a elaboração do Plano na cidade de Teresina – PI. A Secretaria Municipal da Juventude de Teresina coordenou o Comitê Gestor, formado por representantes de instituições pública e privada.

crianças que cometem infrações devem receber a mesma punição dos adultos. Discurso este endossado e fomentado no programa de governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Embora tenha indicado em seu plano de governo, e pedido insistente ao Congresso Nacional a aprovação da PEC 115/2015, que promoveria a redução da maioridade penal, tal iniciativa não prosperou. Novamente, no processo eleitoral e em sua proposta de governo no ano de 2022, constava a pauta da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.²⁵ Outro exemplo do tema da violência na sociedade brasileira é a questão da adoção da prisão perpétua, defendida, em pesquisa, por 75% dos entrevistados. (DATA SENADO, 2007)

O contínuo incremento da violência cotidiana configura-se como aspecto representativo e problemático da atual organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida societal. A questão da violência e sua contrapartida, a segurança cidadã, têm-se convertido em uma das principais preocupações não só no Brasil, mas também nas Américas e no mundo todo, como o evidenciam diversas pesquisas de opinião pública. (WAISELFISZ, 2014, p.9)

Para Silva Júnior e Garcia (2017), a população não pode considerar que a saída para esse problema social seja a prisão das crianças, adolescentes e jovens, ou seja, a população brasileira não pode responder às questões de violência e crime com mais violência e anseios punitivistas. A sociedade não pode estar alicerçada na vingança e na não observância das causas geradoras da infração e do crime cometido.

²⁵ CORREIO BRASILIENSE, 2018. Disponível em:
https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/23/interna_politica,727024/discussao-sobre-maioridade-penal-deve-voltar-com-forca-ao-congresso.shtml

CARTA CAPITAL. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-pede-que-senado-aprove-reducao-da-maioridade-penal/>

O TEMPO. Disponível em: <https://www.ontempo.com.br/eleicoes/bolsonaro-defende-reducao-da-maioridade-penal-e-cnh-para-menor-como-recompensa-1.2754740>

PODER 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/se-reeleito-bolsonaro-diz-que-aprovara-reducao-da-maioridade-penal/>

EXAME. Disponível em: <https://exame.com/brasil/maioria-quer-reducao-da-maioridade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha/>

Adorno (2002, p. 28) comentando sobre a criminalização das juventudes, diz que as pessoas, diante delas, normalmente retrucam: “Está certo, estou convencido de que jovens são vítimas. Mas e os jovens que estão aí agredindo, matando, furtando, cada vez mais violentos, cada vez usando armas perigosas?”. Noutros termos, a narrativa que reconhece a condição de vítimas dos jovens é logo contraposta pela narrativa do jovem violento.

Segundo Fraga e Iulianelli (2003, p.12), “o elevado índice de mortes violentas entre jovens, destacadamente os mais pobres, tem apontado para a configuração de uma sociedade que elimina seus ‘indesejáveis’, principalmente os que estão apartados do consumo.”

Portanto, é notório que, se por um lado os jovens sofrem as maiores violências, por outro, o índice daqueles que cometem violência também é alto. O que é contraditório é perceber que a maioria das análises é feita com o foco somente na juventude, sendo ela responsabilizada por tais índices. Outro detalhe é a carência de campanhas de esclarecimento sobre a dinâmica entre renda e mercado de trabalho, educação, violências (policial, gênero e outros), artes e diversidade cultural relacionada aos jovens, excluindo-os de terem acesso ao mínimo de direito e os criminalizando por estarem em situação de vulnerabilidade (ADORNO, 2002).

Santibanez (2014) destaca que adolescentes e jovens que estão em conflito com a lei, antes de completarem a maioridade e principalmente depois, são público-alvo da política de encarceramento e/ou da violência policial, como também reféns da ausência de investimentos de segurança pública, o que tem contribuído na produção de efeitos em outras dimensões da vida social, como: educação, mercado de trabalho, culturas e outras formas de sociabilidades dos jovens.

Para Zaluar (2004), esta confusão está criada pelos inúmeros preconceitos dos agentes policiais contra os jovens (trabalhadores, negros, estudantes ou bandidos), os quais promovem uma guerra sem tréguas que pretende livrar a sociedade do mal, entendendo que livrar do mal é exterminar quem está no alvo do “cano” da bala. “Essa imagem do “menor”, isso é, da criança e do adolescente pobres é a parte da estratégia para justificar a ação policial violenta e corrupta, na qual já se tornou difícil distinguir o que é repressão ao crime do que é crime de extorsão.” (ZALUAR, 2004, p. 49-50).

A Rede de Observatórios da Segurança Pública do Piauí, destaca em estudo realizado entre 2021 e 2022, que a Polícia do Piauí tem matado mais jovens negros, do que a proporção de cor/raça na população total. Segundo o IBGE (2010), o Piauí tem a proporção de cor/raça de 73,4% que se declaram negros (pretos e pardos). A porcentagem de mortos pela polícia por raça/cor 75%.

O Observatório da Segurança Pública do Piauí (SILVA, 2022, p.18) afirma ainda que:

a polícia do Piauí apresenta uma espécie de perfilamento racial, no qual se percebe a seletividade das abordagens e para onde a maior parte delas é direcionada. Então, não é de se estranhar que, dentre os mortos pelos policiais, a maioria seja negra. Na capital Teresina, onde se concentra essa letalidade, chega a 83%. A incidência dessas mortes é maior na capital porque lá existe um maior contingente policial. Dos 6 mil homens do estado, quase 2 mil estão na cidade. Também é em Teresina que ficam os grupos com maior letalidade, como o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e a Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (ROCAM). Grande parte das ações de policiamento acontecem em ambientes periféricos, onde se pode notar a falta de infraestrutura, educação, saúde, entre outras questões que colocam essas pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

O Brasil carrega a 7^a posição no ranking de países mais violentos do mundo, com um número assustador de mais de 30 mil mortes de jovens entre 15 e 29 anos, segundo o Mapa da Violência de 2014.²⁶ Mortes em sua maioria por motivos exógenos como: homicídio, acidentes de trânsito e suicídio e não endógenos como as infecções causadas por fatores internos ao organismo.

Diferentemente das mortes por causas endógenas, que remetem a uma deterioração da saúde causada por algum tipo de enfermidade ou doença, nos casos aqui tratados, a morte é resultado de uma intervenção humana, ou seja, resultado de alguma ação dos indivíduos, seja contra si, como no caso dos suicídios, seja pela intervenção, intencional ou não, de outras pessoas. Estudos históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro mostram que as epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens cinco ou seis décadas atrás, hoje

²⁶ O Mapa da Violência é uma série de estudos coordenado pelo Prof. Júlio Jacobo Waiselisz e algumas instituições parceiras, desde o ano de 1998, com dados periodicamente analisados com foco na problemática da juventude e a violência.

A última versão que será o foco de nosso estudo inova ao inserir na base de dados do Mapa da Violência os indivíduos com idade entre 25 e 29 anos, adequando o estudo ao novo conceito de juventude estabelecido a partir da aprovação do Estatuto da Juventude, em agosto de 2013. (Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil, 2014.)

são as denominadas causas externas, principalmente acidentes de trânsito e homicídios. Tem-se constatado que as formas exógenas são as responsáveis pelo aumento das mortes dos jovens do Brasil (WAISELFISZ, 2014).²⁷

O Ministério da Saúde mostra que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens 30.072 – equivalente a 53,37%, dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014.)

Em 2016, 33.590 jovens foram assassinados, e o número do sexo masculino em relação a 2012 praticamente não se alterou, sendo 94,6%. Esse número representa um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. Se, em 2015, pequena redução fora registrada em relação a 2014 (-3,6%), em 2016 voltamos a ter crescimento do número de jovens mortos violentamente (CERQUEIRA *et al*, 2017).

Ao organizar o Mapa da Violência no Brasil, Waiselfisz (2014) analisa a evolução das mortes violentas de jovens entre 1980 e 2012. Os números são assustadores: no período em questão, foram computadas cerca de 2.459.791 vítimas de homicídios, acidentes de trânsito e suicídios. O autor destaca quatro aspectos importantes referentes a esses dados:

1. Se as taxas de mortalidade para o conjunto da população caem 3,7% nesse período, as taxas por causas externas aumentam 32,8%.
2. Quem puxa os aumentos dessas taxas são, fundamentalmente, os homicídios, que crescem 148,5%, em segundo lugar, os suicídios, que crescem 62,5%.²⁸ Mas também os óbitos em acidentes de transporte aumenta 38,7%.
3. Os acidentes de transporte, com acentuada queda na década de 1990 pela entrada em vigor do Estatuto do Trânsito de 1997, retomam sua tendência de alta já no ano de 2000, com um aumento de 36% entre os anos 2000 e 2012. Podemos observar um significativo aumento nos últimos anos – 2009 a 2012, quando as taxas passam de 20,2 para 23,7 mortes por 100 mil habitantes.

²⁷ Oportuno destacar que a humanidade nos anos de 2020/2021 viveu a maior pandemia da história - pandemia da doença COVID-19. De acordo com relatório publicado pela revista Nature quase 15 milhões de pessoas morreram vítima da covid-19 em 2020 e 2021. Após a pandemia, o número de pessoas mortas de forma violenta e intencional, segundo o Relatório da Secretaria de Segurança Pública do Piauí (Estatísticas Criminais da Polícia Civil) duplicou no Estado do Piauí, 829 mortes. somente no interior do Estado do Piauí foram registradas 346 mortes e na capital Teresina 242.

²⁸ Atenção para as taxas de suicídio que vêm se elevando nos últimos anos. A emergência de novos fenômenos: áreas com taxas de suicídios extremamente altas, inclusive em termos internacionais, e áreas de suicídios culturais ou étnicos (comunidades indígenas).

4. Os suicídios no País vêm aumentando de forma progressiva e constante: a década de 1980 praticamente não teve crescimento (2,7%); na década de 1990 o crescimento foi de 18,8%, e daí até 2012, de 33,3% (WAISELFISZ, 2014, pag. 22-23).

No entanto, ainda nos deparamos com uma realidade revelada pelos números estatísticos, por vezes vazios e desprovidos de sujeitos. Nesta última década foram realizadas diversas pesquisas, cujo objetivo, na maioria dos casos, foi a questão da violência.

De acordo com Santibanez et.al. (2015, p.309-310), os jovens estão entre as maiores vítimas da violência fatal no Brasil, como alerta o Mapa da Violência 2014 e destaca o literário:

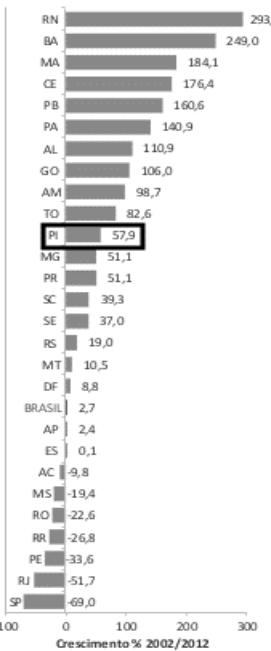
De cada 4 jovens assassinatos no país, 3 são negros e pobres; representam também estes, 7 de cada 10 jovens mortos pelas polícias. A vitimização de jovens brancos, no período de 2002 a 2011, decresceu de 36,7%, para 22,8% do total de homicídios; isso, enquanto a vitimização de jovens negros cresceu de 63% para 76,9%. Além desses elevados índices de homicídios, a juventude negra e pobre é a mais atingida pelo nosso modelo de encarceramento. Atualmente, 38% da população carcerária tem 18 a 29 anos e 60% é composta por negros. Assim, ao completar a maioridade, adolescentes em conflito com a lei podem ser público-alvo da política de encarceramento e/ou da violência policial.

De acordo como o Mapa da Violência 2014, anteriormente citado, ao longo dos diversos anos em que os mapas vêm sendo elaborados desde 1998, emerge uma constante: a elevada proporção de mortes jovens sexo masculino, nos diversos capítulos da violência letal do País, principalmente quando a causa são os homicídios. Assim, por exemplo, nos últimos dados disponíveis, os de 2012, pertenciam ao sexo masculino: 91,6% das vítimas de homicídio na população total e ainda mais entre os jovens: 93,3%.

O Piauí encontra-se na 6^a posição dos estados do Nordeste que tiveram maior crescimento da taxa de homicídios, sendo superado apenas pelos estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Comparando todos os estados brasileiros, o Piauí ocupa a 8^a posição no ranking da taxa de homicídios contra jovens.

GRÁFICO 1: Crescimento das taxas de homicídios. População Jovem por UF. 2002/2012.

Fonte: SIM/MS



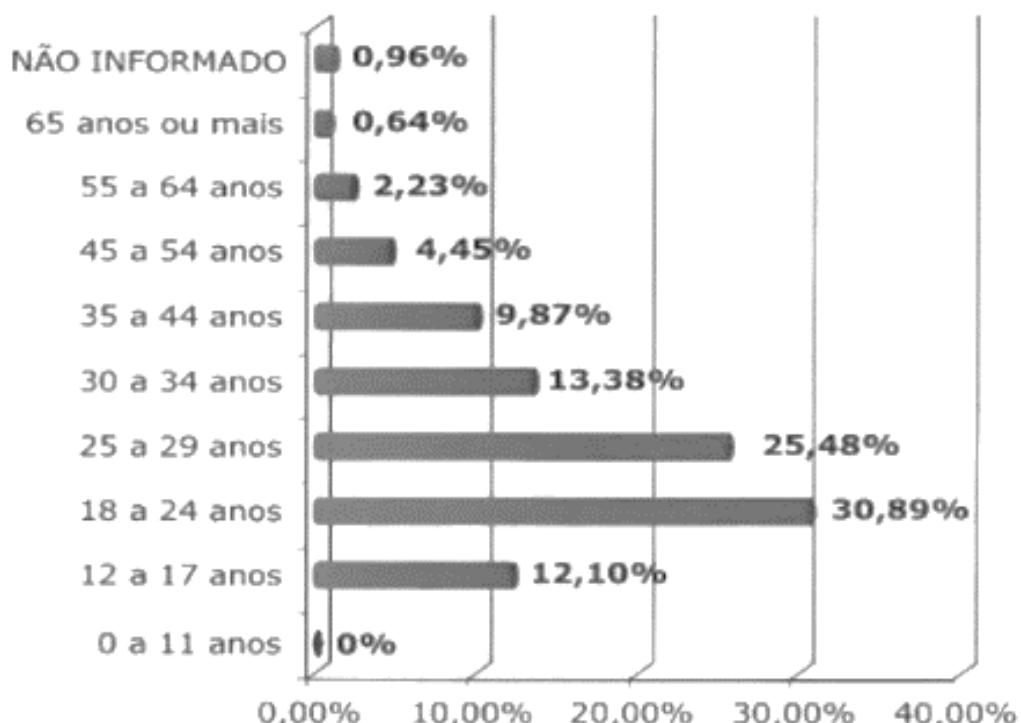
Outros dados a serem verificados são os do Disque Denúncia, ou disque 100 do Governo Federal, que apontam que o Piauí registrou duas vezes mais denúncias de violência contra homossexuais do que a média nacional. Para cada 100 mil habitantes, houve 6 (seis) denúncias no Estado, enquanto a média nacional foi de apenas 3 (três). O movimento LGBTQIAPN+ da Bahia fez também um levantamento dos registros de violência e homicídios contra jovens homossexuais, apresentando o Piauí como um dos estados mais violentos e perigosos para esta população. Em todo o Estado, 12 (doze) foram mortos no ano de 2014. Na capital, Teresina, registrou a maior quantidade de jovens mortos homossexuais, 10 homicídios.

O Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil, aponta o estado do Piauí, bem como sua capital, entre as taxas de homicídio acima dos níveis tolerados pela Organização das Nações Unidas – ONU que admite o número de 10 homicídios para cada 100 mil habitantes. O Piauí apresenta 31 homicídios por 100 mil habitantes, 3 vezes acima dos dados aceitáveis pela organização internacional. Frisa-se que o estado do Piauí apresentou um aumento constante da sua taxa de homicídios. O que contrasta diretamente com a informação de que o Piauí é um dos estados brasileiros

mais seguros. Como pode ser avaliado nas informações oferecidas pelo próprio site da PMPI²⁹.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado monitora, desde 2014, as mortes na cidade de Teresina e as ocorridas nas macrorregiões do Piauí. A Corregedoria da Polícia Civil realiza periodicamente estudos e pesquisas dos indicadores dos homicídios dolosos no estado e relatórios anuais são publicados no sítio do órgão.

GRÁFICO 2: Perfil Etário das Vítimas de Homicídio Doloso em Teresina



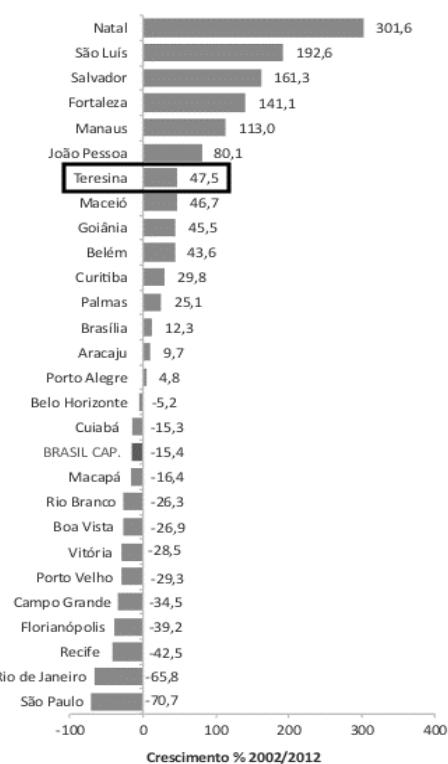
Os dados apontados acima da cidade de Teresina estão em conformidade com os dados nacionais levantados acima, o que é perceptível na tabela apresentada do Estudo Descritivo da Policia Civil do Piauí do ano de 2014, referente ao ano de 2013. No gráfico, a partir dos 12 anos de idade, os índices de homicídio doloso se fazem

²⁹PIAUÍ, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ. Piauí permanece entre os estados mais seguros do Brasil. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/site/noticias/item/1470-piaui-permanece-entre-os-estados-mais-seguros-do-brasil>

PIAUÍ, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ. Piauí é o estado mais seguro do norte e nordeste. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-e-o-estado-mais-seguro-do-norte-e-nordeste/>

crescente de 12,10% alcança entre os jovens de 18 a 24 anos a porcentagem de 30,89%.

GRÁFICO 3: Crescimento das Taxas de Homicídio. População Total das Capitais. 2002/2012



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/SVS/MS

Conforme o gráfico acima, Teresina encontra-se na 6^a posição em crescimento, com 47,5 entre as capitais nordestinas com a maior taxa de homicídios entre os jovens. E considerando as capitais brasileiras, Teresina encontra-se na 7^a posição no ranking da violência contra a juventude negra brasileira.

Teresina apresenta uma taxa de homicídios de 76% para cada 100 mil jovens assassinados. Isso demonstra um aumento de mais de 8 vezes a taxa de homicídio tolerável pela ONU, no ano de 2012. Identifica-se que no biênio 2011-2012, Teresina avança uma posição relevante e torna-se a 3^a capital nordestina com maior índice de mortalidade entre os jovens negros, segundo o Mapa da Violência (2014).³⁰

³⁰ Importante ressaltar que a categoria negra, utilizada nesta pesquisa, resulta do somatório das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE. Outro ponto também a ser considerado nessa pesquisa são as taxas elaboradas

No ano de 2012, os gráficos revelam-nos alguns pontos para nossa atenção: a eclosão epidêmica de violência que já vinha acontecendo em algumas capitais, como Fortaleza e Teresina. Outras, como Aracaju, Rio Branco e Boa Vista, que vinham tentando controlar e diminuir a incidência, sofreram um novo surto (WAISELFISZ, 2014, p. 50).

A vitimização por homicídio de jovens (15 a 29 anos) no país é fenômeno denunciado ao longo das últimas décadas, mas que permanece sem a devida resposta em termos de políticas públicas que efetivamente venham a enfrentar o problema. Os dados de 2016 indicam o agravamento do quadro em boa parte do país: os jovens, sobretudo os homens, seguem prematuramente perdendo as suas vidas. (CERQUEIRA *et al* 2017, p. 25)

Não basta o aumento da violência contra a população jovem, de forma sem igual, os homicídios se concentram na população negra, uma faceta da desigualdade racial no Brasil. O contingente populacional que se autodeclara negro no Piauí, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2022 é surpreendente – 78,7% da população se declara negro.

O Atlas da Violência (2017) destaca que quando calculado dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos.

Em 2016 no Brasil, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. E não somente de homens, a taxa de mulheres negra foi de 71% superior à de mulheres não negras. As maiores taxas de homicídios de negros encontram-se nos estados do nordeste: Sergipe (79,0%) e Rio Grande do Norte (70,5%). Na década 2006-2016, esses

contidas nas bases de dados do Sistema de Informação de Mortalidade, relacionando número de homicídios por cor/raça, com os respectivos contingentes populacionais das pesquisas do IBGE, apresentam problemas metodológicos que devem ser levados em conta. Por exemplo, a população por raça ou cor são as entrevistas da PNAD e/ou do Censo, que coletam esse dado por autoclassificação do entrevistado. Já nas certidões de óbito, a classificação é realizada por um agente externo ou documentação preexistente utilizando as mesmas categorias do IBGE.

estados foram também onde a taxa mais cresceu: 172,3% e 321,1%, respectivamente (CERQUEIRA *et al*, 2017).

Em mais uma evidência da desigualdade aqui vivenciada, chama a atenção o fato de que sete estados registraram taxas de homicídios entre não negros de apenas um dígito, o que, para o caso brasileiro, que registrou em 2016 a taxa de 30,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, é extremamente raro. Além de Alagoas, citado anteriormente com a taxa de 4,1 homicídios para cada 100 mil não negros, Paraíba (5,8%), Piauí (7,0%), Amapá (7,8%), Ceará (8,3%), São Paulo (9,1%) e Espírito Santo (9,3%) estão nesse seletivo grupo no qual a população não negra vive uma situação menos adversa em relação ao direito à vida. Em 2016, por exemplo, o único estado brasileiro no qual a taxa de homicídio de não negros permaneceu maior do que a de negros foi o Paraná: 30,6% e 19,0%, respectivamente (CERQUEIRA *et al*, 2017).

Os dados trazidos pelo *Atlas da Violência* da série 2012 a 2016, de 2018 e 2019 vêm complementar e atualizar o cenário de desigualdade racial em termos de violência letal no Brasil já descrito por outras publicações. É o caso do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, ano base 2015, que demonstrou que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou 5.896 boletins de ocorrência de mortes decorrentes de intervenções policiais entre 2015 e 2016, e identificou que 76,2% das vítimas de atuação da polícia são negras.

A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil. Para que possamos reduzir a violência letal no país, é necessário que esses dados sejam levados em consideração e alvo de profunda reflexão. É com base em evidências como essas que políticas eficientes de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil. (CERQUEIRA *et al*, 2018, p.40 e 41)

Todavia, o crescimento de homicídios, e juvenicídio dos negros, nos faz chegar à conclusão que não houve nenhuma ação perceptível de políticas públicas

associadas a população jovem, principalmente dos jovens negros, para enfrentar o tocante a taxa de homicídios.

3.4 JUVENI-ETNOCÍDIO NO PIAUÍ: CORPOS E CULTURAS EXTERMINADOS

"60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais

Já sofreram violência policial

*A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras
Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros*

A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo

*Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente." (Capítulo 4, Versículo 3
Racionais MC's)*

Tendo abordado os dados do juvenicídio no Brasil e no Piauí, outro ponto preocupante nessa discussão é o que chamamos de juveni-etnocídio. Hoje, vivemos a mais profunda transição demográfica de nossa história, rumo ao envelhecimento da população; a onda jovem não existe mais como nas décadas de 2010 e a alta letalidade de jovens gera fortes implicações, inclusive sobre o desenvolvimento econômico e social. Para além da questão da juventude, os dados nos relatórios do mapa da violência, do atlas da violência e da Secretaria de Segurança do Piauí trazem evidências de um processo extremamente preocupante nos últimos anos: o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTQIAPN+, e mulheres, nos casos de feminicídio – a violência em seu grau extremo, mas que somente representa a ponta do iceberg. Não basta matar o corpo, deve-se matar também a cultura – feminina, juvenil. No Piauí, entre os anos de 2015 e 2022 ocorreram 229 feminicídios. Em segundo lugar, conforme apontado por Manso e Dias (2018), houve um processo de expansão geoeconômica e política das maiores facções penais do Sudeste pelo domínio de novos mercados varejistas locais de drogas, assim como novas rotas para o transporte de drogas ilícitas, que se iniciou em meados dos anos 2000 (CERQUEIRA et al, 2019). No Piauí, a presença dos grupos faccionados é uma realidade nos primeiros anos de 2000, com agências de

regulação dos “negócios” dessas organizações, lideranças e projetos de poder territorial.

Este processo foi iniciado primeiramente pelo PCC que viu a possibilidade de aumento dos lucros no negócio de cocaína. Hoje, com a existência de grupos locais como o Bonde dos 40, FDN, PCM, e PCC,³¹ criaram-se rotas para pouso de aviões para a exploração do narcotráfico no Nordeste e Norte do país, principalmente de mercadorias provenientes da Bolívia e do Peru, que chegam ao Acre, sendo transportadas, em seguida, para outras Unidades Federativas (Ufs) na rota do Rio Solimões, sobretudo o Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, para serem, enfim, levadas à Europa (CERQUEIRA et al, 2019).

As referências bases de nossa pesquisa não discutem e nem falam diretamente do consumo de drogas e, principalmente, do narcotráfico; não se fala de agentes públicos que patrocinam o tráfico de armas e drogas; nem dos diversos grupos que buscam a dominação e controle territorial e que disputam com o Estado a legitimidade no uso da violência, seja resultante do tráfico, de milícias, de madeireiras ilegais e interesses econômicos e políticos. Não se fala dos novos núcleos e expansão do crime organizado, e não se tem como entender o crime organizado, sem discutir o Estado, o Exército e os empresários. Não se fala da letalidade policial contra os jovens. Ninguém fala.

Vale também considerar que as facções não são o único problema do estado, muito menos, o que afeta as juventudes, as milícias também geram suas vítimas. Teresina é uma das cidades mais hostis do Brasil, principalmente contra suas juventudes, segregação socioespacial, segregação cultural, segregação política. Teresina é uma cidade que tem galeras e gangues que rivalizam desde a década de 1970 e que se matam, sem requerer do estado nenhuma atitude em relação a isso,

³¹ Bonde dos 40, mais conhecido como B40, foi criado em São Luís, aliado à facção carioca Amigos dos Amigos (ADA); hoje é a facção que mais cresce no Piauí; FDN, ou Filhos do Norte, é uma das maiores organizações criminosas do Amazonas com atuação também no Piauí; PCM - Primeiro Comando do Maranhão (PCM); Primeiro Comando de Campo Maior (PCM); Primeiro Comando de Esperantina (PCE); Facção Criminosa de Teresina; PCC - Primeiro Comando da Capital, a maior organização criminosa do Brasil e Comando Vermelho – CV, facção criminosa do Rio de Janeiro, estas duas últimas são base para a ramificação das demais facções.

<https://www.oitomeia.com.br/noticias/2021/09/07/seis-faccoes-estao-atuando-no-piaui-e-isso-tem-gerado-aumento-no-numero-de-crimes/>

no fim, as facções armam essas galeras que rivalizam, e tentam organiza-las, ainda sem muito sucesso devido as disputas intensas.³²

Em se tratando de violência letal, o Piauí possuía duas mesorregiões de destaque, em 2017, sendo elas o Sudeste e Centro-Norte Piauiense. O município Sebastião Barros era o mais violento do Estado (87,7), seguido de Caldeirão Grande do Piauí (70,4) e Vila Nova do Piauí (68,2). A capital Teresina apresentou taxa de 39,4, sendo a média dos municípios do estado de 11,4, uma das mais baixas do país (CERQUEIRA et al, 2019, p. 49)³³

Segundo o Mapa da Violência de 2014, o Piauí teve um aumento de 2004 a 2014 na taxa de homicídios de mais de 10%. No ano de 2004 foram mortos mais de 347 jovens (11,5%) e no ano de 2014 – 716 jovens (22,4%). Na taxa de homicídios por 100 mil jovens de 15 a 29 anos o Piauí teve uma variação de 128,2%, no ano de 2004 de 20,5% e no ano de 2014 de 46,8% uma diferença de 17,7%. A maior Taxa de homicídios foi na microrregião de Teresina, 50,3%, seguido da microrregião de Pio IX, 18,56%.

Se os dados revelam o aumento da violência e da morte de jovens no termo que chamamos de causas externas, podemos concluir que há um genocídio dessa população, ou seja, um juvenicídio. Mas, o que é um genocídio? A palavra genocídio não existia antes de 1946, sendo criada no pós-Guerra, no processo de Nuremberg, e conceituada juridicamente como qualquer tentativa de exterminar um grupo de pessoas por conta de sua etnia, raça, religião ou nacionalidade. A palavra entra no vocabulário jurídico e tipificada após a primeira manifestação dessa criminalidade, que foi o extermínio sistemático dos judeus europeus pelos nazistas alemães. Não só

³² “Galeras”, é um grupo ou reunião de jovens ou pessoas que se reúnem para discutir sobre determinado assunto, também pela intimidade entre suas relações e afinidade. O Plano Juventude Vida de Teresina traça ações para o fortalecimento de mecanismos de controle quanto a atividade policial, no que diz respeito ao racismo institucionalizado. Os focos das ações visam as comunidades onde as subnotificações de homicídios se fazem mais vigentes, sejam por conflitos entre as “galeras” da própria região, ou casos de confronto com a força policial. A assistência jurídica para jovens negros em situação de violência também se apresenta como medidas de máxima importância. A adoção de medidas, programas e políticas de enfrentamento e de superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica é fator primordial para a redução dos índices assustadores que se apresentam. (anexo)

³³ Em dados recentes do ano de 2022, a Secretaria de Segurança Pública apresenta planilha referente a mortes violentas intencionais (MVI), sem recorte etário. O Piauí no ano em comento teve 663 homicídios e 23 feminicídios. Na capital Teresina 324 homicídios e 5 feminicídios. No interior 360 homicídios, feminicídios 18.

judeus, mais ciganos, poloneses, comunistas, homossexuais, prisioneiros de guerra soviéticos, Testemunhas de Jeová e deficientes físicos e mentais.

Para Clastres (2011, p.77-79), “o crime juridicamente definido como genocídio tem sua raiz no racismo, é seu produto lógico e, no limite, necessário: um racismo que se desenvolve livremente.” Delitos como esse se sucedem no tempo, mas por decisões internacionais nunca há processos judiciais como no caso de Nuremberg. Antes do extermínio dos judeus na Alemanha nazista, inúmeras populações autóctones foram massacradas no continente latino americano. A história da expansão colonial é sangrenta e bárbara. É dessa experiência, segundo Clastres, que os etnólogos formularam o conceito de etnocídio.

Se o termo genocídio remete a ideia de raça e a vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física e imediata não é a opressão cultural, com efeitos longamente adiados segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida. Aqui não é o caso de escolher entre 2 males, o menor. A resposta é muito evidente, mais vale menos barbárie que mais barbárie. Dito isto, é sobre a verdadeira significação do etnocídio que convém refletir. (CLASTRES, 2011, p. 77 – 79)

Corroborando nessa construção, Flauzina (2006) aponta que a estrutura racista da sociedade tem base no processo histórico latino americano, que desemboca numa percepção que coloca sempre os negros e indígenas como a barreira a nos separar da civilização. Não há simbologia, há um apagamento das memórias dessas pessoas, desses agrupamentos, ou seja, se seus corpos são violentados, sua cultura se quer se mantém, se solidifica, e tudo isso é feito de forma deliberada, pensada:

quando você olha as novelas, as novelas estão falando! (...) – verão que todas as novelas latino-americanas são iguais, as populações negras são representadas ali como um defeito, uma imperfeição, e estão destinadas a desaparecer. Você não vai ver, por exemplo, famílias negras. A família é o quê? O lugar da continuidade, as famílias são pra reproduzir, você não vê famílias negras nessas novelas, o que você vê sempre são os elementos isolados. Em Venezuela, Peru, você vai de um país sul-americano para outro e vai ver sempre a mesma coisa, a mesma realidade. Quando há uma cara negra, é uma cara negra solitária, um homem negro sem mulher negra, sem filhos, sem pais, sem antecedentes... ou seja, algo destinado a acabar, algo que não tem raízes e nunca terá. A prolongação, ontologicamente, não deve existir. Então, esta negação da presença africana nas Américas é um fator violento de genocídio simbólico (WEDDERBURN, apud SANTOS, 2005, p.35).

A conformação de um imaginário social, segundo Flauzina (2006), investe liquidamente para a eliminação de determinado contingente humano, que tende a ser materializado por práticas efetivas de extermínio e etnocídio. Em outras palavras, o genocídio âncora se numa fonte simbólica que o reclama.

Portanto, podemos chegar à conclusão, após o levantamento e análise dos números de homicídios e da discussão da literatura, que o que ocorre é o *juveni-etnocídio* dos jovens e de suas culturas, em especial das juventudes negras, pobres e periféricas. As juventudes possuem valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais próprias. O Estado e a sociedade não matam somente o corpo, matam também a alma desses meninos e meninas.

Para Clastres (2011), o etnocídio, e para nós o juveni-etnocídio tem em comum com o genocídio uma visão idêntica do Outro, da alteridade: o outro é a diferença, certamente, mas é sobretudo odiar a diferença. Essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O genocida nega a diferença, mata o corpo, extermina por acreditar que o outro é mau. O juveni-etnocídio busca eliminar o outro, o diferente, e obrigar os sobreviventes a “melhorar”, a se transformar, tornando-se idêntico ao modelo que lhe é proposto, ao que lhe é imposto.

3.5 A CAMPANHA NACIONAL CONTRA A VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO DE JOVENS

“Vamos juntos gritar, girar o mundo: Chega de violência e extermínio de jovens.” (Pe. Gisley Azevedo)

Com atuação na educação e promoção dos Direitos Humanos, a Pastoral da Juventude, preocupada com o aumento da violência, a criminalização das juventudes e pautas como a redução da maioridade penal, lançou no Brasil a campanha nacional contra a violência e extermínio de jovens.

A Campanha é uma das ações assumidas e dinamizadas pelo projeto “A Juventude quer viver”. De forma prática, ele busca posicionar-se publicamente sobre temas que afetam diretamente a vida da juventude, como também construir estratégias de participação e intervenção política nos diversos setores sociais organizados (governamentais e não governamentais), buscando mobilizar a juventude pela garantia de direitos (PJ, 2014).

A aprovação dessa campanha se deu na V Assembleia Nacional das Pastorais da Juventude. Era maio de 2008, em Brasília/DF, as pastorais da juventude assumem as bandeiras pela vida das juventudes resultando assim como ação/prática a campanha.

Nesse período, em média segundo as organizações de juventude do Brasil e da América Latina, eram assassinados 54 jovens por dia no Brasil. Uma realidade cruel e exterminadora. Mas muito mais do que discutir as causas das mortes e da violência que permeia a vida dos jovens, a campanha tem como primeiro fundamento a vida desses jovens. No ano de 2008 todas as atividades e ações da PJ foram pautadas na defesa da vida das juventudes, como na 13^a Semana da Cidadania sobre o empobrecimento social da juventude; a 6^a Semana do/a Estudante que teve como tema: Juventude e o direito à dignidade – identidade, participação e sentido da vida; e o 23º DNJ sobre Juventude e os Meios de Comunicação – queremos pautar as razões de nosso viver.

A Ampliada Nacional da PJ, em Palmas/Tocantins nesse mesmo ano elegeu Hildete Emanuele Souza (BA) como secretaria nacional da PJ. O tempo era propício para desenvolver importante campanha, sendo assim o lançamento ficou marcado para novembro de 2009, no 7º Encontro Nacional de Fé e Política, em Ipatinga/MG.

Nesse mesmo ano (2009), ocorreu também o IX Encontro Nacional da PJ, em Natal/RN, onde se efetivou o lançamento da publicação *Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer – um corpo em construção*; a 14^a Semana da Cidadania falou de Juventude e Criminalização e se realizou, em Guararema/SP, um Seminário Nacional da Campanha Nacional contra a violência e extermínio de jovens. Nessa mesma cidade a campanha se encerrou anos mais tarde.

A campanha também ganha outra dimensão com o assassinato em junho de 2009 do Padre Gisley Azevedo Gomes, assessor do Setor Juventude da CNBB, em Brazlândia/DF, um dos grandes incentivadores e promotores da Campanha Nacional.

Nesse ano e vindouros a PJ intensifica sua presença no Congresso Nacional e debate em grandes mídias a campanha. Em pouco tempo a campanha nacional passa a ação articulada de diversas organizações para levar a toda a sociedade o debate sobre as diversas formas de violência contra as juventudes.

Os princípios da campanha são: defesa da vida da juventude; respeito à dignidade humana e à diversidade social; autonomia política frente às estruturas institucionais; diálogo com movimentos sociais, em especial com organizações de juventude; vivência de uma espiritualidade libertadora; compromisso com a construção de um outro modelo de sociedade. Com isso, a Campanha objetiva avançar na conscientização e desencadear ações que possam mudar essa realidade de violência e morte.

Portanto, os acontecimentos descritos acima, servem como instrumento de comparação entre vários momentos históricos distintos. Encontramos inúmeros microcenários que vão desde o formato de organização a preferências evangélicas e sociais. Se temos no primeiro momento a Ação Católica Geral e Especializada que define o rosto da participação ativa dos leigos em um cenário de violência, golpe de estado e violação de direitos, temos um segundo momento intenso de participação política partidária dessas juventudes em uma igreja encarnada, profética, dinâmica. O terceiro momento encontramos essas juventudes indiferentes, apáticas e distantes do engajamento, envolvimento religioso, partidário e institucional. O passo se desloca para participações sem muita incidência e vida nas periferias. Elas optam por outros guetos, grupos e setores. Com o ritmo das décadas e com o passo do tempo elas não são as mesmas. Hoje há uma apatia com relação à participação de católicos em movimentos sociais laicos ou nas CEB's, enfraquecidas do ponto de vista quantitativo. O retraimento da caminhada da igreja católica frente às demandas sociais após a redemocratização do país, caminhou paralelamente ao fortalecimento do pentecostalismo e do neopentecostalismo, sobretudo a partir dos anos 1990.

Dante do apresentado queremos ouvir os jovens, os maiores interessados.

IMAGEM 10: Cartaz da Campanha Nacional Contra Violência e Extermínio de Jovens



Fonte: Arquivo da Pastoral da Juventude

4 VOZES DAS JUVENTUDES (RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO)

4.1 O CONTEXTO SOCIAL DOS/AS JOVENS E DO GRUPO

“É certo que homens e mulheres podem mudar o mundo para melhor, fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que ‘chegam’ em sua geração. (...) A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha as condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria uma ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra sonhos” (FREIRE, 2014, p.61-62,).

Sabemos o quanto os jovens, principalmente os estudantes, desde a década de 1960, sonham e forjam as condições necessárias para a transformação da sociedade brasileira e no mundo. Contestam os valores e costumes tradicionais, a sociedade e os modelos patriarcal, machista, misógino, homofóbico e político. Também no decurso do tempo busca constantemente formas de eliminar os reducionismos e visões estereotipadas sobre este segmento social.

Nesse capítulo, nossa intenção é promover uma discussão com grupos de jovens da Pastoral da Juventude, ouvindo os seus relatos, para, assim, alcançarmos um entendimento melhor desse público e da ação dessa Pastoral na vida de milhares de jovens inseridos em seus grupos ou não.

Partindo do pressuposto que é impossível traçarmos significados sobre a palavra “juventude”, queremos apresentar elementos que foram destacados durante as rodas de conversas, destacando como eles pensam a sua própria condição, o seu ser/axiologia, as vantagens de ser jovem, as dificuldades que enfrentam na vida os preconceitos da sociedade, seja pela idade, cor da pele, orientação sexual, classe social e a presença da Pastoral da Juventude em suas vidas.

A metodologia proposta foi de grupo focal aplicando questionário aberto. Nessa escuta, através dos instrumentos do grupo focal, foi utilizado o método indutivo, pois a pesquisa quis reunir aspectos recorrentes nas falas dos jovens, de modo a observar pontos e aspectos singulares para promover uma série de reflexões sobre a realidade da juventude piauiense, possibilitando assim o diálogo, dando aos jovens voz,

inclusive provocando-os para articulações a nível local e regional e o fortalecimento de suas ações.

O desejo maior e conclusivo dessa pesquisa é, em seu último capítulo, fazer as **vozes dos jovens ressoarem**.

Onde foram realizados:

A escolha dos grupos foi feita de modo a contemplar as 8 dioceses da Igreja Católica Romana do Estado do Piauí, observando a sua divisão territorial.

O questionário foi aplicado ao fim das reuniões dos grupos de jovens, e as cidades foram escolhidas pelas lideranças diocesanas observando a atuação do grupo de jovens na região.

Quem foram os jovens ouvidos:

Foram ouvidos 5 grupos de jovens, de 5 dioceses eclesiásticas da Igreja Católica Romana. O Estado do Piauí possui 8 dioceses, três dioceses não foram ouvidas por indisponibilidade de agenda. Os grupos ouvidos foram da Arquidiocese de Teresina, Diocese de São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Floriano, Oeiras. Não ouvidas: Dioceses de Campo Maior e Parnaíba. Participaram das rodas de conversas e dos questionários abertos um número de 10 a 18 jovens, com idade de 14 a 28 anos. Quanto a cor da pele não foi perguntando como se autodeclaravam. Metade dos jovens dos grupos não trabalhava, e a outra metade trabalhava informalmente. Raros tinham suas Carteiras de Trabalho assinadas.

A maior parte dos jovens ouvidos não possuíam nenhum tipo de renda, outros percebiam menos de um salário mínimo, e poucos percebiam uma renda mensal de um a dois salários mínimos. Quanto a escolaridade, nenhum jovem participante era analfabeto; ou eles e elas estavam concluindo o ensino fundamental, ou o ensino superior. Poucos jovens manifestaram ter concluído o ensino superior.

Como é ser jovem hoje no Piauí?

Indagados, logo na primeira roda de conversa, os jovens responderam que ser jovem no Piauí é muito difícil, resposta que se manteve em todos os grupos ouvidos.

Difícil e desafiador. Logo no desenvolvimento da resposta, a palavra difícil estava associada às dificuldades de ser jovem na sociedade, onde encontram bastante resistência nos ambientes familiar, do trabalho e religioso. Mas, sempre buscando um papel de protagonismo.

Um dos jovens ouvidos destacou que: “a juventude anseia por uma vida em que se sinta pertencente a uma sociedade. Onde as suas fragilidades possam ser vencidas.”

Ser jovem para eles e elas está relacionada a **dificuldade**, por sofrerem diversos tipos de preconceitos, seja pela cor, raça, classe, seja pela orientação sexual. As falas dos jovens ouvidos vêm carregadas de uma visão negativa, opressora, que aniquila e que exclui, repetindo, reverberando e fortalecendo as falas da sociedade, o estereótipo criado pela civilização adultocêntrica.

Os participantes enfatizam que ser jovem é passar por uma fase difícil, de muita cobrança, confusão, indecisão, falta de credibilidade por parte dos adultos e da sociedade. Um conflito geracional visível. Os jovens ouvidos começam a pontuar as frases que ditas pela família ou por seus pais, é comum para eles ouvir a expressão: “no passado, não era assim; o meu tempo era muito melhor.”

Os que foram socializados em contextos culturais próprios de outras gerações, com códigos próprios dessa época, vão se dando conta (**precisam se dar conta, grifo nosso**), de que nos deparamos com mundos diferentes nos modos de pensar, sentir e agir. Alguns falam de crise, de mudança de época, entendendo isto como novidade e mudança, ou seja, os códigos, estilos e modos de pensar anteriores já não são suficientes para dar-se conta da realidade que as gerações jovens atuais estão vivendo e que necessitam de nova explicação. Vai se tornando cada vez mais comum a convicção de que, tal como a revolução industrial produziu uma mudança profunda na sociedade através das novidades inseridas no ciclo de produção e na vida dos trabalhadores, também hoje a profunda transformação operada no campo das comunicações guia fluxo de grandes mudanças culturais e sociais (CELAM, 2017, p. 29).

Para os jovens do grupo de Floriano, ser jovem também é desfrutar da transição da adolescência pra vida adulta a partir das experiências de amadurecimento, as vivências na sociedade e as responsabilidades que vêm junto com a maioridade, como a necessidade de posicionar-se politicamente através do voto e economicamente no advento do primeiro emprego.

Quais são os medos, dificuldades e preconceitos?

No dicionário Aurélio (2023) a definição de medo é: “Estado emocional resultante da consciência de perigo ou de ameaça, reais, hipotéticos ou imaginários. Ausência de coragem. Preocupação com determinado fato ou com determinada possibilidade.”

As falas dos jovens nos grupos foram recorrentes quanto ao medo da exclusão, do desemprego, da fome e da injustiça. Medo de sofrerem preconceito da família e da sociedade.

Ao falar de seus medos, os jovens da Associação de Jovens Unidos a Cristo (AJUC), de Floriano, disseram que a condição de ser jovem traz consigo o sentimento de medo, e cita o medo da violência e do futuro, principalmente ao escolher uma profissão e das dificuldades da independência para sair da casa dos pais. São relatos que enfatizam a dicotomia futuro versus o fracasso, o medo do vindouro, que se transforma e se torna uma grande incerteza, já que os jovens precisam responder à sociedade e à cultura adultocêntrica que os desumaniza.

Contudo, ser jovem é, acima de tudo, resistir ao preconceito inerente ao estereótipo atrelado ao jovem de não ser capaz de atingir os seus objetivos e posições que, hierarquicamente, estão restritos aos adultos.

Um dos jovens ouvidos citou o exemplo da jovem paquistanesa Malala que ficou conhecida por defender os direitos humanos e os direitos das meninas e mulheres. Dessa forma, fica claro que ser jovem é também participar ativamente da mudança da sociedade ao enxergar o mundo cheio de problemas, desigualdades e violência. O jovem abraça essas causas e busca soluções e iniciativas relevantes para a mudança social.

Quais são as alegrias?

Os jovens ouvidos de Canto do Buriti (Diocese de São Raimundo Nonato) falaram que a alegria acontece quando participam de algo que os acolhe, que os ajuda, e também quando ajudam o próximo e se sentem gratos em fazer o bem.

Ter amigos, jogar futebol, sair nas noites de sábado, conseguir o primeiro emprego, também foram citados como alegrias, pelos jovens. O ambiente familiar

como espaço de alegria, e o grupo de jovens. Temor a Deus e as diversas experiências com Deus através da PJ foi muito destacada como alegria.

Os jovens são os responsáveis pela violência e pelo crime na sociedade? Justifique a resposta.

De forma unânime, os membros dos grupos de jovens entrevistados afirmaram que os jovens não são responsáveis pela violência, tampouco pelo crime na sociedade. Para eles e elas são os jovens as vítimas da violência e do crime. Vítimas do Estado brasileiro. Quanto aos jovens que cometem algum crime, são considerados vítimas da sociedade, ou pela ausência de políticas públicas ou pela falta de oportunidade ou por falta de projeto de vida.

Que espaços têm os jovens na comunidade? Qual o protagonismo da juventude? Há projetos e grupos juvenis em sua cidade?

O espaço que os grupos falaram onde mais encontram acolhida é no espaço religioso. E que buscam insistente mente espaço na sociedade, porque ainda é muito limitado, reduzido, pequeno. Desacolhida é outra palavra chave dessa pergunta.

No grupo JUC de Canto do Buriti (Diocese de São Raimundo Nonato), os jovens disseram que além do espaço da igreja, há espaço também em eventos culturais, em jogos esportivos, em aulas de música promovidas por uma associação do município, dentre outros.

Quanto ao protagonismo da juventude, destaque para a resposta do grupo de Floriano: “todos os espaços podem ser ocupados pelos jovens, ao pensar que o jovem contribui na formação do futuro. Que o protagonismo se encontra exatamente na liderança e participação ativa do jovem em movimentos sociais, campanhas solidárias, no meio político, ambiental e até na saúde e segurança pública.”

Protagonismo está inteiramente ligado a ação, engajamento, participação, dinamismo, liderança ativa, o que foi percebido em quase todos os membros dos grupos, exemplo: divisão de tarefas no grupo, atividades para serem operacionalizadas/executadas, e como se dá o processo de escuta de todos, sem distinção, com direito a voz e voto nas discussões travadas no grupo.

Um dos jovens do grupo de Floriano, respondeu sobre os projetos e grupos existentes em seu município:

"Atualmente, há diversos grupos juvenis na cidade de Floriano, sejam eles de origem cristã ou não, existem união de pessoas que ajudam o meio ambiente no projeto Ecocats ao receber plásticos e alumínios para revenda o valor obtido é destinado a castração de animais em situações de rua, outro exemplo é o grupo da qual faço parte, em diferentes épocas do ano nos reunimos para realizar cestas básicas e doar para famílias carentes, doação de roupas e brinquedos entre outros."

Outros grupos destacaram que antes da pandemia havia projetos e grupos juvenis nas suas cidades, o que perderam forças por conta da crise sanitária que atravessamos.

[...] em relação aos grupos de jovens auto-organizados em torno de atividades culturais [...] aponta para um caminho para o diálogo com os jovens e a reversão do quadro [...] a grande maioria acha que pode mudar o mundo. E a mudança que os jovens fariam no mundo é a erradicação de seus problemas mais pungentes, a violência, o desemprego, a fome, as injustiças sociais, as drogas, a pobreza e a miséria. Podemos com isto dizer que as energias utópicas não estão esgotadas, que os jovens têm desejo de um mundo melhor e apostam na sua capacidade de transformação (VENTURI; ABRAMO, 2000).

Segundo Fritzen (1995), o homem é um ser para os demais, um ser em relação, que depende dos demais e está feito para os demais. Disto, em geral, as pessoas têm muita pouca consciência, mas é algo que não se adquire a não ser pela vivência. Ou seja, as relações grupais são essenciais para o crescimento do ser. O grupo é elemento primordial na configuração e formato da ação pastoral, privilegiando o diálogo, a reciprocidade e o pensamento individual e coletivo.

Nesta lógica, quando um grupo é conduzido por outra pessoa, não se trata de um grupo, mas de controle e massificação. Percebeu-se na aplicação deste questionário que os grupos eram autênticos, coletivos e diversificados. Todos os jovens participavam ativamente.

A sociedade acredita na juventude? Há grupos que lutam pelos direitos das juventudes?

As respostas da primeira pergunta vieram carregadas de pessimismo, descrença, desânimo, negativismo. Um dos jovens destacou que sociedade busca no jovem esperança, resistência, futuro próspero. Entretanto, essa mesma sociedade

que deposita sobre a juventude esperança e futuro, não a acolhe e não lhe dá oportunidades.

Vale ressaltar que os grupos ouvidos, em sua totalidade, citaram que as instituições que lutam pelos direitos das juventudes são grupos que pertencem às igrejas cristãs, tanto católicas quanto protestantes. E novamente destacaram o trabalho da Pastoral da Juventude na defesa dos Direitos Humanos dos jovens, em especial do Piauí.

Uma das jovens respondeu: “Pastoral da Juventude tem esse legado e sempre terá, de abraçar a todos sem distinção, lutar por todos os direitos da juventude.”

O grupo de Floriano ressalta um avanço da sociedade em depositar, dispensar credibilidade aos jovens. Dizem: “ultimamente a juventude tem sido papel fundamental em questões importantes, sendo assim, acredito que há um crescimento da credibilidade da sociedade nos jovens.” Entendimento esse que difere dos demais grupos.

Quanto à referência de luta, o grupo de jovens de Floriano citou a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), que incentiva, informa e amplia a garantia do direito a educação pública gratuita e de qualidade.

Conhecem alguma política pública específica para a sua faixa etária?

Políticas Públicas citadas.

Ao serem perguntados pelas políticas públicas específicas para as juventudes, 80% dos grupos disseram que conhecem uma política pública específica para as juventudes. Entre as políticas públicas citadas estão: jovem aprendiz, políticas de saúde de prevenção, o ID jovem que garante desconto em viagens e eventos para os jovens até 29 anos e o Financiamento Estudantil (FIES). 20% dos grupos disseram que não conhecem nenhuma política pública na cidade para os jovens.

Há quantos anos vocês estão no grupo de jovens? Como analisam e entendem o trabalho realizado pela Pastoral da Juventude?

Quanto à pergunta a respeito do tempo de participação no grupo de jovens, as respostas variaram de 3 meses de entrada no grupo, 3 anos e até mais de 10 anos.

Sobre o trabalho da Pastoral da Juventude, destacaram que a PJ proporciona aos jovens uma forma nova para enxergar um mundo novo. Este mundo para os participantes é um mundo de diversidade, pluralidade, inclusão e amor.

Outros jovens destacaram que a PJ agrega valores, como o companheirismo, além de repara-los para a vida. Resposta que se completa com outra consideração do grupo que: “a Pastoral da Juventude além de auxiliar na vida profissional, espiritual e familiar dos nossos jovens, trabalha também projetos públicos e ações sociais que envolvam os jovens e outras pessoas da sociedade.”

Outra resposta quanto ao que eles analisam e entendem sobre a Pastoral, acreditam ser ela uma ação solidária, resistente e corajosa. Solidária com as minorias, resistente à violência e discriminação e corajosa frente aos desafios de ser jovem e defender os direitos humanos voltados para o cristianismo.

A Pastoral da Juventude defende os direitos humanos dos e das jovens? Se sim, como? Poderia ter mais pautas e ações? Vocês se sentem representados pela Pastoral da Juventude?

Todos os grupos responderam que a Pastoral da Juventude defende os direitos humanos, principalmente através de campanhas, projetos, programas e ações que tratam a defesa da vida da juventude, como a Campanha Nacional Contra o Extermínio de Jovens e a Campanha de Enfrentamento aos Ciclos de Violência contra Gênero. Todos os jovens disseram que se sentem contemplados com as pautas e ações da PJ.

Quanto aos avanços de pautas e projetos, o grupo de Floriano destacou que as ações poderiam ganhar mais espaço e alcançar outros nichos, como os jovens não cristãos, e assim, aumentar o sentido de pertencimento e representação pastoral.

Sua vida alterou-se com a participação na Pastoral da Juventude?

Quanto a vida ter sido alterada com a participação na PJ, todos os jovens responderam que sim, da relação familiar à profissional. Foi colocado que

desenvolveram um novo olhar também quanto aos problemas sociopolíticos, e que eles desenvolveram maior empatia, percebendo as situações de injustiça e miséria. Um dos jovens entrevistados disse: “A Pastoral da Juventude foi instrumento para o meu amadurecimento na fé e na vida.”

É preciso lembrar que muitas falas parecem ser da mesma pessoa, do mesmo grupo, da mesma localidade, mas são de cíntos diferentes, de realidades diferentes. O que não os difere, mas que os torna iguais: são jovens. A necessidade de escutá-los, que vai desde o direito de falar à experiencias de ser escutado, me possibilitou identificar que os jovens falam de sonhos, medos, violências, direitos, de amores e dores. Alguns jovens não falaram nada, mas conseguimos sentir pela forma de se portar, aquilo que os marca culturalmente, coletivamente.

Os resultados obtidos revelam vários elementos para a construção do hoje e do amanhã da juventude piauiense. Muitos sentimentos vieram à tona, agora cumpremos de fazê-los ressoar. Tudo o que foi ouvido destes jovens é muito provocativo, que essas vozes e gritos nos levem a ação.

Nessa mesma proposta de ouvir os grupos de jovens, suas dinâmicas, anseios e projetos, a Coordenação Regional da Pastoral da Juventude do Piauí, em formulário enviado as 8 dioceses do Piauí, obteve 64 respostas de grupos de jovens, de todas as dioceses, para que, a partir da escuta e aproximação, fosse feito um diagnóstico sobre a organização da PJ do Piauí, que passamos a analisar.

Entre os questionamentos estava:

Gráfico 3



A Coordenação Regional do Piauí da Pastoral da Juventude recebeu 64 respostas, e a maioria dos grupos de jovens do Piauí informaram que se reúnem aos sábados

(54,7%), seguido da sexta-feira (34,4%), logo podemos associar que os encontros se dão nesses dias da semana pela ausência de horário letivo, além de serem dias de descanso, considerando também a cultura de se encontrar com seus mais diversos grupos e movimentos nesses dias. Corrobora esse pensamento a segunda pergunta realizada no diagnóstico, o turno que o grupo se encontra, 79,7% o turno escolhido para as reuniões é a noite. A média no número de participantes nos encontros é de 15 a 25 jovens. Mesma média da entrevista realizada pelo pesquisador.

Gráfico 4

Qual Arquidiocese/Diocese pertence o grupo:
64 respostas

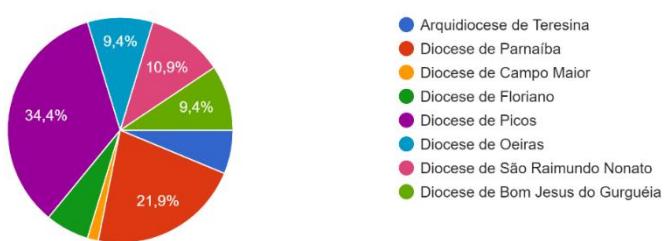


Gráfico 5

O grupo acha necessário uma equipe de assessoria e acompanhamento de adultos?
64 respostas

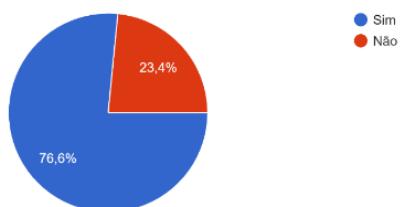
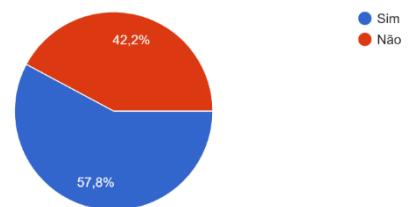


Gráfico 6

Existe uma equipe de assessoria ou acompanhamento de adultos para o grupo?
64 respostas



Quanto à necessidade de uma equipe de assessoria e acompanhamento de adultos, das 64 respostas, 76,6% sente a necessidade de ter essa equipe, quanto 23,4% responderam que não. O que evidencia um problema na organização e recusa desses grupos em sentir que não há necessidade de acompanhamentos. Quanto a existência dessa equipe, 42,2% dos grupos que responderam não possui assessoria de adultos, enquanto 57,8% possui. Dado preocupante na organização estrutural da

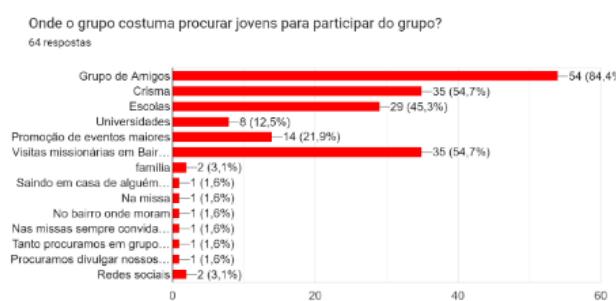
pastoral da juventude no Piauí, visto que um projeto nacional da PJ chamado Caminhos da Esperança, trabalha e busca potencializar o acompanhamento e a formação nos grupos de bases de assessores, em especial adultos, por ser uma opção pedagógica da Pastoral Juvenil na América Latina, segundo o documento Civilização do Amor (1997) e uma das oito linhas de ação do documento 85 da CNBB.³⁴

Gráfico 7



Outro ponto preocupante é a dificuldade de materiais para encontros, o que acaba gerando desinformação, sem observância de método, tampouco de pedagogia. Vale lembrar aqui que um dos eixos norteadores da pastoral da juventude é a formação. Quando não há materiais suficientes, faltará uma metodologia que respeite a diversidade cultural e as realidades juvenis. Portanto, apostar na formação de líderes e coordenadores dos grupos de jovens é fundamental, porque além de inovar com recursos, poderão pensar um itinerário que trabalhe com os materiais da Pastoral da Juventude a realidade juvenil, eclesial e social, dentre outras tantas temáticas ligadas às juventudes.

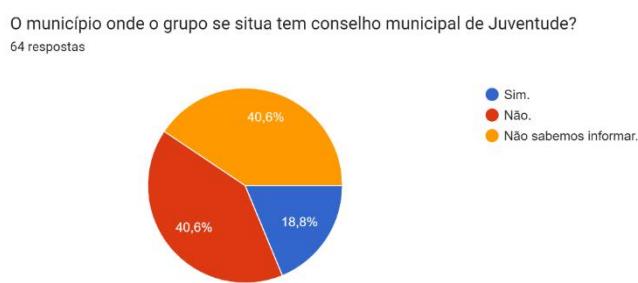
Gráfico 8



³⁴ O Documento 85 da CNBB, convoca toda Igreja para “promover cursos na área da pedagogia da formação para que haja maior profissionalização e clareza metodológica da parte dos jovens e agentes de pastoral que estão conduzindo o processo de evangelização dos jovens.”

Quanto ao local onde o grupo costuma procurar jovens para participar do grupo, quase na totalidade das respostas, os grupos responderam que convidam e procuram membros no grupo de amigos (84,4%). Seguido do Grupo de Crisma da Paróquia, uma recomendação da própria Igreja, e de visitas nos bairros (54,7%); e em terceiro lugar, nas escolas (45,3%). Na leitura que fazemos das respostas, percebemos que elas refletem uma fragilidade dos grupos em dialogar e se aproximar de outras instituições e grupos fora da igreja, privilegiando os espaços eclesiais.

Gráfico 9



Sobre o Conselho Municipal de Juventude, foi perguntado se o município possuía o referido Conselho. Das 64 respostas, 1/3 – 40,6% disseram que não, outros 40,6% disseram que sim, há Conselho Municipal de Juventude, e 18,8% informaram que não sabiam informar, o que evidencia para nós um total desinteresse do grupo em saber se há ou não o conselho em sua cidade. Nesse sentido, mostra a apatia e distanciamento das questões políticas, seja por indignação, ou por desinformação ou falta de interesse em construir as políticas públicas específicas para esse público, não agindo com protagonismo. A Pastoral da Juventude tem um projeto chamado “A Juventude quer Viver”, que nasce da necessidade de pautar as políticas públicas e sociais de/com/para a juventude, como forma de promover sua participação e protagonismo, garantindo que os autores dessas instâncias sejam os próprios jovens. Nesse aspecto, infelizmente, o Piauí não tem avançado nessa discussão. O que reflete também na organização do próprio Estado, quando não privilegia essa faixa etária – os jovens - e não reformula a Coordenadoria de Juventude, criando uma Secretaria de Juventude para discutir, promover e construir estratégias e políticas

públicas específicas para esse público, pois é papel tanto da Pastoral da Juventude (organização não governamental), quanto do Estado, mobilizar a juventude pela garantia dos seus direitos.³⁵

Gráfico 10

O grupo está sabendo da Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher? Já realizou alguma atividade sobre o tema?

64 respostas



Por fim, vale considerar pergunta realizada pela Coordenação Regional da Pastoral da Juventude, no diagnóstico que traçaram e questionamentos enviados aos grupos de base do Piauí, que das 64 respostas que tiveram, apenas 26,6% grupos de jovens conhecem e já realizaram alguma atividade relacionada a nova Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher. 48,4% conhecem, mas não realizaram nenhuma atividade e 25% não estavam sabendo da campanha, dado preocupante, pois desde 2017, anos após o fechamento da Campanha Nacional Contra Violência e Extermínio de Jovens, a Pastoral da Juventude do Brasil, em Ampliada Nacional, na cidade do Crato/Ceará, lançou a Campanha Nacional, nomeada de Campanha de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher.

Esta campanha visa enfrentar os ciclos de violência contra as mulheres, na ousadia de desnaturalizar o machismo e o patriarcado que sustentam a cultura da violência, para construir uma nova ordem pautada por relações justas e igualitárias. Além do objetivo geral, a campanha conta com oito objetivos específicos, são eles:

1. Despertar, internamente na Pastoral da Juventude e na Igreja, a sensibilidade para a temática e sua urgência, visando ao empoderamento das mulheres e também à construção de novas masculinidades;

³⁵ O Documento 85, da CNBB afirma que é urgente que todos os jovens tenham acesso a seus direitos fundamentais (n.234)

2. Compreender a violência contra a mulher a partir dos determinantes de raça, orientação sexual, identidade, classe, religião, entre outros, e de suas implicações;
3. Ter, em todas as instâncias, mulheres protagonizando a construção e dinamização da Campanha;
4. Nivelar o conhecimento e a linguagem entre todas/os as/os jovens que irão dinamizar a Campanha nas diversas instâncias, por meio da produção de materiais, reflexões, e um glossário básico em torno dos conceitos e dos tipos de ciclos de violência;
5. Enfrentar os ciclos de violência contra as mulheres internamente na Pastoral da Juventude - grupos de jovens, coordenações e assessorias -, a partir da coerência e do testemunho evangélicos, através de processos permanentes de formação e sensibilização;
6. Fortalecer e ampliar a participação das mulheres nos espaços de coordenação e na representatividade em todas as atividades desenvolvidas pela Pastoral da Juventude, tendo a paridade de gênero como critério ideal;
7. Estimular a criação de ações concretas nos âmbitos de: acolhida e cuidado para com as vítimas; prevenção; reparação das violências; promoção de transformações dos contextos sociais e superação da cultura da violência;
8. Fortalecer a Campanha como referência de ação para a proteção social ligada às adolescentes e jovens nos espaços de incidência da sociedade civil organizada, tal como as redes socioassistenciais e intersetoriais de proteção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O referencial teórico da campanha aponta ainda para os índices do Mapa da Violência, que denunciam uma cultura “que articula o “nó” entre diversos sistemas de opressão e de exploração.” (Cartilha da Campanha Nacional PJ – enfrentamento dos ciclos de violência contra gênero). Traz uma discussão fomentada pela socióloga Heleith Saffioti que sistematiza o “nó”, observando a violência contra a mulher como sendo fruto de uma **relação machista**, fundada e **alicerçada por um sistema patriarcal**, estando inteiramente **vinculada a um sistema racista e capitalista**. Nesse caminho, o nó faz com que as mulheres pobres e negras sejam as maiores vítimas destas estruturas (SAFFIOTI, 1987).³⁶

Esta campanha também tem a intenção de dar prosseguimento as ações e as discussões sobre o fenômeno e a cultura da violência, dentro dos projetos nacionais da PJ como “A Juventude quer Viver”, denunciando o estado brasileiro e encontrando formas e jeitos para o rompimento definitivo com esse sistema que nos escraviza e mata. O projeto/campanha visa promover uma cultura de paz e de dignidade para todos/as.

³⁶ SAFFIOTI, Heleith.I.B. O Poder do Macho. São Paulo: 1ª edição, Editora Moderna, 1987

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E ESPERANÇAS

Percorrer essas linhas e trajetos, construir esse itinerário juvenil, ora tortuoso, ora fluido, me fez mais ser, lutar, defender e promover a vida das juventudes e tudo o que ela se propõe para a novidade, para o novo, para a esperança. No livro *O Divino no Jovem*, Pe. Hilário Dick (2009) tece algumas considerações sobre cultura, termo que para ele é complexo, destacando que o conceito de subcultura, ao se tratar da população jovem, tem mais aceitação. Afirma que o grande desafio que se apresenta para quem estuda Juventude é penetrar no mundo da cultura juvenil, pois estamos frente a um eixo que é fortemente social, biológico, etário e corporal. Trata-se para nós da cultura do segmento da sociedade de 15 a 29 anos mergulhado no que se pode chamar de moratória vital.

E o que é moratória vital? Segundo Margulis e Urresti (2000), podemos pensar a juventude como um período da vida em que se está de posse de um excedente temporal de crédito, como se tratasse de algo que se tem pouparado, algo que se tem a mais e do qual se pode dispor – um excedente temporal está economizado. Irreversivelmente, por mais esforços que se faça para evitá-lo, ser jovem é ter um capital temporário, a juventude tem ao seu lado a promessa, a esperança e uma expectativa de opções. Por isso, a associação de invulnerabilidade e de segurança, ou seja, um conjunto de elementos que constitui a moratória vital.

Essa expectativa, opções diante da realidade, possibilidade de múltiplas escolhas, ou não, geram o título da minha pesquisa - **unidunitê**. Consideramos essa palavra que é cantada em uma brincadeira lúdica infantil, para que o leitor perceba em nosso vocabulário, essa expressão carregada de sentidos e escolhas, que a família, a sociedade e o Estado deveriam fazer em relação às juventudes. O que constatamos, é que na maioria das vezes, não é feita nenhuma escolha, nenhuma medida, nenhum compromisso firmado com essa população.

Dentro da moratória vital e do projeto de vida dos/as jovens, unidunitê também é um caminho de escolhas para a construção do projeto de vida, que precisa ser acompanhado, auxiliado e apoiado pela sociedade. Nesse sentido de escolhas, buscamos preencher a lacuna histórica da Pastoral da Juventude do Piauí para

entendemos melhor como o grupo eclesial assume o trabalho com os jovens, os tornando protagonistas no fazer e na construção das propostas pastorais, programas, projetos, atividades e ações em defesa dos Direitos Humanos e das suas vidas. Percebemos o grupo de jovens como lugar propício para a troca de experiências e saberes, e o esteio do trabalho pastoral a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1974) e a Teologia da Libertação.

Concluo essa pesquisa afirmando também que há muito para se escrever sobre a memória da Pastoral da Juventude do Piauí - a memória que é uma opção pedagógica da pastoral juvenil da América Latina. Muito dela perdida, quando não se considera o documento 85 da CNBB (2007, n.165) que aponta: “a necessidade de incentivar a sistematização de experiências, como instrumentos de memória, partilha e motivador de novas experiências.” Demos um passo, que venham outros passos além dos nossos.

A pesquisa também quis promover a escuta em questionário aberto para sentir o que os jovens dos grupos da pastoral da juventude tinham pra falar. Foi momento de escuta – diálogo – aproximação – protagonismo, com as lideranças e membros dos grupos, uma necessidade do pesquisador em promover esse momento, após ter escrito sobre a história da PJ, os direitos humanos e o juveni-etnocidio desse segmento etário.

Ouvindo os jovens, senti também que é preciso ter um olhar atento para os gritos silenciados que vem das comunidades rurais onde a dependência química (drogas lícitas e ilícitas) tem tomado de conta das capoeiras, e a migração forçada tem sido saída para “melhorar de vida.” A falta de saneamento, saúde, educação, lazer e cultura, direitos para uma vida digna, acaba levando também a juventude rural para os grandes centros urbanos, já que muitos não encontram alternativas para melhorar a vida no campo, ou que buscam qualificação profissional, ou inserção no mercado de trabalho, ou estudos e/ou a construção de uma família. Poucos são os/as jovens que se interessam pela agricultura familiar³⁷ e o estilo da vida dos seus pais, em sua

³⁷ Em 2012, o Brasil tinha 4,7 milhões de jovens de 16 a 32 anos que ajudavam na lida da roça, mas, no ano passado, esse número despencou. Em uma década, o campo perdeu mais de 1 milhão de jovens trabalhadores. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/07/29/numero-de-jovens-trabalhando-no-campo-cai-e-afeta-agricultura-familiar.ghtml>

maioria não regressam para as suas comunidades, pois estão vislumbrados com o consumismo, encontrando outras formas de subsistência - o que é muito comum nas cidades do Piauí.

Evidencia-se falta de políticas públicas e o avanço de uma economia cruel, capitalista e injusta, onde o desemprego juvenil, a informalidade e a falta de direitos laborais é a regra, segundo o Papa Francisco uma “opção social prévia, de um sistema econômico que coloca os lucros acima do homem”.

A lógica também das cidades e a corrida capitalista, neoliberal, acolhe os/as jovens e seus sonhos com uma vida marcada pela competição, onde o outro é sempre um possível inimigo que também corre por um lugar no “pódio”. O outro é potencial inimigo, mas do que adversário, contra o qual se deve lutar o tempo todo, o que reforça graves problemas como ansiedade (pelo sentimento de que sempre tem que estar correndo) e depressão (por não conseguir responder a um sistema cruel). As cidades se tornam lugares múltiplas violências, e de vários convites.

Esse caminho reflete os três medos das juventudes que são abordados por Regina Novaes e citados em nossa pesquisa, que se refletem no Mapa da Violência, na forma das mortes externas dos jovens: suicídio, homicídio e acidente de trânsito - e a omissão do Estado. Uma sociedade que celebra a violência de cada dia - mata e aniquila os seus jovens, dispersa, elimina, rejeita e os despreza. Uma sociedade e uma democracia que promove, articula e mobiliza o juveni-etnocidio de sua população - cruza os braços. Exclui a perspectiva axiológica da pessoa humana e reforça o extermínio dos garotos e das garotas. O unidunitê novamente é utilizado, nesse caso para apontar o cano do fuzil, este com o local certo, pessoa/sujeito certo, cor certa, classe social certa.

Habermas (2003) nos ajuda a pensar a noção de sujeito construída ao longo dos anos, essa nova forma de pensar requer um exercício maior de flexibilidade para compreender e legislar para garantir o essencial a esse sujeito. A violação dos direitos humanos produz vítimas e produz também uma fragilidade na implementação e manutenção de um estado baseado na democracia e na cidadania.

Urge a necessidade de se reparar, e de construir alternativas efetivas e afetivas de políticas públicas para as juventudes. Ao contrário, não nascendo ações

preventivas e educativas, o caminho proposto no percurso e contexto sociopolítico e cultural do Brasil é a política dos grandes e dos “coronéis”, o pensamento e a estrutura escravagista, racista, patriarcal, sexista, homofóbica, que cria um ambiente propício no Piauí e no Brasil, da violação dos direitos humanos.

O racismo é a variável central, quando observamos a violência e a produção de mortes no Brasil. A obsessão pelo controle dos corpos dos jovens, em especial dos jovens negros e pobres, o projeto de extermínio iniciados com a agenda política na escravatura e que perpassa toda estrutura do Estado e da sociedade, aponta a complexidade e as problemáticas no Brasil e no Piauí. Um caminho e sua movimentação caracterizam plenamente um projeto e uma frente genocida e etnocida.

Hoje, temos um fosso cautelosamente cavado pelo Estado, pela mídia, pela sociedade, que a juventudes, negras, pobres não rompam com o pacto de silenciamento, de misérias e falta de políticas públicas que impuseram.

Com teimosia a perspectiva assentada no reconhecimento axiológico da pessoa vem sendo reforçada, em poucos segmentos da sociedade. Aqui faço questão de citar o grupo estudado – a Pastoral da Juventude – um dos poucos grupos que trabalham nessa dimensão dos direitos humanos. Nesse itinerário de pesquisa, sendo jovem, e membro do grupo, o caminho foi entranhado de aproximação aos sujeitos que se pesquisa e um distanciamento do sujeito pesquisado, para a produção da ciência, o que me deixou horas e horas reflexivo, e com algumas dificuldades, mas que despertou, aguçou os meus sentidos e sentimentos para escrever sobre essa pastoral e a violência que cerca os jovens, que do genocídio, desemboca em um opção evidente do Estado brasileiro, o juveni-etnocídio das juventudes.

Por fim, quero deixar nas considerações finais dessa dissertação, o que postulava Pedro Casaldáliga³⁸, bispo católico, atuante na luta por direitos humanos na região do Xingu, quando declamava sobre a universalidade dos direitos da pessoa,

³⁸ Pedro Casaldáliga, bispo católico espanhol, naturalizado brasileiro, residiu toda sua vida na Prelazia de São Félix do Araguaia, na Amazônia Brasileira desde 1968. Faleceu no dia 8 de agosto de 2020, Batatais, São Paulo. Seu lema episcopal era: “humanizar a humanidade”, alicerçado na compreensão de “nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar e, sobretudo, nada matar.” Teólogo da libertação, poeta e escritor. Foi o primeiro a denunciar publicamente a sociedade, aos órgãos nacionais e internacionais a prática de trabalho escravo na década de 1970, pela carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”.

que resume o compromisso que firmei desde quando comecei esse mestrado e essa escrita:

Todo homem – e toda mulher! – tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. Independentemente do sexo, da cor, da idade, do credo, do país, do grau de escolaridade ou até de grande cidadania, santos ou criminosos, nenéns ou vovozinhos, sendo gente – apenas gente, todo homem e toda mulher são pessoas. E devem ser reconhecidos como tais na vida de casa e da rua, na família e na sociedade, no trabalho e no lazer, na política e na religião. Também nos canaviais e nas carvoarias. Também nas penitenciárias e sob os viadutos. Diante dos olhos dos transeuntes e ante as câmeras de televisão. Em todos os lugares, pois, deste redondo planeta azul que é a Terra. [...] – Não é um cara; é uma pessoa. Não é uma vagabunda; é uma pessoa. Não é um estrangeiro; é uma pessoa; não é um mendigo (para brincar de fogo com ele!); é uma pessoa. (Uma pessoa, senhora juíza!)

ANEXOS

SIGLAS DOS GRUPOS DE JOVENS QUE RESPONDERAM O DIAGNÓSTICO DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO REGIONAL NORDESTE 4 – PIAUÍ

JOVENS ANUNCIADORES DE CRISTO - JAC

(JUPEF) JOVENS UNIDOS PELA FÉ

JASC

JUCAF - JUVENTUDE CATÓLICA DE FRONTEIRAS

JUCAM (JUVENTUDE UNIDA A CAMINHO DO AMOR)

JUNAC (JOVENS UNIDOS NO AMOR DE CRISTO)

JMC (JOVENS MISSIONÁRIOS COM CRISTO)

PONTIFÍCIA OBRAS MISSIONÁRIA (JUVENTUDE MISSIONÁRIA)

JUPF (JOVENS UNIDOS PELA FÉ)

GJUC (GRUPO DE JOVENS UNIDOS A CRISTO)

JCF (JOVENS CRESCENDO NA FÉ)

JUFRAM (JUVENTUDE UNIDA COM FRATERNIDADE E AMOR EM MISSÃO)

JEJ (JOVENS EVANGELIZANDO JOVENS)

JUCIC

JUCRI (JOVENS UNIDOS EM CRISTO)

JUSP (JOVENS UNIDOS A SERVICO DA PAZ)

JAPA (JOVENS ANUNCIADORES DA PALAVRA)

JAUF (JOVENS AMIGOS NA UNIÃO E FÉ)

JUFEC (JOVENS UNIDOS NA FÉ EM CRISTO)

JUPEC (JOVENS UNIDOS PELA FÉ DE CATOLÉ)

JUBA (JOVENS UNIDOS EM BUSCA AMOR)

JBK (JOVENS EM BUSCA DE JESUS)

JUSC (JOVENS UNIDOS A SERVIÇO DE CRISTO)

JUSC (JOVENS UNIDOS E SOLIDÁRIOS EM CRISTO)

JUMEC (JUVENTUDE UNIDA EM MISSÃO DE CRISTO)

JMC (JOVENS MISSIONÁRIOS DE CRISTO)

JCF (JOVENS CONSTRUINDO FELICIDADE)

GERAÇÃO DA FÉ

JUC JOVENS UNIDOS A CRISTO

JOUF (JOVENS UNIDOS PELA FÉ)

JUS (JOVENS UNIDOS AO SENHOR)

JUFÉ

JUAC (JOVENS UNIDOS NO AMOR DE CRISTO)

R.D.J (RENASCER DOS JOVENS)

OHANA

JEOVA (JOVENS EM ORAÇÃO VIVENDO O AMOR)

JET (JOVENS EM TRANSFORMAÇÃO)

JUC

JUCOM (JUVENTUDE COMPROMISSO NA MISSÃO)

JEC (JOVENS EVANGELIZADORES EM CRISTO)

JUBME (JUVENTUDE UNIDA EM BUSCA DE UM MUNDO MELHOR)

DESPERTA JUVENTUDE (DJ)

JM (JOVENS DE MARIA)

JA (JOVENS ADORADORES)

EMAUS (ESSA MOCIDADE AMA UNIDOS E SEMEIAM)

JTC (JOVENS TRABALHANDO COM CRISTO)

JUSC (JOVENS UNIDOS SEGUINDO CRISTO)

GRUPOS JOMAC

AJUDAC (AMIGOS JOVENS UNIDOS DIALOGANDO NO AMOR DE CRISTO)

JOLASBUC

JUNF (JOVENS UNIDOS NA FÉ)

JCA (JOVENS CONSTRUINDO AMOR)

JUC (JUVENTUDE UNIDA EM CRISTO)

JUBLI (JOVENS UNIDOS EM BUSCA DA LIBERDADE)

JAD (JOVENS AMIGOS DE DEUS)

JC (JOVENS DE CRISTO)

(JEC)JOVENS EM CRISTO

JUSST (JOVENS UNIDOS Á SERVIÇO DA SANTÍSSIMA TRINDADE)

JUC (JUVENTUDE UNIDA EM CRISTO)
JUF (JOVENS UNIDOS PELA FÉ)
JOVENS MERCEDÁRIOS DE CRISTO-JMC

RELAÇÃO DOS INTEGRANTES DA AÇÃO CATÓLICA ESPECIALIZADA NO PIAUÍ

JUC – JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA

1. Augusto José Fonseca de Castro (que foi indiciado em inquérito na Ditadura Militar)
 2. Bernardo de Sampaio Pereira (depois advogado atuante)
 3. Carlos Magno de Almeida, João Batista Machado (futuro desembargador)
 4. Luiz Gonzaga Soares (depois advogado renomado)
 5. João Henrique Gayoso e Almendra Filho
 6. José do Rêgo Lobão, (que foi secretário de governo)
 7. Juraci Nunes Santos (futuro desembargador)
 8. Luiz Fortes do Rêgo (futuro desembargador)
 9. Manoel Alfredo Martins e Rocha.
- A coordenação e o acompanhamento dos jovens eram feitos por padre Isidoro Pires.

JEC - JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA

1. Padre Raimundo José Ayremoares, em Teresina
2. Padre Djalma Andrade em Floriano.
3. Fides Angélica de Castro Mendes Veloso (futuramente presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí)
4. João Pedro Ayremoares Soares (advogado de renome)
5. Kléber do Rêgo Monteiro e Conceição Mesquita, na época presidente do diretório acadêmico de filosofia.

JOC - JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA

- Padre Francisco Carvalho, que acompanhava os círculos operários e que foi vigário na Vila Operária e depois na Vermelha;

- Maranhão, coordenada pelo padre Manuel de Jesus Soares.

JAC - JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA

1. Padre Mateus Machado, um dos diretores do seminário de Teresina
2. monsenhor Mateus Cortez Rufino, de Campo Maior
3. padre Jacques Villarinho de União
4. padre David Mendes, de Amarante
5. Maria Elias Macedo, de Capitão de Campos
6. Terezinha Costa Santos, de União
7. Sônia Veras, de Teresina.

JIC - JUVENTUDE INDEPENDENTE CATÓLICA

- Célis Portela, irmã do ex-governador Petrônio Portela, liderava

Destaque para os padres italianos da diocese de Verona, que incentivavam os trabalhos com as juventudes da Ação Católica:

1. Padre Sandro Spinelli
2. Padre Júlio Di Laura
3. Padre José Righini
4. Analisa Bertolazzi
5. Lúcia Righini

A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL³⁹

1. A partir de 1985, começou a intensificar as lutas sociais pelo fim da ditadura militar e ao mesmo tempo a construção da Constituição Federal de 1988;
2. Ressurgem os espaços de participação e democracia, pela cidadania, possibilitando a retomada dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs);
3. Cram-se novos instrumentos de controle da ação governamental com o surgimento dos conselhos de direito para a garantia dos direitos sociais;
4. É nesse contexto que na década de 90 surgem as reflexões e experiências das políticas de juventude;
5. Iniciam-se experiências no poder municipal, que passam a criar espaços para debater os direitos dos jovens, buscando as presenças juvenis e suas organizações;
6. As buscas das juventudes não aconteceram isoladamente, estiveram juntas com as reivindicações das mulheres, da negritude, dos direitos humanos, ecologia/meio ambiente, da diversidade sexual, dos direitos das crianças e dos adolescentes;
7. Tem sido uma forma de enfrentar e colocar em pauta questões como a violência, trabalho ou dar visibilidade às questões específicas e universais do mundo juvenil;
8. A partir de 2003 as Políticas Públicas de Juventude começam a ser reconhecidas através de várias iniciativas da sociedade civil de grupos como a Unesco, ONGs, Universidades e o Projeto Juventude;
9. Nesta década produziu-se pesquisas, diálogo entre os movimentos juvenis, especialistas, gestores e organizações não governamentais, além de acontecer vários seminários nacionais e internacionais;

³⁹ Rodas de conversa: diálogo na construção de direitos/ Alessandra Miranda Souza (et. al). Goiânia: Gráfica e Editora América, 2016, p.42 e 43

10. Em 2003 foi constituída a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude no poder Legislativo, que realizou audiências públicas por todo o Brasil;
11. Desde 2003, o Brasil já realizou três conferências nacionais de juventude que envolveram a participação de centenas e milhares de jovens em todos os níveis, no processo de debate de escolhas prioritárias de suas pautas e bandeiras;
12. Também foi criada, no primeiro mandato do Governo Lula a Secretaria Nacional de Juventude, que continua até hoje, articulando o conjunto de ministérios e os entes federados na construção da Política Pública de Juventude;
13. O termo "Jovem" foi inserido, por meio da Emenda Constitucional nº 65, de julho de 2010 na Constituição Federal, configurando o reconhecimento da juventude como categoria;
14. Não só o Brasil viveu esse processo, mas também outros países da América Latina, tais como Chile, Colômbia, Equador, México, Venezuela que também implementaram as Políticas Públicas de Juventude;
15. São vários/as os atores/atrizes envolvidos/as como grupos específicos, como pesquisadores, organismos nacionais e internacionais (Banco Mundial, movimentos juvenis, laboratórios de juventude, centros de pesquisas, ONGs, gestores estaduais e municipais, etc.);
16. Assim as políticas públicas de juventude no Brasil, tem seguido os marcos legais já presentes e pactuados na organização Ibero Americana de Juventude.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G. (Org.). **Quebrando mitos:** juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1^a Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo, Brasília: RITLA, 2009.
- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu, 2005.
- ADORNO, Sergio. **Adolescentes, crime e violência.** In: ABRAMO, H. W. et al. Juventude em debate. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2002, pp.97-109.
- ADORNO, S.; NERY, M. B. **Crime e violência em São Paulo:** retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. Caderno Metrópole. Rev. 21, n. 44, São Paulo, jan./abr. 2019. p. 169-194. Epub apr ,15, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4408>.
- A violência na sociedade brasileira.** Juventude e delinquência como problemas sociais. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade.2010, p. 1-11.
- ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família.** 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ANDALÓ, Carmem. **Mediação Grupal:** uma leitura histórico-cultural. São Paulo: Agora, 2006.
- BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, 2010.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/540668>.
- BRASIL. **Estatuto da Juventude.** LEI N° 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude:** conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva:** um levantamento histórico / Secretaria Nacional de Juventude. - Brasília: SNJ, 2018.
- BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Diário Oficial da União, Brasília. 6 ago. 2013.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

CARVALHO, S. **A política criminal de drogas no brasil**. São Paulo: Lumen Juris, 2010.

CASTRO, J; AQUINO, L.; ANDRADE, C. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CARDOSO, R.; PAOLI, M. C. (Org.). Perspectivas antropológicas da mulher: sobre mulher e violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (v. 4).

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, M.;

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacaoresultados_do_universo.pdf.

COIMBRA, C. M.B.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. **A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social**: entrevista com Loïc Wacquant. Rio de Janeiro: 30 de setembro de 2005.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da violência 2016**. Brasília: IPEA. 2016.
Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da violência 2017**. Brasília: IPEA. 2017.
Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da violência 2018**. Brasília: IPEA. 2018.
Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2757-atlasdaviolencia2018completo.pdf>

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da violência 2019**. Brasília: IPEA. 2019.
Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

CELAM. **Conclusões da Conferência de Medellín – 1968**. Texto Oficial. São Paulo: Paulinas, 1998.

_____**Conclusões da Conferência de Puebla.** Texto Oficial. 3^a ed.
São Paulo: Paulinas,
1979.

CELAM – CONSELHO EPISCOPAL LALTINO-AMERICANO. Pastoral da Juventude:
Sim a Civilização do Amor. Tradução Hilário Dick; São Paulo: Paulinas, 1987.

_____**Civilização do Amor: Tarefa e Esperança. Orientações para a
Pastoral da
Juventude Latino-Americana.** Tradução Hilário Dick. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____**Projeto de vida: Caminho vocacional da Pastoral da Juventude
Latino-
Americana.** Tradução Hilário Dick. São Paulo: CCJ, 2003.

CNBB. Pastoral da Juventude do Brasil. Estudos CNBB. 44. São Paulo: Paulus,
1986.

_____**Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil. Estudos
CNBB.76.**
São Paulo: Paulus, 1998.

_____**Evangelização da Juventude:** desafios e perspectivas
pastorais. São Paulo:
Paulinas, 2^a edição, 2007.

CHAUI, M. de S. **Sobre a violência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COSTA, M. B. **As Subjetividades do Jovem Infrator na passagem pela
Liberdade Assistida.** 2005. 66f. Monografia (Ciências Sociais). Universidade
Federal do Piauí– UFPI, Teresina, 2005.

DATAFOLHA. **Maioria quer redução da maioridade penal.** Instituto de Pesquisa
Datafolha, 2019.

DICIO, **Dicionário Online de Português.** Porto: 7Graus, 2023. Disponível em:
<https://www.dicio.com.br/>

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes** – Jovens construindo juventude
na História. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **O divino no jovem:** elementos teológicos para a evangelização
da cultura juvenil. São Paulo: CCJ, 2009.

DUBET, F. **Penser le sujet**. S. 1.: Fayard, 1995.

FERREIRA, Maria Dalva Macedo. **Juventude, violência e políticas públicas**: entre o direito e a (in)justiça institucionalizada. Disponível em:
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppli/pagina_PGPP/Trabalhos2/maria_Dalva_macedo187.pdf.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. 53 p.

Pedagogia da indignação - cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 61 – 62.

Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed.
São Paulo: Paz e Terra, 2002. 52 p.

Pedagogia do Oprimido. 23 ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 184 p.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRAGA, P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real**. São Paulo: DPEA, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**: Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.
MISSE, Michel. Sujeição Criminal. In: LIMA, R.S; RATTON, J.L; AZEVEDO, R.G.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (IPEA). **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Segurança Pública**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos / IPEA**. Brasília: O Instituto, 2000.

MARX, Karl. **A Mercadoria**. In: Karl Marx, O Capital-crítica a economia política – livro. 1 O Processo de Produção do Capital. Tradução de Reginaldo Sant'ana. 11 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MARTINS, H. **Mapa mostra aumento e disseminação da violência no Brasil.** Brasília (DF): Agência Brasil 2014. Disponível em:
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-07/p-2brasil-viveu-aumento-e-disseminacao-da-violencia-segundo-mapa-da-violencia>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias:** Planejamento urbano no Brasil. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. ARANTES, Otília B. Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 121-192.

_____, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade, desigualdade e violência. Estudos Urbanos. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARGULIS. M. Y URRESTI M (Org.). **La juventud es mas que una palabra:** ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Ayres, Editorial Biblos, 1996.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações de Mortalidade** – Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde; 2013.

MICHAUD, Y. **A violência.** São Paulo: Ed. Ática, 1989.

NASCIMENTO, Marília Gabriella Conceição do. **Formação de jovens no âmbito da educação não-formal e das práticas pedagógicas desenvolvidas pela Pastoral da Juventude (PJ)** / Marília Gabriella Conceição do Nascimento. - 2022.

NÚCLEO CENTRAL DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE CRIMINAL; DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ. **Estudo Descritivo dos homicídios Dolosos em Teresina no ano de 2013.** Teresina, 2014.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (NEV-USP); WORLD HEALTH ORGANIZATION COLLABORATING CENTRE FOR RESEARCH ON VIOLENCE PREVENTION. **Prevenindo a violência juvenil:** um panorama das evidências. 2015.

OLIVEIRA, Carlos César de. TESE **Pastoral da Juventude do Meio Popular “cirandando” em formação: aproximações entre a pedagogia pastoral e a pedagogia libertadora** / Carlos César de Oliveira. – 2020.

PASSETTI, E. **Violentados:** Crianças, adolescentes e a justiça. 1ª ed. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Bora falar de Pastoral da Juventude?** Roteiros de rodas de conversa para apresentar e falar da Pastoral da Juventude aos grupos de

jovens. 2016 (NACIONAL). Plano de ação, triênio 2020-2022. 2020. Disponível em: <<https://planotrienal.pj.org.br/>> Acesso em 08/01/2022.

(RIO GRANDE DO SUL). Marco Referencial. 2003

Somos Igreja Jovem – Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer. Brasília: Pastoral da Juventude, 2012.

Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência contra a Mulher. 20 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.pj.org.br/campanha-nacional-de-enfrentamento-aos-ciclos-de-violencia-contra-a-mulher/>>

NOVAES, Regina. (2007). **Políticas de juventude no Brasil:** Continuidades e rupturas. In O. Fávero, M. P. NSposito, P. Carrano, & R. R. Novaes (Eds.), Juventude e contemporaneidade (pp. 253-281). Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

(2009). Prefácio. In J. A. Castro, L. M. C. Aquino, & C. C. Andrade (Eds.), **Juventude e políticas sociais no Brasil** (pp. 13-22). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade.** 3. ed. Editora brasiliense, 1994. P. 86.

SANTIBANEZ, D. et al. **As narrativas do medo e a criminalização da juventude:** o discurso punitivo contra adolescentes em conflito com a lei. In: Inter-ação, Goiânia, 2014.

SETOR JUVENTUDE – CNBB. **Juventude que ousa sonhar constrói um Brasil popular: Direitos - Dia Nacional da Juventude 2006.** São Paulo: CCJ, 2006.]

SILVA, M. S. P. **Universidade Católica de Pernambuco.** Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-17.pdf>.

SILVA JÚNIOR, N.G.S; GARCIA, R. M. Proposta de redução da maioridade penal: a prisão como vingança e equívoco social. **Revista Espaço Acadêmico** nº199-Dezembro/2017.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** *Políticas públicas de juventud en America Latina*, 2023. 26ª Reunião Anual do ANPEd. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n24/n24a03.pdf>.

SOUZA, N. **AÇÃO CATÓLICA, MILITÂNCIA LEIGA NO BRASIL: MÉRITOS E LIMITES.** Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006

SILVA, RAMOS (et al.). **Pele alvo**: a cor que a polícia apaga. Rio de Janeiro: CESec, 2022.

TEIXEIRA, Carmem Lucia. **O grupo de jovens**: espaço de formação da identidade política (Dissertação do Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, 2006.

TIMÓTEO, William; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. **A ausência de políticas públicas para a juventude como ofensa aos direitos humanos**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 11, n. 1. p.418-431, 2021.

UNESCO. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. (Coleção Educação para Todos; 16).

_____. **Políticas Públicas de/para/com Juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VELHO, G. **Violências e conflitos nas grandes cidades contemporâneas**. VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal. 2004.

WAIZELFISZ, Julio.Jacob. **Os jovens do Brasil**: mapa da violência 2014. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf

_____. **Mapa da Violência: Mortes Matadas por Arma de Fogo**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015. Disponível em:<<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>.

_____. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil [Internet]. Brasília: FLACSO, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>.

_____. **Mapa da violência**. Os jovens do Brasil. Brasília: Ed. FLACSO, 2014.

_____. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Brasília, 2014.

_____. **Mapa da violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Brasília, 2015.

_____. **Mapa da violência 2011**: os jovens no Brasil /Julio Jacobo Waiselfisz. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

_____. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2016.

_____. **Mapa da violência 2016**: os jovens do Brasil. Brasília (DF): Secretaria - Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;2016. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2016_JovensBrasil.pdf.

WEDDERBURN, Carlos, apud SANTOS, Carla. **Um olhar sobre afrodescendentes das Américas e Caribe**. Irohin, Brasilia, ano X, nº10, abr/mai.2005, p. 35.

ZAMBON, Samuel Bagolin. **FORMAÇÃO INTEGRAL, CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO LIBERTADORA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO FORMATIVO DA PASTORAL DA JUVENTUDE /** Samuel Bagolin Zambon. - 2022.

Nunca nem me ouviram, mesmo que eu gritasse,
mas agora que eu virei estatística
'Cês vão usar meu nome e minha imagem
pa' pedir pelo fim da polícia e
Se eu morresse hoje, amanhã era notícia.
Mas quem eu era? Isso ia ser questionado
E que que eu fiz pa' tomar três tiro' no peito?
Preto na rua de noite com certeza era algo errado!
Virei postagem na sua rede social
'Cê lamentou e escreveu sobre a repressão policial
Sua hashtag foi o ponto final
Dizia "Vidas Negras Importam", pra você isso foi diferencial
É que é toda vez a mesma merda
'Cês matam eu de carne pa' fazer eu de pedra
Movidos pelo tesão por tragédia
Agora morto eu tenho mais voz do que vivo, parece comédia!
Deixa minhas lembrança' p'os meus
Deixa minha mãe chorar minha morte, vê se não interfere!
Que 'cê num entende por que um de nós morreu
E o quanto dói ser invisível pela cor da sua pele
Não fui criado pa' agradar sua raça
E mesmo assim 'cês lamentaram porque eu parti cedo
Mas eu já te trombei em vida
E mesmo sem ter feito nada, 'cê mudou de calçada por medo
Não quero meu nome no seu protesto dentro
da sua faculdade onde é raro ver preto
Nós não habitamos os mesmos lugares
'Cê falar que sente o mesmo que os meus não é normal
E só lembrar que preto existe quando morre
É aceitar que, ou preso ou morto, já é algo cultural
(Luta por mim - Jup do Bairro e Mulambo)